



EDITORA EDIFIKA

CONTRA- HEGEMONIAS

reflexões sobre gêneros,
sexualidades e identidades

Augusto Ferreira Ramos Filho
Ellen Maianne Santos Melo
(Organizadores)

Mais do que um conjunto de análises acadêmicas, esta obra é um espaço de insurgência contra as normas que oprimem corpos e subjetividades, a fim de que possamos pensar sobre a importância de proteger as identidades que habitam as esferas social, política e cultural.

A organização deste livro é um convite para refletirmos sobre as complexidades que interseccionam identidades e relações de poder, possibilitando um olhar transformador sobre a realidade que nos cerca.

A escolha dos capítulos que compõem esta coletânea foi orientada por uma metodologia de curadoria que priorizou vozes de pessoas pesquisadoras comprometidas com perspectivas críticas e contra-hegemônicas.



EDITORA EDIFIKA

Augusto Ferreira Ramos Filho
Ellen Maianne Santos Melo
(Organizadores)

CONTRA-HEGEMONIAS:

reflexões sobre gêneros, sexualidades e identidades



EDITORA EDFIKA

© COPYRIGHT 2025 BY AUGUSTO F. R. FILHO / ELLEN M. S. MELO.

(Todos os direitos reservados ao autor).

Edição: José Edson Cavalcante da Silva.

Diagramação: J.E.C. Silva.

Capa: por: https://chatgpt.com/s/m_68ccb372700c8191999fb5ddb81cc2f5.

Revisão Textual: Augusto F. R. Filho e Ellen M. S. Melo.



Esta obra é licenciada
sob uma Licença Creative
Commons Attribution-
ShareAlike4.0 Brasil.

COMITÊ EDITORIAL

Me. Maria Fabiana Brito - SEMED - Recife.
Dr^a. Elizabete Amorim de Almeida Melo - UFAL.
Dr. Jenivaldo Lisboa de Araújo – SEDUC/AL.
Dr. Elias Rocha Gonçalves – SEDUC/RJ.
Me. Luis Carlos Soares da Silva – UNEAL.

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F512c

FILHO, Augusto Ferreira Ramos [e] MELO, Ellen Maianne Santos. *CONTRA-HEGEMONIAS: reflexões sobre gêneros, sexualidades e identidades* – 1ª Edição / Augusto Ferreira Ramos Filho e Ellen Maianne Santos Melo. – Arapiraca / Alagoas: Editora Edfika, 2025.

206 p. In 14,8 x 21 cm.

ISBN: **978-65-85231-62-6** (*Livro Digital*).

1. Gênero 2. Sexualidades 3. Identidades 4. Contra Hegemonias 5. Corpos 6. Resistências I. Título II. Autores.

CDD

306.76

<https://cuttersonline.com.br/registro/1f09339e-fdec-6764-8810-fa163e25d663>

Índices para catálogo sistemático:

306.76 – Orientação sexual (heterossexualidade, bissexualidade, homossexualidade).

SUMÁRIO

Apresentação 07

Prefácio 13

Capítulo 1

EXÍLIO E LIBERDADE DE SER: REFLEXÕES DE VIVÊNCIAS DE HOMENS GAYS - *Augusto Ferreira Ramos Filho; Ericlis Roberto Aguiar dos Santos; Roberta Aguiar dos Santos* 17

Capítulo 2

ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: A INVISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – *Ellen Meianne Santos Melo* 41

Capítulo 3

APRENDER A LER ESSES SILÊNCIOS É REAPRENDER A FALAR: OLHARES CONTRA-HEGEMÔNICOS SOBRE AS BIFOBIAS QUE PROMOVEM SEPARAÇÃO DENTRO DA COMUNIDADE LGBTQIAPN+ - *Renata Guerda de Araújo Santos; Angélica Nobre Mendes* 63

Capítulo 4

O SILENCIAMENTO COMO ESTRATÉGIA DE PODER: UM OLHAR FEMINISTA SOBRE A DESIGUALDADE DE GÊNERO - *Ellen Maianne Santos Melo; Paula Rosimar Ângelo de Carvalho Oliveira*..... 85

Capítulo 5

SEXUALIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA ANÁLISE
DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS - *Augusto Ferreira Ramos Filho;*
Míria Nunes Ferreira 104

Capítulo 6

A INFLUÊNCIA DO SOFT POWER SUL-COREANO NO AGRESTE
ALAGOANO: ANÁLISE DA EXPRESSÃO DE GÊNERO E DA
AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE - *Maria Edney Ferreira da Silva;*
José França de Lima Neto 131

Capítulo 7

DOCÊNCIA MASCULINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA
REVISÃO DE LITERATURA - *Carla Manuella de Oliveira Santos;*
Ericlis Roberto Aguiar dos Santos; Roberta Aguiar dos
Santos..... 155

Capítulo 8

CORPOS NEGROS EM VITRINE DIGITAL: RAÇA, SEXUALIDADE,
DESEJO E RACISMO NO GRINDR - *Lucas Oliveira Silva; Augusto*
Ferreira Ramos Filho..... 181

APRESENTAÇÃO

O livro "Contra-hegemonias: reflexões sobre gêneros, sexualidades e identidades" surge em um momento da sociedade contemporânea em que é urgente disseminar o conhecimento sobre as questões de gênero e sexualidade, no contexto da crescente violência que atinge grande parcela da população brasileira, que é composta em sua maioria, por mulheres e pessoas LGBTQIAPN+.

Mais do que um conjunto de análises acadêmicas, esta obra é um espaço de insurgência contra as normas que oprimem corpos e subjetividades, a fim de que possamos pensar sobre a importância de proteger as identidades que habitam as esferas social, política e cultural.

A organização deste livro é um convite para refletirmos sobre as complexidades que interseccionam identidades e relações de poder, possibilitando um olhar transformador sobre a realidade que nos cerca.

A escolha dos capítulos que compõem esta coletânea foi orientada por uma metodologia de curadoria que priorizou vozes de pessoas pesquisadoras comprometidas com perspectivas críticas e contra-hegemônicas. Não se trata apenas de incluir temas diversificados, mas de centrar epistemologias que emergem das fissuras do sistema. Esse critério se alinha à intenção de promover epistemologias dissidentes e historicamente marginalizadas, as quais desafiam o *status quo* e ampliem o debate acadêmico no campo de gênero e sexualidade, priorizando análises que rompam com paradigmas normativos.

Ao reunir esses capítulos, não pretendemos silenciar os debates internos ou as tensões existentes no campo das

dissidências sexuais e de gênero. Pelo contrário, reconhecemos que essas disputas epistemológicas e políticas são parte da vitalidade do campo e fundamentais para seu amadurecimento. São nessas brechas que surgem as alianças mais potentes.

Embora os debates sobre gênero e sexualidade não sejam recentes, sua relevância se acentua à medida que vivenciamos os índices crescentes de diversos tipos de violência, discriminações, marginalizações e exclusões que afetam a vida de muitas pessoas. Para facilitar o diálogo com aquelas pessoas menos familiarizadas com a temática, reunimos aqui alguns conceitos essenciais que atravessam esta obra:

- a) Sexo biológico – refere-se às características anatômicas e genéticas (cromossomos, hormônios, órgãos reprodutivos), mas a natureza apresenta variações que desafiam a divisão binária dos corpos;
- b) Gênero – diferente de sexo biológico, refere-se aos papéis, comportamentos e identidades construídos nas interações sociais, nas marcas da história e contextos culturais, sem se limitar a “homem” ou “mulher”;
- c) Identidade de gênero – a forma como cada pessoa reconhece, percebe e identifica seu gênero, que pode (ou não) corresponder ao sexo atribuído ao nascimento;
- d) Sexualidade – dimensão subjetiva e relacional da experiência humana, podendo abranger orientação afetivo-sexual, práticas e expressões;
- e) Silenciamento – prática social e política de apagamento das vozes de mulheres e dissidências sexuais, bem como de inferiorização dos mesmos,

mas que também produz estratégias criativas de fuga;

- f) Interseccionalidade – diferentes formas de opressão que se cruzam e se reforçam mutuamente, exigindo respostas igualmente complexas.
- g) Heteronormatividade – sistema social que naturaliza e reconhece a heterossexualidade como a única orientação sexual válida, tornando outras sexualidades desviantes.

Cada capítulo deste livro é uma janela para mundos silenciados. O capítulo inicial sobre "Exílio e Liberdade de Ser: Reflexões de Vivências de Homens Gays" nos possibilita refletir sobre como as expressões da sexualidade gay são afetadas pelo impedimento familiar e/ou social, e como o exílio voluntário pode ser uma estratégia para a autonomia, emancipação e resistência contra as barreiras sociais estigmatizantes. O que significa casa quando seu corpo é lido como ameaça?

A invisibilidade da violência doméstica, discutida no capítulo "Entre o Público e o Privado: A Invisibilidade da Violência Doméstica", examina, a partir do estudo de caso de uma vítima de violência doméstica, as condições de produção dessa violência tanto no âmbito privado quanto no âmbito público, demonstrando como os processos ideológicos de naturalização da submissão feminina à dominação masculina se materializam como expressão de uma estrutura social e dificulta a identificação da violência como um desvio.

O capítulo "Aprender a Ler Esses Silêncios é Reaprender a Falar: Olhares Contra-Hegemônicos sobre as Bifobias que Promovem Separação dentro da Comunidade LGBTQIAPN+" volta-se para uma articulação de como o pensamento ocidental contribui para o apagamento das bissexualidades, assim como

problematiza expressões de bifobia que existem dentro da comunidade LGBTQIAPN+. Aqui, o silêncio é tanto ferida quanto território de reinvenção. O texto nos instiga a revisitar posturas e ações, possibilitando outros olhares acerca do fenômeno das bifobias, enquanto opressão social, diretamente interligada aos processos de colonização, que perpetuam a desarticulação, separação e desumanização das formas de vida não hegemônicas.

O capítulo "O Silenciamento como Estratégia de Poder: Um Olhar Feminista sobre a Desigualdade de Gênero" oferece uma análise de como a vivência das mulheres ainda é marcada por silenciamentos, revelando os mecanismos estruturais de poder que reforçam a desigualdade de gênero, ao mesmo tempo que nos lembra que **onde há silêncio imposto, há vozes coletivas que provocam revoluções.**

A educação é um campo importante para a transformação social, e o capítulo "Sexualidade no Ensino Fundamental: Uma Análise das Práticas Pedagógicas" expõe como o ensino de sexualidade é negligenciado ou até omitido nas escolas. O texto nos ajuda a refletir sobre as contribuições que o tema pode trazer para a vida de crianças e jovens construindo uma sociedade mais tolerante, com menos preconceito e sofrimento. No entanto, o capítulo mostra que essas temáticas são, quase sempre, associadas aos conteúdos das ciências biológicas, quando deveria ser tratado de forma transversal. O quanto se perde por medo de nomear o corpo?

A cultura também desempenha um papel crucial na formação das identidades. No capítulo "A Influência do Soft Power Sul-Coreano no Agreste Alagoano", são exploradas as dinâmicas de identidades de gênero, a partir de movimentos culturais, especificamente o K-Pop, assim como aspectos da

cultura coreana que podem atuar como catalisadores de mudanças sociais e culturais. O global e o local se entrelaçam para criar novas gramáticas de existência e resistência.

No capítulo "Docência Masculina na Educação Infantil: Uma Revisão de Literatura" examina o campo da educação infantil a partir da análise da experiência da participação de professores do gênero masculino em sala de aula, colocando em discussão a questão da feminização do cuidado e da performatividade de gênero, ampliando o debate sobre masculinidades e profissão docente. O que acontece quando os homens cuidam?

Por fim, "Corpos Negros em Vitrine Digital: Raça, Sexualidade, Desejo e Racismo no Grindr" apresenta uma etnografia virtual em uma quase-experimento que buscou compreender como a hipersexualização e o hipererotismo afetam a experiência de homens negros gays em aplicativos de relacionamento, colocando em foco a hierarquia dos desejos e a objetificação de corpos dissidentes.

"Contra-hegemonias: reflexões sobre gêneros, sexualidades e identidades " é um chamado à ação. Não à ação espetacular, mas àquela que se faz no cotidiano: na sala de aula, no jantar em família, na política institucional. Os capítulos são um convite para que cada pessoa leitora reflita sobre seu papel transformador na sociedade e produzam localmente ações que respeitem a diversidade das identidades. Assim poderemos reunir forças para ampliar a luta por respeito, fazendo com que ações locais provoquem transformações coletivas.

Esperamos que este livro possa inspirar pessoas educadoras, pesquisadoras, ativistas - mas, principalmente, pessoas heterossexuais - para que juntas, possamos repensar as narrativas violentas que reprimem vivências que não se

encaixam na norma patriarcal, sexista e binária. Este livro é uma ferramenta para quem acredita que o diferente é possível – e está disposto a construí-lo. Que ele também seja útil como instrumento de formação crítica e sensível, especialmente em contextos escolares, acadêmicos e comunitários, onde os temas aqui tratados ainda enfrentam resistências e apagamentos. Por fim, agradecemos a todas as pessoas autoras que se uniram para resistir e repensar gênero, sexualidade e identidades. Que suas palavras ecoem além destas páginas.

Dr. Augusto Ferreira Ramos Filho – UNEAL
Dra. Ellen Maianne Santos Melo – IFAL
(*Organizadores*)

PREFÁCIO

Corpos, identidades e subjetividades como projetos políticos de reescrita.

Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever.

(Gloria Anzaldúa)

Ainda que não se assuma, escrever é sempre, e de partida, um ato político. Escrever desde espaços acadêmicos, sobrepassando burocracias administrativas e rotinas universitárias historicamente projetadas para excluir *o povo* de sua construção, é sempre, e de partida, um ato político. Escrever, desde espaços acadêmicos, sobre nossos corpos, identidades e subjetividades alijados do projeto colonial e capitalista de Estado, de democracia e de sujeito é sempre, e de partida, um ato político. Escrever, desde espaços acadêmicos, sobre nossos corpos, identidades e subjetividades entretecidos de epistemologias feministas, dissidentes de gênero e de sexualidade é sempre, e de partida, um ato político. Se é assim, escrever para emoldurar, num prefácio como este, esses tipos de tecidos escritos, alinhavados pelo fio de nossas experiências afetivas e intelectuais é dar a política um sentido ainda mais complexo, pois, em sendo assim, escrever é, em muitos sentidos, *reescrever*.

Como ensina a intelectual feminista lésbica chicana Gloria Anzaldúa, em seu texto *"Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo"*, publicado originalmente em 1981, cujo trecho destacado é a epígrafe deste texto, se trata então de *reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você*. Quando agenciamos espaços legitimados de poder, como nossos postos profissionais, pesquisas acadêmicas, universidades, *livros*, como este, para nos engajamos em projetos coletivos de contestação de padrões de normalidade e das violências que eles ensinam, estamos então *reescrevendo*. Isso porque, agenciamos a contrapelo *códigos* há muito estabelecidos a partir das nossas ausências - *nós* aqui nos significa *mulheres, negros, indígenas, pessoas LGBTQIAPN+ -*, a fim de nos inscrevemos nos espaços de sentido que eixos de poder

históricos se encarregaram de nos apagar, esses a que hoje chamados de *gênero, raça e sexualidade*, por exemplo.

Mas, o que queremos com nossos projetos coletivos de *reescrita*? O que nos move quando nos dedicamos a *reescrever* as histórias cristalizadas, seus sentidos estáveis e discursos hegemônicos sobre nós mesmos? Anzaldúa nos responde novamente, ao explicar que escreve pois, como ela afirma, “*o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá*”. Em certo sentido, *reescrevemos*, pois, aprendemos na pele que a linguagem é operativa, ou seja, não apenas funciona como um espelho estático das coisas do mundo, mas também realiza coisas no mundo, fabrica os sentidos, a cultura, os sujeitos, a realidade. *Reescrevemos*, então, para *reinventar* o mundo a partir de nossas perspectivas. Ou melhor, *reescrevemos para reinventar* um mundo em que nossas existências, nossos corpos, nossas subjetividades e identidades não sejam suplantados por escritas coloniais, racistas, autoritárias, masculinistas, heteronormativas e transfóbicas. *Reescrevemos umas com as outras*, pois escrevemos como um corpo político, mas também *reescrevemos contra* as escritas que tramaram nosso silêncio.

Reescrever, como sabe toda escrevente, seja da própria história ou dos dizeres numa língua qualquer, requer coragem e paciência. Especialmente quando nossas reescritas incomodam a quem sempre esteve beneficiado pela estabilidade dos códigos e dos sentidos, pela imutabilidade dos sistemas e pela sacralização das interpretações. *Contra-hegemonias: reflexões sobre gêneros, sexualidades e identidades* é um exercício plural, multifacetado e crítico de *reescrita*, pois enreda vozes diversas e pontos observação variados, embora engajados em torno de um mesmo sentido: os atravessamentos que

constituem nossos corpos, escritos nas experiências de poder e resistência dos diferentes contextos em que se dá a vida.

Nós escrevemos *sobre o não dito* e, assim como Anzaldúa, não nos importamos com *o suspiro de ultraje do censor e da audiência*.

Prof. Dr. Danillo da Conceição Pereira Silva
Instituto Federal de Alagoas - IFAL

Capítulo 1

EXÍLIO E LIBERDADE DE SER: REFLEXÕES DE VIVÊNCIAS DE HOMENS GAYS

Augusto Ferreira Ramos Filho¹

Ericlis Roberto Aguiar dos Santos²

Roberta Aguiar dos Santos³

O exílio voluntário como liberdade de expressão da sexualidade e gênero

A expressão de gênero e sexualidade deve ser um direito humano fundamental. No entanto, em muitos países, as pessoas LGBTQIAPN+ enfrentam discriminação, violência e até mesmo morte por causa de suas identidades de gênero e sexualidades. Essas violências podem ser perpetuadas por familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho ou mesmo pelo Estado. Alguns exemplos são a agressão física, espancamento, *bullying*, insultos, xingamentos, ameaças, humilhação, isolamento social, discriminação, falta de acesso a serviços públicos e falta de proteção contra a violência, entre outros. Essas violências podem ter um impacto devastador na vida das pessoas LGBTQIAPN+, afetando sua saúde mental, física e emocional,

¹ ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8375-4024>; Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Cultura (ProDiC). Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Comportamento – GEPGEC. E-mail: augusto.filho@uneal.edu.br.

² ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-1813-8095>; graduando do curso de Pedagogia, na Univesidade Estadual de Alagoas, Bolsista PIBIC Fapeal e membro do GEPGEC. Membro do grupo GPEIBC, Brasil. E-mail: ericlis@alunos.uneal.edu.br

³ ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-5124-3061>; Graduanda do curso de Pedagogia, na Universidade Estadual de Alagoas, Bolsista PIBIC Fapeal e membro do GEPGEC, Brasil. E-mail: roberta.santos.2023@alunos.uneal.edu.br

bem como suas oportunidades de educação, emprego e moradia.

Neste capítulo utilizaremos os conceitos de exílios (Muñoz, 1999), liberdade, (Butler, 2024), masculinidades hegemônicas (Connell e Messerschmidt, 1998), masculinidades dissidentes (Connell, 2005) e heteronormatividade (Butler, 2024). Para embasar nossa análise das experiências de Exílios voluntários entre pessoas LGBTQIAPN. A seguir, apresentamos as definições e contextos desses conceitos.

Diante dessas adversidades, algumas pessoas LGBTQIAPN+ optam pelo exílio, – compreendemos o exílio como um estado de afastamento não só geográfico, mas também social e emocional. Para Muñoz (1999), o exílio é uma experiência muitas vezes vivida por aqueles que não se encaixam nas normas das masculinidades hegemônicas e da heteronormatividade, incluindo homens que desafiam as expectativas tradicionais de masculinidade, sendo essas as masculinidades dissidentes. O exílio pode ser tanto um lugar para dor quanto para resistência. O exílio voluntário pode ser uma estratégia para a autonomia e a emancipação das pessoas LGBTQIAPN+, mas também pode ser um processo difícil e complexo, por deixar seu país/estado/cidade de origem para viver em outro lugar onde possam expressar sua identidade de gênero e/ou sexualidade. As pessoas que optaram pelo exílio voluntário precisam enfrentar desafios como a adaptação a uma nova cultura e a construção de uma nova rede de apoio social.

Connell (2005) define masculinidade hegemônica como um conjunto de características, comportamentos e práticas considerados ideais em uma sociedade patriarcal, promovendo a dominação masculina sobre as mulheres e as masculinidades dissidentes. Essa forma de masculinidade é caracterizada por

traços como a heterossexualidade, força, agressividade, virilidade e controle. O conceito de masculinidades dissidentes se refere às várias formas de masculinidades que desafia a masculinidade hegemônica. Segundo Connell (2005) essas masculinidades incluem expressões mais inclusivas e fluidas que não se conformam com a noção de poder e força como a masculinidade hegemônica. A masculinidade dissidente tem a ideia de mostrar uma visão ampla e diferente do que é ser homem, deixando a pessoa explorar a sua identidade sem o medo da coação social.

Ainda na subjetividade dos indivíduos LBGTQIAPN+, o exílio voluntário está intrinsecamente ligado à noção de liberdade, Butler (2024) analisa como as normas de gênero se constroem socialmente e como essas construções afetam a liberdade individual. Ela argumenta que liberdade deve ser entendida não só como ausência de restrições, mas também com capacidade para subverter e desafiar normas que regulam corpos e identidades.

Este capítulo busca refletir sobre homens gays que recorrem ao exílio voluntário para expressarem suas sexualidades e seus gêneros. O capítulo baseia-se na discussão com base nas teorias *queer*⁴ e feminista, de como as expressões de gênero e sexualidade são afetadas pelo impedimento familiar e/ou social, e como o exílio voluntário pode ser uma estratégia para a autonomia e a emancipação desses indivíduos. Neste sentido, tem por objetivo mapear as possíveis camadas em níveis intrapessoais e interpessoais.

A discussão sobre gênero e sexualidade, quando afastamos do cis-hétero normativismo, ainda carece de um maior

⁴ Termo refere-se a pessoas não heterossexuais.

aprofundamento na sociedade. Mesmo que este não possa ser necessariamente considerado um tema recente, tendo em vista que Simone de Beauvoir, em 1949, já escrevesse que “não se nasce mulher, torna-se mulher” (ou homem), contradizendo as crenças da época e refletindo sobre como o gênero tem muito mais a ver com uma série de padrões de comportamento ensinados e estigmatizados pela sociedade, podendo ser expandido para uma análise para além da dicotomia masculino-feminino.

Assim, é muito comum em nossa sociedade que os debates voltados ao público LGBTQIAPN+ estejam num campo de achismos, pontos de vista e religião. Natividade e Oliveira (2013) defendem que esta comunidade apresenta posições objetivas e subjetivas que implicam em discriminação e sentimento de inferioridade, caracterizadas por exclusões, privações e tratamentos desiguais frente a cis-heterossexuais.

Warner (1991) caracteriza que a heteronormatividade é vista como o padrão de sexualidade aceito perante a sociedade. Isso sugere que outras formas de sexualidade, como as identidades LGBTQIAPN+, são consideradas desviantes ou fora da norma padrão.

A temática dissidente ainda é questionada pela academia e discriminada como inferior no cenário político, não sendo abordado com sua devida importância ou divulgado com o aprofundamento necessário do cotidiano social para que os devidos questionamentos sejam feitos e a instrução alcance as mais diversas comunidades, o que resulta em diversos casos na autoexclusão de pessoas que destoam da padronização imposta em seus contextos para, enfim, expressarem suas identidades. Essa perspectiva molda práticas sociais, culturais e políticas,

perpetuando discriminação e exclusão em relação às identidades LGBTQIAPN+.

É necessário promover um diálogo aberto e respeitoso sobre essas questões em todos os níveis da sociedade. Isso significa não apenas ouvir as vozes daqueles que são diretamente afetados pela discriminação, mas também desafiar ativamente os preconceitos e estereótipos arraigados. A educação e a conscientização são ferramentas poderosas na luta contra a homofobia, transfobia e todas as formas de intolerância.

Para isso, como argumenta hooks (2009), pretende-se argumentar a heteronormatividade enquanto uma variedade de mecanismos explícitos e implícitos, pressuposições, práticas e convicções que continuamente reiteram a normalidade e a naturalidade da heterossexualidade como a única expressão de orientação sexual aceitável.

É importante lembrar que a luta pelos direitos LGBTQIAPN+ não é apenas uma questão de justiça social, mas também de saúde mental e bem-estar, como defende Marshal (2011). A negação da identidade de gênero e/ou sexualidade de uma pessoa pode ter consequências devastadoras para sua saúde física e emocional. Portanto, é responsabilidade de todas as pessoas criar um ambiente onde possam viver autenticamente, sem medo de discriminação ou rejeição, em consonância com o que Abade, Chaves e Silva (2020, p. 1) argumentam.

À medida que continuamos a avançar como sociedade, devemos nos esforçar para construir um mundo onde todas as pessoas sejam livres para serem quem são, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Isso requer um compromisso coletivo de desafiar o *status quo* e criar espaços

seguros e inclusivos. Somente através da educação, empatia e solidariedade podemos verdadeiramente alcançar a igualdade e o respeito para todas as pessoas, independentemente de suas individualidades.

O capítulo parte de uma pesquisa, ainda em processo, através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica, fomentado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas. A pesquisa tem por objetivo analisar como as expressões de gênero e sexualidade são afetadas pelo impedimento familiar e/ou social, e como o exílio voluntário pode ser uma estratégia para a autonomia e a emancipação. Dentre esse processo, optou-se por entrevistas em profundidade (Emerson, Fretz, Shaw, 1995). As entrevistas aconteceram de forma presencial e on-line, com duração de 90 min, neste recorte com homens gays, para começarmos a entender como o exílio está presente nas vidas dessas pessoas. A pesquisa é de tipo qualitativa, os participantes são pessoas LGBTQIAP+, a coleta de dados ocorreu por entrevistas em profundidade com codificação/identificação de categorias, Bardin (1977) sobre a análise de conteúdo categorizamos; Exílio psicológico - Exílio familiar - Exílio econômico - Exílio social/cultural - Exílio amoroso/afetivo. É um ensaio teórico com discussão e reflexão crítica sobre gênero e sexualidade, com base em teorias queer e conceitos como: exílio, liberdade, masculinidades dissidentes, masculinidades hegemônicas e heteronormatividade.

Sentidos e sentimentos do exílio voluntário

As nuances das vidas de pessoas LGBTQIAPN+ existem de forma fluida e diversificada. Por mais que as experiências vivenciadas das pessoas LGBTQIAPN+ sejam marcadas por

opressão, preconceito e estigmas (Goffman, 1981), elas não são vivenciadas da mesma forma; as experiências são moduladas através do tempo, espaço, cultura, classe, etnias, entre tantos outros fatores (Collins & Bilge, 2021).

Ao longo da história, pessoas *queer* enfrentaram um percurso turbulento em suas vidas pessoais, lidando com a repressão social e as expectativas familiares que muitas vezes negavam ou marginalizavam sua sexualidade, expressão e identidade. Quando esses indivíduos decidem sair de seus ambientes familiares ou sociais, eles estão tomando uma decisão transformadora, que envolve o rompimento com normas que, por muito tempo, foram impostas a eles (Eribon, 2021). Essa decisão de abandonar a segurança, ou a aparente segurança, do círculo familiar e social é frequentemente carregada de medo, incertezas e, ao mesmo tempo, de um desejo intenso de liberdade.

O exílio de pessoas *queer* abre um campo de reflexão sobre quais tipos de distanciamentos as pessoas LGBTQIAPN+ estão suscetíveis em suas vidas. Esse exílio pode acontecer de forma forçada por seus familiares, que, pela homofobia, expulsam essas expressões e identidades de gênero de casa (Goffman, 1981). Para essas pessoas, o exílio não foi uma escolha, mas uma imposição (Ramos Filho, 2023). Um dos entrevistados descreve os sentidos e sentimentos de seu exílio voluntário:

Fragmento (1)

Eu acho que a minha sensação de pertencimento e aceitação modulou o meu isolamento. (...) O sentimento de não ser bem-vindo, de não me encaixar, de que aquele lugar não me representava mais, foi o que me fez ficar até me estabilizar. Então,

todas as vezes que eu queria voltar, que eu queria regredir, que eu queria retornar, além de ter o apoio dos meus amigos, tinha minha mãe também, isso era meu pilar. Porque, tipo, se não tivesse isso, não tinha o que ninguém apoiar. Aí foram esses motivos que realmente me fizeram continuar aqui e não voltar pra cidade que eu morava antes (Entrevista concedida em 2024).

No fragmento (1), o interlocutor acredita que “a sensação de pertencimento e aceitação” contribuiu para o isolamento. Ou seja, paradoxalmente, a busca por pertencer ou ser aceito o levou para o isolamento. “A sociedade exclui para incluir” (Sawaia, 2017, p. 8) e, neste sentido, o exílio se torna um lugar (ou não-lugar) de uma dialética de exclusão/inclusão. Sawaia (2017) acrescenta que esta dialética promove subjetividades que vão do sentimento de inclusão ao de discriminação e revolta. Assim, percebe-se que o interlocutor se direciona a um lugar de isolamento como forma de proteção.

Este fragmento ainda sugere um sentimento de não se encaixar ao reforçar uma percepção negativa do lugar de origem ao expressar as ideias de “não ser bem-vindo”, “não me encaixar” e “não me representava mais”. A negativa repetida três vezes corrobora o sentimento de estranhamento de não pertencimento, ou de privação de sua singularidade.

Ainda, o interlocutor apresenta o apoio social de amigos e da mãe e a estabilidade como pilares de permanência. No primeiro pilar, a tônica é a importância das relações interpessoais e familiares na construção da identidade (Bourdieu, 2011) e no processo decisório. O segundo pilar apresenta um motivo para permanecer no novo lugar. A

estabilidade pode se associar tanto às questões materiais (emprego e moradia) quanto emocionais (relacionamentos e projetos de vida).

Através das seleções lexicais “voltar”, “regredir” e “retornar”, o interlocutor apresenta a luta contra a nostalgia de regresso ao local de origem e o de permanecer no novo lugar. A ambivalência (Oliveira, 2024) denuncia as relações subjetivas do exílio, neste caso, superadas pelo apoio da mãe e dos amigos.

O exílio voluntário traz prerrogativas distintas. A pessoa pode se voluntariar a sair de casa ou do meio social. Qual a motivação para essa saída? Quais os contextos em que a pessoa está inserida? Ramos Filho (2023, p. 2518) aponta que “pessoas heterossexuais costumam ter mais suporte dos amigos e da família. Isso significa que eles podem se sentir mais confortáveis compartilhando suas vidas com outras pessoas”. Não é o caso de pessoas LGBTQIAPN+, uma vez que muitas “são expulsas de casa quando revelam sua orientação sexual ou identidade de gênero” (Ramos Filho, 2023, p. 2518).

Para essas pessoas, o exílio voluntário não é um simples ato de resistência contra a opressão, mas uma busca por autenticidade e reivindicação de sua identidade. O exílio torna-se, portanto, um espaço onde suas sexualidades possam ser vividas de forma plena, onde sua expressão de gênero não seja mais limitada por estigmas ou expectativas externas a si, mas seja reconhecida e respeitada (Miskolci, 2007).

De certo, ambos os exílios, forçados e voluntários, têm seu processo, muitas vezes doloroso e solitário, que envolve a necessidade de redefinir a própria visão de pertencimento, reconfigurar o conceito de família em si. Pessoas LGBTQIAPN+ têm essa característica de poder escolher quem faz parte da sua família, fora dos padrões biológicos; assim, elas abrem caminho

para novas redes de apoio, mais próximas de quem realmente são (Rodriguez e Carmo, 2013).

O exílio também é um processo de reconstrução pessoal. Ao se distanciar do meio em que viviam, as pessoas LGBTQIAPN+ encontram a oportunidade de redefinir suas próprias histórias e de sonhar com novos objetivos que até então não eram possíveis. Esse movimento de independência é tanto um ato de autoconhecimento quanto uma afirmação da própria dignidade, pois, ao se libertarem de rótulos e normas, elas podem, finalmente, explorar todas as nuances de sua identidade sem medo de julgamento ou punição.

Através dessa busca por aceitação e liberdade, muitas pessoas acabam encontrando, além da transformação interna, novas formas de pertencimento nesse novo ambiente que frequentam e/ou habitam. Numa conjuntura pós-convencional, reflexiva, ambivalente, contingente, relativa e plural, que propicia essas rupturas, as pessoas LGBTQIAPN+ se reconhecem nos direitos e merecem ter suas sexualidades, expressões e identidades aceitas, assim como suas trajetórias de vida respeitadas (Oliveira, 2011).

O êxodo LGBTQIAPN+ para as cidades grandes configura esse novo ambiente (Vieira, 2011). No nosso recorte local, Alagoas é um estado onde a LGBTfobia é muito presente na cultura e na sociedade. Tratando-se de um estado pequeno e interiorano, onde a força do capital vem da agricultura e do espaço campestre, é normal que haja essa migração da população LGBTQIAPN+ para os maiores centros populacionais, no nosso caso, Arapiraca e Maceió, ou até mesmo as grandes metrópoles nacionais. As vivências se constituem em diferentes níveis e formas nas cidades

interioranas, onde essas vidas podem ser mais precarizadas e sem perspectiva de estabilidade emocional e financeira.

Podemos perceber que o exílio, de acordo com os nossos resultados, pode acontecer em cinco níveis e em lugares concretos e/ou subjetivos, sendo eles:

Exílio psicológico - entendemos o exílio psicológico como um aspecto onde essas pessoas recorrem às suas mentes para criar esse ambiente seguro.

Exílio familiar - o exílio familiar pode acontecer de dois modos: o primeiro é quando ainda vivem em casa e recorrem a um ambiente fixo, geralmente seu quarto, onde se isolam do convívio familiar; o segundo é quando a pessoa se propõe ou é expulsa de casa.

Exílio social/cultural - também vinculado ao exílio familiar, essa forma de exílio trata do contato migratório entre pessoas, podendo acontecer quando saem de um grupo, por exemplo, religioso, por não se sentirem pertencentes.

Exílio econômico - esse exílio está relacionado à emancipação e autonomia financeira, partindo do princípio de que essa autonomia financeira está relacionada a trabalhos clandestinos e pouco remunerados.

Exílio amoroso/afetivo - é a restrição que esses indivíduos se impõem como insuficientes ao estarem em um relacionamento amoroso, podendo viver vários relacionamentos, mas não construir laços duradouros.

Com o propósito de aprofundar as discussões, a seguir, apresentaremos histórias de homens gays que escolheram ou foram forçados ao exílio de acordo com as tipologias apresentadas anteriormente.

Exílio psicológico

O exílio psicológico é o primeiro tipo de exílio que as pessoas LGBTQIAPN+ vivenciam ao descobrir sua sexualidade. Rodriguez e Carmo (2013) mostram que, ao começarem a compreender sua identidade sexual, muitos indivíduos LGBTQIAPN+ sentem receio em relação à possível reação de familiares, amigos e da sociedade em geral. Diante desse medo, é comum que se retraiam e se isolem em seu interior. Na busca por alternativas para "esconder" sua identidade sexual ou de gênero, muitas vezes recorrem a atividades como jogos online, leitura de livros e consumo de séries.

Fragmento (2)

Eu gosto de estar com os meus pensamentos. Eles foram minhas únicas companhias durante tanto tempo que eu acabei me acostumando. Né, de vez em quando eu brigo comigo mesmo porque meus pensamentos estão me matando, mas estamos aí, né? (Entrevista concedida em 2024)

No trecho acima, o interlocutor reflete sobre o recurso de se isolar em si. De certa forma, isso não constitui um ambiente saudável psicologicamente, pelo mesmo sentido da repressão sentimental que envolve a masculinidade e a sexualidade (Gomes, 2011). A saúde precarizada da população LGBTQIAP+ enfatiza os altos números de suicídios, especialmente entre homens gays (Nascimento, Segundo e Barker, 2011).

Fragmento (3)

No momento que eu começo a jogar *Free Fire* e começo a jogar com os três gays e com gestos que eu tinha visto no *YouTube* da Samira. [...] Então assim eu estava jogando com pessoas ou que eu conhecia muito bem ou que eu nunca ia ver na minha vida. [...] bom, se essa pessoa pode, eu também posso, e é engraçado, é divertido, e eu posso me expressar aqui e é isso (Entrevista concedida em 2024).

Esse exílio é ainda marcado pelo contato intenso com a tecnologia e mídias sociais. É comum na comunidade *queer* o fácil acesso aos meios midiáticos, muitas vezes estimulado desde a infância. Ferrari (2021) explica que esse contato se limita ao uso da internet para que se sintam amparados. Os jovens consideram esse espaço “protegido pelo anonimato”, sem a necessidade de grandes exposições, o que cria também um distanciamento durante seu processo de desenvolvimento. As pessoas LGBTQIAPN+ recorrem a esse recurso para ter um ambiente seguro, mantendo contato com outros LGBTQIAPN+, até os primeiros contatos amorosos (Ferrari, 2021).

Ainda tentando mapear os tipos de exílios, conseguimos descrever um outro tipo dentro do arcabouço psicológico: o “exílio das artes”. Esse ambiente se faz necessário para algumas pessoas que recorrem à música, dança e desenho como forma de se afastar das coisas que lhes causam dor. Exilar-se dentro da arte os leva a pensar na transformação da dor, mesmo que não a descrevendo diretamente, mas resignificando a própria percepção de mundo em que estão inseridos.

Exílio familiar

O conceito de "exílio familiar" pode se manifestar de duas formas distintas. Primeiramente, em um contexto familiar tradicionalista, onde predominam normas sociais baseadas na heteronormatividade hegemônica (Connell e Messerschmidt, 1998), as famílias criam seus filhos dentro desses padrões, levando os homossexuais a internalizarem as expectativas de gênero e sexualidade convencionais (Rodriguez e Carmo, 2013).

Fragmento (4)

Meu pai já teve vários acessos de raiva e surtos, então muitos traumas que não foram abordados aqui eu tenho por causa dele. Era o meu último medo porque eu já montava, já apresentei quadrilha, já performei em *Halloween*. Um currículo assim... quando a gente para pra pontuar apresentação por apresentação, é um currículo gigante. Muita gente me conhecia, mas meu próprio pai não me conhecia (Entrevista concedida em 2024).

Nesse contexto, aqueles que ainda residem com seus pais ou com outra composição familiar podem se sentir inseguros e temerosos ao tentar revelar sua identidade de gênero e/ou orientação sexual. No trecho “muita gente me conhecia, mas meu próprio pai não me conhecia”, o interlocutor refere-se ao fato de viver e experienciar seu gênero e sexualidade, mas ainda ter um impasse com seu pai. O medo que tinha de seu pai estruturou muros que, mesmo com todo o meio social já entendendo sua vida como a de um homem gay, seu pai não reconhecia. Como resultado, as pessoas LGBTQIAPN+ frequentemente buscam outros espaços, como a escola, a

universidade ou grupos de amigos, para expressar sua identidade (Rodriguez e Carmo, 2013).

Contudo, ao retornarem para seus lares, sentem-se pressionados a seguir os padrões sociais impostos, ocultando ou reprimindo sua verdadeira identidade. Este exílio familiar está intimamente relacionado ao exílio psicológico, onde os indivíduos LGBTQIAPN+ encontram refúgio ao isolar seus sentimentos e identidade de gênero e sexualidade em espaços específicos da casa, como o quarto (Carrara e Saggese, 2011).

A segunda forma de exílio familiar ocorre quando a pessoa LGBTQIAPN+ é expulsa de casa ou decide deixar sua casa em busca de emancipação e autonomia. Sob a ótica do conservadorismo religioso no Brasil, muitos pais tratam a orientação sexual ou a identidade de gênero de seus filhos como uma patologia, algo que precisa ser "curado", gerando conflitos nas relações familiares (Rodriguez e Carmo, 2013).

Nesse cenário, muitos indivíduos LGBTQIAPN+ optam por sair de casa na tentativa de viver de maneira mais livre, sem as restrições impostas pela família. Isso pode envolver a migração de sua cidade natal para grandes centros urbanos, onde, ao buscar maior liberdade para expressar sua identidade de gênero e sexualidade, se deparam com novas experiências, que podem ser tanto positivas quanto negativas (Couto e Schraiber, 2011).

Exílio social/cultural

O exílio social ocorre quando os homossexuais optam por se afastar de espaços e contextos que não respeitam ou reconhecem sua identidade. Isso pode se manifestar de diversas formas, como deixar de frequentar ambientes, como igrejas, bares e clubes, que praticam discriminação de gênero e/ou

sexual, ou até mesmo distanciar-se de certas práticas religiosas ou culturais que não respeitam a diversidade (Vieira, 2011). Muitas pessoas LGBTQIAPN+ podem optar por não participar de tradições religiosas familiares que pregam a intolerância ou que não aceitam a diversidade de gênero e sexualidade. Este tipo de exílio social, embora mais sutil, é uma estratégia de sobrevivência e afirmação da identidade.

Fragmento (5)

Eu tenho a minha independência. A parte ruim é que agora eu tenho a minha independência, eu só dependo de mim mesmo. O que é horrível. Mas é libertador (Entrevista concedida em 2024).

Atualmente, sessenta e sete países criminalizam relações entre pessoas do mesmo sexo, o que evidencia a gravidade da situação enfrentada pelas pessoas LGBT em diversas partes do mundo (ONU, 2023). Esse dado nos leva a refletir de maneira mais aprofundada sobre as dificuldades e os riscos que esses indivíduos enfrentam ao tentar viver de acordo com sua identidade sexual e de gênero (Couto e Schraiber, 2011). Em muitos contextos, essa realidade leva à necessidade do exílio voluntário como uma medida de autopreservação e autonomia (Oliveira, 2011).

No Brasil, que se destaca como o país com a maior taxa de homicídios de pessoas LGBTQIAPN+ no mundo segundo dados do Grupo Gay da Bahia (GGB), a situação se torna ainda mais alarmante.

Fragmento (6)

E assim, eu vivia com medo de apanhar na rua dos bolsominions e tudo mais (Entrevista concedida em 2024).

O Brasil apresenta uma realidade de violência, onde indivíduos LGBTQIAPN+ são frequentemente alvos de agressões físicas, psicológicas e, em muitos casos, fatais, frequentemente inflamadas pelos discursos do extremismo conservador (Carrara e Saggese, 2011). Frente a esse contexto, muitas pessoas *queer* se veem forçadas a buscar o exílio social/cultural como forma de proteger sua vida e garantir sua integridade.

Exílio econômico

Ao deixarem o ambiente familiar, pessoas LGBTQIAPN+ podem encontrar oportunidades para se estabelecer profissionalmente e financeiramente. No entanto, enfrentam desafios significativos, como o preconceito e a discriminação enraizados na sociedade, o que pode dificultar o acesso a empregos formais. Muitas vezes, isso as força a recorrer a trabalhos informais ou clandestinos para garantir a sobrevivência.

Fragmento (7)

Se o pessoal acha que escala 6x1 é ruim ganhando salário-mínimo, eu quero ver ele trabalhar em escala 6x1 ganhando 500 reais (Entrevista concedida em 2024).

A vida profissional de um homem gay, especialmente no interior de Alagoas, é marcada pelo trabalho exploratório ou campesino. Embora a homossexualidade não seja proibida, o

uso da sexualidade como desculpa é desencorajado, resultando em dificuldades na contratação.

Esse exílio econômico é evidenciado no histórico êxodo rural, onde homens deixam suas terras natais em busca de estabilidade financeira. Para pessoas LGBTQIAPN+, esse êxodo também implica a necessidade de se libertar da repressão que sofrem, além da busca por segurança financeira. Vieira (2011) trata desse êxodo como uma migração das experiências e vivências de pessoas LGBTQIAPN+.

Fragmento (8)

Porque eu já tinha crescido tanto que não tinha mais pra onde ir lá. Não tinha opção de trabalho, não tinha opção de expressão artística (Entrevista concedida em 2024).

No fragmento (8), o interlocutor destaca a falta de oportunidades em sua cidade, refletindo a desvalorização de trabalhos artísticos. O exílio econômico sempre foi uma realidade para homens do sertão alagoano, e para homens gays, aumenta o desejo de se estabilizar enquanto buscam viver suas identidades e expressões de gênero em grandes centros urbanos (Scott, 2011).

Exílio amoroso afetivo

A afetividade para homens gays sempre foi um aspecto a ser escondido e isolado de diversas camadas do convívio social. Desde a descoberta de sua sexualidade, as experiências "dentro do armário" são suprimidas por fatores que marcam a vida homossexual.

Fragmento (9)

Aí, a minha *drag* é muito bonita, né? Porque eu faço *drag*. Era, tipo, algumas coisas assim. Aí, é isso. No final, o *boyzinho* só sumiu. Não me mandou mais nada. É muito triste quando tipo, o seu jeito, a sua feminilidade, ou a falta de uma masculinidade, a falta da performance de uma masculinidade acaba atrapalhando. Entende? (Entrevista concedida em 2024)

Nas análises de performatividade de gênero, Butler (2024) menciona a subalternidade para aqueles que não se encaixam na masculinidade hegemônica (Connell e Messerschmidt, 2013). Assim, quanto mais os homens distanciam sua performance de gênero do padrão hegemônico, mais se tornam subalternos (homem, preto, gay, afeminado, performando como *drag queen*). Quando esses homens gays se expressam dentro de um arquétipo feminino, as relações se tornam mais complexas.

O desejo sexual e as relações afetivas, quando construídas sob a ótica hegemônica, frequentemente se tornam fontes de angústia e incerteza (Ferrari, 2021). O interlocutor expressa a tristeza em relação a potenciais sexuais casuais, mas a falta de relações afetivas duradouras, levando à preferência pelo isolamento.

Essa situação exige uma reflexão sobre a liberdade individual, através do exílio amoroso afetivo, em face de normas sociais coercitivas. A imposição de uma masculinidade hegemônica reprime a diversidade das experiências de gênero e limita a possibilidade de construção de vínculos afetivos autênticos.

Conclusão

As pessoas LGBTQIAPN+, frequentemente, se sentem isoladas em diversos momentos de suas vidas, especialmente quando estão em ambientes que não as aceitam ou acolhem em suas singularidades. Este texto apresenta alguns dos possíveis exílios vivenciados e mapeados nesta pesquisa, mas não descartamos a possibilidade de haver mais locais de exílios.

Como mencionado na introdução deste capítulo, as experiências e vivências homossexuais são repletas de nuances, assim como as vidas das pessoas LGBTQIAPN+. É necessário um estudo mais aprofundado sobre como essas experiências interpessoais são afetadas pelo movimento de êxodo para a sobrevivência. Embora esse processo traga certas dores, existe um desejo maior de liberdade. A autonomia se reflete na capacidade de expressar livremente a sexualidade e a identidade. As implicações disso na vida das pessoas LGBTQIAPN+ devem ser trazidas para o debate acadêmico, a fim de apoiar políticas públicas e fornecer dados para demandas relevantes.

O exílio voluntário não deve ser visto apenas como uma fuga, mas como uma afirmação da liberdade individual. Ao buscar um novo ambiente que ofereça maior aceitação, os indivíduos LGBTQIAPN+ estão reivindicando o direito de ser quem são, sem medo de repressão, violência ou marginalização. Nesse sentido, o exílio deve ser compreendido não como uma solução individual, mas como um reflexo das falhas de uma sociedade patriarcal, homofóbica e misógina, que falha em proporcionar um ambiente inclusivo e respeitoso para todas as pessoas.

Agradecimentos: O presente trabalho foi realizado com apoio da FAPEAL – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas.

REFERÊNCIAS

BILGE, Sirma; COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

BOURDIEU, Pierre. **O Campo Político**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5, Brasília, janeiro-julho de 2011.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 27 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2024.

CARRARA, Sérgio; SAGGESE, Geraldo. Masculinidades, Violência e Homofobia. In: GOMES, R., org. **Saúde do homem em debate** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011, pp. 202-226. ISBN 978-85-7541-364-7. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>.

CNN BRASIL. **LGBTfobia: Brasil é o país que mais mata quem apenas quer ter o direito de ser quem é**. *CNN Brasil*, 29 jun. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/lgbtfobia-brasil-e-o-pais-que-mais-mata-quem-apenas-quer-ter-o-direito-de-ser-quem-e/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CONNELL, Raylynn. **Masculinities**. 2 ed. Nova York: Routledge, 2005.

COUTO, M. T. SCHRAIBER, L. B. Representações da Violência de Gênero para Homens e Perspectivas para a Prevenção e Promoção da Saúde. In: GOMES, R., org. **Saúde do homem em debate** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011, pp. 158-175. ISBN 978-85-7541-364-7. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>.

ERIBON, Didier. **Reflexiones sobre la cuestión gay**. Barcelona: Anagrama, 2001.

FERRARI, Wendell et al. **Violências nas trajetórias afetivo-sexuais de jovens gays: "novas" configurações e "velhos" desafios**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 7, p. 2729-2738, jul. 2021.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade*. São Paulo: LTC, 1981.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Relatório do Grupo Gay da Bahia 2021**. Fórum Empresas LGBT, 2021. Disponível em: <https://www.forumempresaslgbt.com/post/relat%C3%B3rio-do-grupo-gay-da-bahia-2021>. Acesso em: 27 nov. 2024.

MISKOLCI, Richard. **Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay**. *Cadernos Pagu*, p. 101-128, 2007.

MUÑOZ, Teresa María Dabusti. Trayectoria de Lorenzo Luzuriaga en Losada, una editorial del exilio. **Revista de história contemporânea**, n. 9, p. 395-408, 1999.

NASCIMENTO, M. et al. Reflexões sobre a Saúde dos Homens Jovens: uma articulação entre juventude, masculinidade e exclusão social. In: GOMES, R., org. **Saúde do homem em**

debate [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011, pp. 112-129. ISBN 978-85-7541-364-7. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>.

OLIVEIRA, Daniela Bogado Bastos. **O Movimento LGBT e a Luta pelo Reconhecimento da Família Homoparental**. *Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFES*, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/snpgcs/article/view/1483>. Acesso em: 27 nov. 2024.

OLIVEIRA, Kelvi. Vozes silenciadas: impacto das ditaduras no continente asiático sobre a comunidade LGBT+. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades** - *Rev. Pemo*, v. 6, p. e12583-e12583, 2024.

ONU. **Em dia internacional, ONU pede fim de leis discriminatórias**. Disponível em: < <https://news.un.org/pt/story/2023/05/1814482> >. Acesso em: 28 nov 2024.

RAMOS FILHO, Augusto. **Privilégio heteronormativo: uma reflexão a partir de vidas LGBTQIAPN+**. *Diversitas Journal*, v. 8, n. 3, p. 2510–2525, 2023. DOI: 10.48017/dj.v8i3.2586.

RODRIGUES, Mariana Alvarenga; CARMO, Marta. **A configuração do significado de família para homossexuais: um estudo fenomenológico**. *Rev. abordagem gestalt.*, v. 19, n. 1, p. 12-20, jul. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672013000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 2023.

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2017.

SCOTT, P. Vulnerabilidade masculina, curso de vida e moradia urbana: um dilema para homens adultos de bairros populares. In: GOMES, R., org. **Saúde do homem em debate** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011, pp. 75-110. ISBN 978-85-7541-364-7. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>.

VIEIRA, P. **Mobilidades, migrações e orientações sexuais: percursos em torno das fronteiras reais e imaginárias**. *Ex aequo*, Lisboa, Portugal, v. 24, p. 45-59, 2011. Disponível em: <https://scielo.pt/pdf/aeq/n24/n24a05.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2024.

OLIVEIRA, Daniela Bogado de Basto. **O Movimento LGBT e a Luta pelo Reconhecimento da Família Homoparental**. *Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFES*, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/snpgcs/article/view/1483>. Acesso em: 27 nov. 2024.

Capítulo 2

ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: A INVISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Ellen Maianne Santos Melo⁵

Introdução

A violência doméstica é um grande problema social que, embora tenha sido muito discutido e diversas políticas públicas tenham sido implementadas, visando combater a violência doméstica, os índices que medem a ocorrência desta violência demonstram um forte crescimento da mesma. O número de mulheres que sofreu algum tipo de violência doméstica no Brasil aumentou 9,8% no último ano, subindo para 258.941 casos em 2023, segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública publicados pela revista Exame (Montoro, 2024).

Segundo o Art. 5º da Lei Maria da Penha, violência doméstica e familiar contra a mulher é “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (Brasil, 2006). Desta forma, a violência doméstica abrange diversos tipos de violência, como: a violência psicológica, moral, sexual ou patrimonial. Por isso, ao longo da apresentação deste estudo utilizarei o termo violências para aludir aos diversos tipos de violências compreendidas no contexto da violência doméstica.

⁵ ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8051-265X>; Instituto Federal de Alagoas (IFAL), Professora de Filosofia no Campus Arapiraca; Doutora em Educação pela UFAL; Coordenadora do Núcleo de Gênero, Diversidade e Sexualidade – NUGEDIS. E-mail: ellen.melo@ifal.edu.br

Os lares são para grande parte das mulheres brasileiras um local muito perigoso, pois é no âmbito do ambiente privado de suas casas que se dão as maiores manifestações das violências sofridas por muitas mulheres.

Mas, no cômputo geral destas tantas violências, sendo o nosso objeto de estudo, a violência doméstica, o nosso foco é entender como as diversas violências que são perpetradas contra as mulheres dentro dos seus próprios lares podem estar sendo invisibilizadas, uma vez que, no contexto de uma sociedade regida pela ideologia patriarcal, instituída como um sistema de poder opressor sob às mulheres, muitas mulheres, bem como, as pessoas que convivem ao entorno destas vítimas, tendem a naturalizar a violência.

Essa naturalização da violência significa que defendo como hipótese, que muitas pessoas, e em especial, as mulheres, têm uma dificuldade de reconhecer que vivem situações de violência doméstica. Essa identificação é dificultada graças ao ideário patriarcal que tece elementos simbólicos para distinção entre os gêneros, estabelecendo para mulheres, o papel de subordinação perante os homens.

Assim, para investigar o problema de pesquisa que investiga a invisibilidade da violência doméstica, não pretendo aqui, defender que a violência doméstica é invisível. Os dados da violência doméstica mostram a realidade material da mesma. Mas, o que pretendo é investigar as condições de produção da invisibilidade para as sujeitas vítimas da violência e investigar, se as pessoas ao redor das vítimas naturalizam a ocorrência destas violências.

Para tanto precisei entrevistar mulheres que frequentam um grupo de apoio denominado Grupo de Acolhimento do Juizado da Mulher da Vara de Violência Doméstica de

Arapiraca, que reúne mulheres que possuíam Medidas Protetivas contra seus abusadores, a fim de testar a hipótese de que a violência doméstica é invisibilizada tanto no âmbito privado, quanto no âmbito público e através de relatos e experiências práticas será possível constatar a violência doméstica materializada na vida cotidiana.

Quando busco compreender a invisibilidade da violência doméstica no âmbito privado procuro identificar como as vítimas da violência doméstica compreendem as situações violentas que vivenciaram, relacionando-as às violências de gênero, bem como, compreender as condições de produção destas violências.

No âmbito público procurei compreender como as pessoas em torno desta vítima de violência agiam em situações da manifestação destas violências, para analisar, se as violências se tornavam visíveis às outras pessoas, conseguindo além de identificar, ajudar essas vítimas.

Estudos como esses contribuem para a identificação das condições de produção da violência doméstica, que é um problema social que atinge muitos lares brasileiros e podem auxiliar para subsidiar planos de ações que trabalhem no combate as diversas violências que vitimizam muitas mulheres em nosso país.

Fundamentação teórica

A Análise do Discurso (AD) de linha francesa, criada partir do trabalho teórico de Michel Pêcheux (2014) é uma abordagem epistemológica em que teoria e prática se entrecruzam. Assim, a AD é uma metodologia de pesquisa e é ao mesmo tempo, um paradigma teórico que articula em si, três regiões do

conhecimento: o materialismo histórico marxista, a linguística e a psicanálise.

Essas três regiões do conhecimento fundamentam teoricamente as análises discursivas, instaurando uma teoria não subjetiva da subjetividade. Em AD, embora se estude o discurso subjetivo proferidos pelos sujeitos de pesquisa, entende-se que estes estão sob condições de produção materiais advindas de determinações históricas que produzem a ideologia que justificam as práticas sociais.

Desta forma, a língua não é vista apenas do ponto de vista sintático, mas como enunciação de sentidos ocultos captados a partir das narrativas. Aquilo que é expresso está carregado tanto de ideologia, quanto de saberes subjetivos construídos pela experiência dos sujeitos que traduzem efeitos de sentidos. É aqui que a contribuição da psicanálise se faz necessária: para compreender a enunciação de sentidos inconscientes que também são conteúdos da fala do sujeito.

Pêcheux (2014) falando sobre a posição dos sujeitos falantes em sua relação com o conteúdo imaginário, afirma que o discurso:

[...] é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que *A* e *B* se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro [...]. Também o referente se trata de “um *objeto imaginário* (a saber, o ponto de vista do sujeito) e não da realidade física” (Pêcheux, 2014, p.82.83, *itálicos do autor*).

Assim, segundo Pechêux (2014), os protagonistas do discurso falam de suas formações imaginárias, a partir das posições sociais que ocupam os diversos sujeitos dentro de

determinadas condições que são delimitadas pela estrutura da formação daquela sociedade, alicerçada na ideologia vigente.

No contexto do estudo do problema da violência doméstica, a estrutura social está alicerçada sob a ideologia do patriarcado. Esse arquétipo de dominação masculina é o princípio organizador da estrutura social. É importante situar a perspectiva teórica e conceitual na história, a fim de que possa ser feito uma análise mais completa da realidade observada. Por isso, a contribuição de Marcuse é bastante relevante para esta pesquisa, quando ele afirma, que:

Num dado momento da vida do gênero homem, a vida grupal foi organizada por dominação. [...] o homem que conseguiu dominar os outros era o pai, quer dizer, o homem que possuía as mulheres desejadas e que, com elas, gerara e conservara vivos os filhos e filhas. Assim, o pai monopolizou para si próprio a mulher (o prazer supremo) e subjugou os outros membros da horda ao seu poder (Marcuse, 1981, p. 70).

Marcuse em *Eros e civilização* (1981), faz uma interpretação da teoria psicanalítica de Freud à luz do materialismo dialético de Marx e traz grande contribuição a esta pesquisa, ao explicar que a dominação masculina fundamenta ideológica e materialmente a sociedade.

É sobre esse viés epistemológico da fundamentação teórica esboçada brevemente acima, que se dará a análise do discurso da entrevistada no estudo de caso, a fim de compreender as condições de produção da violência doméstica e investigar se há uma certa naturalização desta violência, que a faz tornar-se invisível diante da estrutura social.

Para fazer esta análise sobre a possível invisibilidade da violência através do discurso das vítimas de violência, será necessário recorrer à categoria analítica de dispositivo amoroso criada pela pesquisadora Valeska Zanello. Esse pluralismo de perspectivas e diálogo entre autores e autoras de diferentes gerações e paradigmas teóricos e metodológicos é crucial para ampliar o limite da abordagem desta pesquisa. Esta autora discorre no seu livro *Saúde mental, gênero e dispositivos* (2018) que o amor é um fator de risco para as mulheres, no contexto da sociedade patriarcal e machista que vivemos, pois à mulher é ensinada a construir a sua subjetividade em torno da dependência emocional por outrem.

A partir desta perspectiva dos estudos gênero desenvolvido por Zanello, o conceito de dispositivo amoroso (2018), preconiza que “Para as mulheres, o amor diz respeito à sua identidade, como uma experiência vital” (Zanello, 2018, p. 230). Desta forma, a ideologia social prega que, para uma mulher se considerar empoderada e plena, ela precisa ser amada e escolhida por um homem.

É através deste arcabouço teórico que as análises discursivas serão analisadas, a fim de compreendermos se neste contexto social contemporâneo, a invisibilidade da violência doméstica é uma realidade fática perceptível através do discurso das vítimas de violência doméstica.

Metodologia

Como procedimentos metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa utilizei a pesquisa quantitativa e a qualitativa. Enquanto a pesquisa quantitativa buscou trazer dados gerais sobre os índices de violência doméstica no nosso

país, a pesquisa qualitativa remete a um estudo de caso no qual será utilizado a metodologia da análise do discurso.

O estudo de caso como método de pesquisa permite que a concentração na elucidação de sentidos extraídos de casos específicos. Para coletar as informações do estudo de caso, utilizei a entrevista como recurso para a coleta das informações.

Para o tratamento dos sentidos extraídos da entrevista, utilizei os procedimentos advindos da análise dos processos discursivos da teoria da análise do discurso de Michel Pêcheux (2014). Segundo o autor, o discurso é o lugar onde língua e ideologia encontram-se, pois, o discurso proferido pelo sujeito traz sentidos que denotam a ideologia.

Uma formação discursiva representa saberes que se relacionam com a ideologia vigente e que determinam o que pode e deve ser dito [...] os sujeitos são interpelados - em sujeitos que anunciam por formações discursivas, que por meio da linguagem representam as formações ideológicas a que são correspondentes (Damacena, 2023, p, 20).

O sujeito que profere o discurso é afetado pessoal e socialmente pela ideologia da cultura a qual pertence. Assim, a análise do discurso originada a partir dos estudos de Michel Pêcheux se respalda numa teoria do discurso que disserta sobre a determinação histórica dos processos semânticos. Isso significa que, para a análise do discurso, além do que se diz no discurso – elementos linguísticos – a pesquisadora deve se atentar para elementos externos ao que é dito. Ou seja, contexto social, ou, nas palavras de Pêcheux (2014), nas condições de produção deste discurso.

É através desta ótica histórica, entendendo que o sujeito é fruto de determinações sócio-históricas, que os discursos devem ser analisados, através da metodologia da análise do discurso proposta por Pêcheux (2014).

Assim, a partir desta metodologia, investiguei como as sequências discursivas da entrevista, configuram nos discursos das narrativas das mulheres, a representação de contradições inerentes às instituições da sociedade patriarcal.

Por isso, utilizei a entrevista semiestruturada, para que as entrevistadas discorressem de forma mais livre, sobre a sua vivência no contexto de violência doméstica e eu pudesse fazer o estudo de caso, a partir de uma ótica histórico-discursiva e destacasse as complexas tensões que permeiam os discursos das mesmas, através das intersecções entre classe, raça e território.

Entrevistei três mulheres vítimas de violência doméstica, mas diante da limitação de páginas deste trabalho, escolhi trazer apenas as sequências discursivas de uma das entrevistadas. As três mulheres vítimas de violência eram pretas ou pardas, nenhuma das três tinham cursado o ensino superior e todas eram nascidas em Arapiraca.

A fim de preservar a identidade da entrevistada, uma vez que os relatos discorrem à respeito da intimidade desta mulher, em se tratando também de relatos sobre violências sofridas, o nome real da entrevistada foi substituído pelo nome Maria.

A entrevistada já me conhecia de vários encontros do grupo de acolhimento do juizado da Mulher que eu passei a frequentar e, pela proximidade que já tínhamos, a entrevistada ficou bastante à vontade para compartilhar sua história comigo, nos mínimos detalhes. Ao aceitar participar da pesquisa, ela assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

e ela me cedeu a entrevista que durou mais de duas horas e cujo conteúdo foi gravado e será transcrita em partes, neste trabalho.

Após chamá-la pelo seu nome real e perguntar a idade dela, comecei a entrevista solicitando que ela me contasse como era a sua relação com o homem que ensejou a busca pela Medida Protetiva e, posteriormente, conduzi os longos relatos para o seu fechamento, pedindo que me contasse como essa relação acabou. À medida que ela ia contando, sempre que surgia alguma dúvida, busquei elaborar questões que pudesse ajudá-la a desenvolver melhor a narração.

No item resultados, apresentarei a seleção das sequências discursivas extraídas das entrevistas que ajudará a responder o problema de pesquisa deste trabalho: quais as condições de produção da invisibilidade da violência doméstica?

Resultados

A fim de responder o problema de pesquisa enunciado acima, procedemos com a entrevista que foi realizada com Maria, no dia 22 de outubro. A entrevista teve a duração de cerca de 2:20 horas e os resultados serão expostos sob a forma de análise de recortes do discurso, selecionados do *corpus* geral do conteúdo da entrevista, como Sequências Discursiva de Referência (Sdr), as quais seguem abaixo, após uma breve apresentação da entrevistada.

Maria é uma mulher de 53 anos, microempresária e cozinheira. Ela conta que conheceu o homem cujo comportamento violento do mesmo, ensejou uma Medida Protetiva deferida pelo Juizado da Mulher de Arapiraca, em 2010. Mas essa relação foi intermitente. Eles terminaram e reataram a relação por duas vezes e Maria morou com o seu abusador até 2021. Maria tem três filhos, sendo dois adultos,

fruto do seu primeiro casamento e uma criança de 11 anos, cujo genitor é o seu abusador.

Para investigarmos as condições de produção da invisibilidade da violência doméstica selecionamos as *Sdr* em duas categorias. A primeira, sendo um relato geral sobre como era a relação e a segunda, tratando sobre o fim da relação.

Objetivamos com isso identificar os sentidos nos relatos livres, que remetam a forma de percepção da relação vivida por essa mulher, como uma relação violenta. Ou seja, pretendemos observar se as violências eram visíveis desde o início da relação, se elas não existiam ou não eram percebidas e qual foi o ponto de corte da relação, averiguando se as violências em si, foram os motivos para o fim da relação.

Também apresentarei *Sdr* que possam denotar a relação entre o público e o privado, em se tratando das violências sofridas por essa mulher, tentando entender até que ponto, as pessoas ao entorno percebiam as violências e interviam a fim de ajudá-las.

a) Relatos de como era a relação

Maria conta que conheceu o seu abusador no trabalho. Conta que antes da relação afetiva começar, ele era funcionário dela em um restaurante ao qual ela era proprietária e, que ele persistiu muito para ficar com ela. Diz ela: *Sdr1* - “Antes de eu perceber que ele tava com sentimento para mim, os funcionários diziam: ele gosta de você... Assim, quando vinha homi pra eu atender, ele tomava a frente e dizia: deixa que eu atendo”.

E ela conta com os olhos brilhando, o que aconteceu há mais de 10 anos atrás, o quanto ele era atencioso e persistente,

chegando a dizer um dia: “não há nada que eu queira que eu não consigo”.

Neste momento, eu interferi no relato dela para perguntar: quando ele tomava a frente para você não atender os homens, o que você pensava? E ela respondeu imediatamente: *Sdr2* - “O sentimento dele começou a nascer ali. Porque ele não gostava que eu falasse com homi”.

E eu insisti perguntando: o que ele fazia para que você pensasse que ele não gostava que você falasse com homens? E ela responde: *Sdr3* - “Ele não fazia nada. Só tomava a frente. Interrompia”. E eu então, perguntei novamente: você achava essa atitude dele ruim? E ela: *Sdr4* - “Não, afinal tinha muita gente mesmo pra atender”.

Aqui é notório a invisibilidade da violência. Maria não percebia que não era cuidado, mas sim, controle. O controle é uma característica que denota uma relação abusiva, configurando uma violência psicológica.

Foram mais de trinta minutos de relato e Maria ainda não tinha mencionado que havia ocorrido algum tipo de violência. Ela conta que engravidou três meses depois que começou a relação e que ele ficou muito feliz e enchia ela de chocolate. Conta também que ela arrumou outro emprego melhor para ele.

O fato dela arrumar um emprego melhor para ele foi após ele se tornar seu esposo. Aqui está presente a ideologia de que o homem na relação, precisa ter mais prestígio do que a mulher. O lugar de funcionário dela não parecia mais ser um lugar social aceitável para um esposo, pois ser mulher na sociedade patriarcal é uma categoria social onde “a feminilidade é medida pela arte de se fazer pequena” (Bourdieu, 2002, p.38).

Este espaço de maior prestígio do homem com relação à mulher, dentro de uma relação torna-se ainda mais evidenciado e pode ser compreendido através do conceito de performatividade de gênero trazido por Butler (2018), relacionando-o às configurações de poder que constroem as identidades dos sujeitos a partir daquilo que a autora define como instituições definidoras de identidade. A saber: o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória, bem como o binarismo homem/mulher. Neste contexto, a submissão das mulheres parece algo relacional: se os homens definem categorias de superioridade, consequentemente, cabe às mulheres a submissão e aceitação dos infortúnios.

Assim, Maria continua a contar sobre os seus infortúnios e relata que, de repente, ele sumiu. Desligou o celular e nem ia mais ao trabalho. E se passaram dois meses, até que avisaram a ela que o viram trabalhando em outro lugar. Ela, que teve muitas complicações de saúde na gravidez, discorre longamente sobre suas complicações de saúde. Mas ela não se queixa do abusador em nenhum momento.

E após o nascimento da criança ela o procurou no novo trabalho dele e levou a criança pra ele conhecer. A partir de então, ele foi se reaproximando deles, aos poucos e afirma ela: *Sdr5* - “agente foi voltando”.

Neste momento, eu pedi que ela especificasse mais, como era relação deles. Para que as narrativas das violências se manifestassem. Mas para minha surpresa, ela responde: *Sdr6* - “Era muito boa. Era muito quente”. E ela continua: “mas assim, ele bebia muito e era 2, 3, 4 dias fora de casa, na casa de rapariga”. E como diz ela, “e assim foi levando...”

O termo “assim” é um advérbio que funciona aqui como um modalizador que traduz um imaginário de naturalização. Ir

levando é ir aceitando e naturalizando, enquanto os anos iam se passando. Dionizio-Neto (2024, p. 98) discutindo sobre a lógica da infidelidade, a partir do viés sexista, evidencia o quanto que “a postura machista da sociedade tolera as relações extraconjugais masculinas, mas condenam a mulher que as pratica”.

A relação abusiva se prolongava no tempo e o abusador de Maria implementou uma outra tática bem peculiar às relações abusivas: o isolamento. Maria conta que fechou o restaurante após o parto, mas que anos depois abriu um espetinho. No entanto, seu abusador fazia muita confusão com os clientes porque ele tinha ciúmes. Então, eles se mudaram para outra cidade à escolha dele, onde ele havia arrumado um emprego. Neste momento, eu a indaguei: Por que você saiu da sua cidade? E ela responde: *Sdr7* - “Eu era a esposa dele. Porque era o trabalho dele”.

Vemos aqui nessa sequência discursiva a ideologia patriarcal que se materializa na formação dos papéis sociais de esposo e esposa na ideia defendida por Marcuse (1981) **que** fala sobre a monopolização da mulher e da sua subjugação ao arquétipo de superioridade do pai, chefe da família. Subjugação essa ocorrida mimeticamente, a partir de arquétipos inconscientes que há milênios, naturaliza a função de poder do masculino sob o feminino.

É importante notar que desde o início da relação já haviam se passado cerca de quatro anos e que neste íterim, o abusador a abandonou por mais de um ano e no momento que ela mais precisou. Por conta dele, ela já havia fechado as portas dos seus empreendimentos alimentícios por duas vezes. E neste mesmo contexto acima, ela continua o relato, sem que eu a pergunte mais nada. *Sdr8* - “Eu gostava dele. Muito, muito mesmo.

Mesmo depois de tudo o que ele fez. Era como se fosse uma coisa que tapava os olhos. Era estranho aquele sofrimento, aquelas coisas”.

Essa fala é muito elucidativa para o fato de que no âmbito privado, estando dentro da relação, muitas mulheres têm dificuldade de visualizar que são vítimas de violência. Toda atitude abusiva do seu agressor parece até aceitável, mas desde que, ele continue fazendo ela acreditar que ainda a ama. Por isso afirma Zanello *et al.* (2020, p. 122) “o relacionamento amoroso constitui o fator mais importante de desempoderamento e vulnerabilidade subjetiva para as mulheres”.

E então, mais de 1 hora e 20 após o início da entrevista ela relata o primeiro caso de violência. Diz ela: *Sdr9* - “estava faltando as coisas dentro de casa e eu fui reclamar e ele veio com quatro pedras na mão. Aí a vizinha chamou a polícia, uma vergonha”.

Maria não relata o que o abusador realmente fez. Esse não dito também é enunciativo e pode significar que ela não deu relevância as agressões, ou que sublimou tal episódio de violência. Ela substitui o relato da violência por uma metáfora que serve para amenizar o ocorrido. Além disso, ela começa a *Sdr* informando o motivo que teria de certa forma, justificado a atitude dele.

Outro aspecto importante desta *Sdr* é a intervenção do público. O papel da vizinha e a atuação da polícia denotam aqui a participação do público, ou seja, daquilo que está externo ao âmbito privado da residência e da intimidade do casal.

O fato de não ter sido a vítima que chamou a polícia, pode significar que, talvez, ela nem se entendesse como vítima de violência. Para tentar identificar a sua percepção sobre o fato, se a violência para ela era explícita, perguntei: por que você acha

que a vizinha chamou a polícia? E Ela respondeu: *Srd10* - “a casa era pegada” (silêncio) “ela me via muito sozinha” (silêncio).

Maria não relata as violências. Isso significa que ela não identificava que era violentada. Mas, o porquê a vizinha chamou a polícia ela não explica.

Nossa entrevistada traz a fala do policial para o seu discurso. Ela conta o que ele lhe disse na ocorrência. *Sdr11* - “veja bem: a senhora não tem trabalho, não tem família, como a senhora vai sustentar o seu filho? A gente dá conselho a você a não fazer isso. Porque ele vai ficar preso e depois, como vai ser? Eu no lugar da senhora, não denunciava”. E Maria não denunciou o seu abusador lá em 2015.

Ela só resolveu ir embora quando descobriu que o seu abusador a estava traindo, com a patroa dele e, conta que resolveu pedir ajuda ao pai, para construir uma casa para ela e ela voltou para Arapiraca com o filho. Ela diz que saiu as escondidas, mas que meses depois ele foi procurá-la em Arapiraca. Ela conta como se ele fosse um herói, pois ele conseguiu encontrar o motorista do caminhão que levou a sua mudança e achou o endereço dela em Arapiraca. E que, depois disso, eles reataram. Ele passou diversos meses, como disse ela: *Sdr12* - “de casa para o trabalho, do trabalho para casa. Até que ele arrumou um caso com uma puta e ela ficava ligando para provocar”.

Até aqui há havia se passado seis anos do início da relação e nenhum relato explícito de violência. Então, quis saber mais sobre as pessoas ao redor. E perguntei: a sua família gostava dele? Ela responde que sim, e acrescenta: “todo mundo gostava dele”. Assim, como localizar os abusos em uma pessoa que, afinal, parece ser tão boa?

Ela conta, aos 1:45 minutos de entrevista, a primeira cena de violência. Ela disse que ele chegou em casa muito bêbado e começou a quebrar as coisas. E ela acrescenta: *Sdr13* - “aquilo eu ia levando. Eu não tinha mais sentimento. Eu pedia para ele sair, mas ele dizia que não tinha para onde ir”.

O ir levando tem a conotação semântica semelhante a invisibilização. É ir seguindo fazendo de conta que não está vendo gravidade. No entanto, ela sentia a opressão e queria se livrar da situação, mas ele não respeitava o limite dela. Embora ela pedisse, ele não saía de casa. Mas ao mesmo tempo, ele era a pessoa que saía de casa quando queria e voltava também quando queria, passando até vários dias seguidos fora de casa.

b) Relatos sobre o fim da relação

A narrativa sobre o fim da relação era o relato que eu ansiava ouvir, pois estava curiosa para que ela contasse a situação que causou o estopim e que fez com que ela pedisse uma Medida Protetiva. Era importante saber quando as violências se tornaram visíveis para a entrevistada.

Sdr 14: Eu estava trabalhando na galeteria e pedi e ele não foi me buscar. Ele estava com ela (a amante). Ela mandou um vídeo. Eu fui caminhando e peguei uma Van e ele foi chegando com a moto e disse: “você estava onde? Você estava com os macho? Você não me esperou! Você me respeite!” Ele estava bêbado e já foi com agressividade pra cima. Aí eu corri. Ele correu e me derrubou. As vizinhas disse: “pare! Você tá louco? Saia! Deixe ela!” E ela disse (a vizinha) você não vai para casa não, você fica aqui com a

gente. A Dona Joelma disse: “quando tudo se acalmar você vai para casa”.

Esse episódio aconteceu em 2021 e fica perceptível aqui, a importância da intervenção direta do público neste contexto. As vizinhas foram essenciais para proteger a Maria dos espancamentos provocados pelo seu abusador. O fato de as agressões terem se dado publicamente e não no ambiente privado, tornou visível a violência e foi um fator determinante para que Maria denunciasse o seu agressor. Ela disse que sentiu muita vergonha da vizinhança. Ela repete a palavra vergonha no relato de 2015, quando a vizinha chamou a polícia.

Atentemos ao fato de que, a D. Joelma que a livrou das mãos do agressor, foi a mesma que disse que ela voltasse para casa, mas quando tudo se acalmasse. Essa sequência discursiva denota que a violência doméstica parece ser vista como algo ocasional, que tem um estopim, mas que tende a se acalmar e ser invisibilizada.

Mas, depois da vergonha que passou, Maria conta que resolveu procurar o Juizado da Mulher e pediu a Medida Protetiva. Maria relata o que ouviu quando procurou o Juizado da Mulher. A advogada que abre os processos de medida protetiva falou: *Srd15* - “aí a doutora falou: é, você não vai desistir não, né? Porque tem muitas mulheres que depois que denuncia, desiste. E eu disse: eu vou até o fim”.

A intervenção pública salvou Maria do seu abusador. A fala desta advogada, diferente da fala do policial, pode ter salvado essa mulher de ser mais uma vítima de feminicídio em nosso país. Maria conta ainda, que após a denúncia, antes de sair a Medida Protetiva, o seu abusador a procurou várias vezes, dizendo: *Srd16* - “você não precisava fazer isso comigo. Você sabe que eu amo você. Você é a mulher da minha vida”.

O fato dela trazer essa fala do abusador significa que, o que ele falou tem importância para ela, ao ponto de ela relatar o que ele disse na entrevista. O abusador e toda a sociedade sabem na práxis social o quanto as mulheres são influenciadas pelo dispositivo amoroso (Zanello, 2018) que alicerçado na ideia do amor romântico e do quanto, para muitas mulheres, o fato de amar e serem amadas por um homem é um fator constituinte da sua identidade.

Embora a relação tenha tido fim em 2021, atualmente, a Medida Protetiva venceu e não foi renovada. Mas até hoje, ele a rodeia. *Sdr17* - “se eu arrumar uma pessoa, ele manda recado. Ele diz até hoje: você é minha. No dia que você arrumar uma pessoa, você vai saber quem eu sou”.

Mas, me espanta o fato de que, ela não fala isso com pesar. Sinto pela forma que o discurso é enunciado, que ela não acha ruim essa ideia de que ela pertence a ele. Ela parece se sentir validada com a perseguição dele e conta com sorriso no rosto, alguns relatos de quando ela está em alguns lugares e ele aparece e, ela sabe que não é por coincidência.

Ele ainda a persegue por conta da relação de objetificação e submissão que muitos homens ainda nutrem com relação às mulheres, as quais chamam de suas. Essa relação tácita de disponibilidade da mulher para um homem está inscrita no imaginário social muito fortemente e legitima a violência doméstica, fazendo-a passar muitas vezes, como invisível, pois, embora pareça esdrúxulo, muitas pessoas ainda confundem violência com amor e submissão com respeito.

Quando eu pergunto se ela sente medo dele, ela afirma: *Sdr18* - “ele nunca fez nada comigo”.

E assim, através deste estudo de caso constatamos a invisibilização da violência doméstica tanto por parte de Maria

- que após sofrer mais de onze anos diretamente e até hoje, ser perseguida pelo abusador e ter necessitado de uma Medida Protetiva, afirma que ele nunca fez nada com ela - quanto por parte dos vizinhos, que mandam ela retornar para casa após ser espancada em público, tanto por parte do policial, que a aconselhou não denunciar o seu abusador.

Conclusões

Através desta pesquisa, vimos que a violência doméstica é um problema social que atinge muitos lares em nosso país. Sendo assim, este tipo de violência não é apenas um produto da convivência privada de certos casais disfuncionais, mas sim, um problema social decorrente das ideias disseminadas pelo público ao redor. Isso significa reconhecer que as condições de produção deste tipo de violência são mecanismos ideológicos do aparelho social que alicerçados numa ideologia patriarcal, naturaliza a submissão das mulheres à dominação masculina, produzindo com isso, muitas violências, ao mesmo tempo que ajuda a invisibilizar e identificar as mesmas, através de um processo de naturalização das violências.

O estudo de caso da entrevistada, sob a metodologia da análise do discurso, evidencia os sentidos implícitos da ideia defendida neste trabalho como hipótese, que muitas pessoas, e em especial, as mulheres, têm uma dificuldade de reconhecer que vivem situações de violência doméstica. Essa dificuldade de reconhecimento é traduzida pela ideia defendida neste trabalho de que a violência doméstica é muitas vezes, invisibilizada, tanto no âmbito privado, quanto no âmbito público.

Por mais paradoxal que pareça, essa invisibilização aparece ao longo dos relatos da entrevistada, pois ela naturaliza e não identifica como violências psicológica, patrimonial, moral e

física os diversos abusos sofridos por ela durante a relação. Estes tipos de violências acima, se manifestaram no caso estudado, através do controle excessivo que abusador tinha sobre ela e por meio do isolamento dela da sua rede de amigos obtidos por meio do seu trabalho e ainda, por meio do abandono afetivo decorridos graças aos desaparecimentos duradouros que ele preconizava (sem ao menos dar notícias a ela).

A violência patrimonial se deu quando ele quebrava as coisas dentro de casa e, ainda, quando, por conta dos ciúmes dele, ela teve de fechar seus micro empreendimentos e viver às custas dele. Já a violência moral se deu por conta das inúmeras traições e humilhações que ele deferia contra ela. E a violência física, ela suportou por anos, mas não as descreve com detalhes, ao longo da entrevista. Ela só resolveu denunciar, quando as violências exacerbaram do ambiente privado para o ambiente público.

Quando a violência doméstica se tornou visível publicamente, Maria foi capaz de denunciar o seu abusador e, foi o poder público – o Juizado da Mulher – que elucidou para Maria a sua condição de vítima. É por conta deste dispositivo amoroso instituído no inconsciente coletivo das mulheres, sob a forma de ideologia, que se manifesta na prática social, a violência doméstica invisibilizada, pois muitas tendem a aceitar comportamentos violentos dos seus abusadores, graças a estrutura social patriarcal que engendra nas mulheres o papel de submissão.

Mas, por meio da conscientização sobre o valor do feminino, mesmo dentro de uma sociedade patriarcal, podemos modificar esse jogo simbólico que atribui poder aos homens, enquanto submete às mulheres a diversos abusos e violências,

pois essa ideologia do patriarcado, ainda serve para invisibilizar as violências de gênero, condenando muitas mulheres ao sofrimento, ou, até mesmo, ao cerceamento de suas vidas.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Lei nº 11.340/2006. Dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e família. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 9 nov. 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018.

DAMACENA, Bianca. **Vivas nos queremos!** Mulheres, discursos e resistências. Curitiba: Appris, 2023.

DIONIZIO-NETO, Manoel. A lógica da infidelidade necessária. *In: MELO, E.M.S. et al. (org.). Edificando conhecimentos e valores*. Arapiraca: Editora Edfika, 2024.

MARCUSE, Herbert. **Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MONTORO, Ana Carolina. Violência doméstica contra a mulher cresce 9,8% no Brasil, aponta Anuário de Segurança Pública. **Revista Exame**, Jul. 2024. Disponível em: <https://exame.com/brasil/%E2%81%A0violencia-domestica-contra-a-mulher-cresce-98-no-brasil-aponta-anuario-de-seguranca-publica/>. Acesso em: 4 nov. 2024.

PECHÊUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da universidade Estadual de Campinas, 2014.

ZANELLO, V; RICHWIN, I. F.; PALMA L. Dispositivos de subjetivação e sofrimento das mulheres: para uma escuta gendrada das emoções no campo da psicoterapia. **Caderno espaço feminino**. Uberlândia, v. 33, n.2. Jul/dez. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.14393/CEF-v33n2-2020-6> 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/56065> Acesso em: 4 nov. 2024.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Editora Appris, 2018.

Capítulo 3

APRENDER A LER ESSES SILÊNCIOS É REAPRENDER A FALAR: OLHARES CONTRA-HEGEMÔNICOS SOBRE AS BIFOBIAS QUE PROMOVEM SEPARAÇÃO DENTRO DA COMUNIDADE LGBTQIAPN+

*Renata Guerda de Araújo Santos*⁶

*Angélica Nobre Mendes*⁷

Introdução

É certo que estamos imersas(os) numa cultura que naturaliza a prática de bifobia(s) em diversos âmbitos da sociedade. As posturas e discursos que mobilizam dúvida, desconfiança, invalidação, infidelidade e/ou hipersexualização direcionadas às existências bissexuais causam rupturas nos percursos de construção identitária. Além disso, observamos que estes fatores revertem-se enquanto catalisadores de movimentos de separação e desarticulação dentro das próprias experiências no interior da comunidade LGBTQIAPN+ (Ochs, 2009; Jaeger et al., 2019; Cruz, Lima e Carneiro, 2022).

O silenciamento e o apagamento da(s) bissexualidade(s) dentro da comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil, sem dúvida, compõem uma pauta sensível e de abordagem delicada, caracterizam-se como um esforço que envolve algumas

⁶. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0682-8880>; Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL), Professora do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família, Doutora em Psicologia Social pela Universidade Autônoma de Barcelona (UAB). Psicóloga, psicoterapeuta. E-mail: renata.araujo@uncisal.edu.br.

⁷. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9878-6707>; Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL); Mestranda no Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Cultura (ProDiC). Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Comportamento—GEPGEC, Psicóloga e psicoterapeuta. E-mail: angelicanobrem@gmail.com.

camadas de vulnerabilidades. Corroboramos com Jaeger et al. (2019) ao destacar que ao focar nesta dimensão do debate não estamos nos referindo às vidas bissexuais individualmente, mas sim ao coletivo. Ou seja, são apontamentos e incômodos que dizem respeito a todas as pessoas, dentro e fora da comunidade LGBTQIAPN+.

Escrevo este texto para as pessoas que fazem parte da comunidade LGBTQIAPN+, especialmente para pessoas autodeterminadas gays e lésbicas. Não é fácil dizer essas palavras, não só pelo medo de “criar um climão”, mas principalmente pelo medo de não ser compreendida. Enquanto psicóloga e uma mulher bissexual me preocupa a postura de omissão da própria comunidade dissidente nestes debates. Ao adotar a desresponsabilização revelam-se prejuízos que recaem sobre todas(os) nós, como a nossa desarticulação e nosso enfraquecimento diante da máquina cisheteronormativa que tenta nos engolir diariamente.

O objetivo deste texto é realizar uma articulação entre algumas formas do pensamento ocidental que contribuem para o apagamento da(s) bissexualidade(s), assim como problematizar algumas expressões de bifobia vivenciadas dentro da comunidade LGBTQIAPN+ que culminam na desarticulação e separação. As seguintes perguntas norteiam esta produção: 1) Como se constrói o pensamento binário e bifóbico no Ocidente? 2) Quais são as principais características das relações das pessoas bissexuais dentro da comunidade LGBTQIAPN+?

Esta produção caracteriza-se como um ensaio acadêmico, no qual o caminho metodológico advém da metodologia feminista de Donna Haraway (2009), por meio da construção dos saberes localizados, destacando-se a relevância da

produção de conhecimento situado e corporificado, ou seja, não existe pesquisadora distanciada do que se pesquisa. Entendemos que a própria produção de conhecimento está localizada sob outro paradigma, uma vez que as epistemologias feministas posicionam-se também pela relevância da escrita em primeira pessoa. Assim, ao longo do ensaio as vozes se complementam, em momentos há o uso da primeira pessoa do singular, já em outros, a primeira pessoa do plural, no sentido de demarcar uma escrita articulada às demais vozes unidas ao debate proposto.

A implicação ético-política da pesquisa feminista está presente desde a escolha do tema à escolha das autoras(es) trazidas ao debate (Haraway, 2009), estamos tratando de uma temática de pesquisa que aponta para lacunas teóricas, uma vez que as bissexualidades também sofrem apagamento no campo científico (Monaco, 2020). A escolha das autoras(es) mescla teóricas alinhadas a Teoria *Queer*, escritoras que formulam seus pensamentos a partir do prisma racializado, assim como escritoras(es) e autoras(es) prioritariamente advindas(os) do Sul Global.

Monique Wittig (2022) salienta que, na estruturação da sociedade heterossexual, o “outro” representa o “diferente”, exercendo a oposição complementar na economia imposta pelo pensamento hétero, que funda e fornece sustentação à hegemonia a partir desta produção. O lugar da pessoa bissexual pode ser pensado enquanto esse “outro” da comunidade LGBTQIAPN+, uma vez que carrega em si uma negação à estrutura da matriz heterossexual (Butler, 2023; Moschkovich, 2020).

Existem algumas possibilidades de conceituação da(s) bissexualidade(s), neste trabalho consideramos o construído

pelo Manifesto Bissexual Brasileiro, de 2023, formulado a partir da Frente Bissexual Brasileira, no qual explicita-se que “bissexuais são pessoas para quem o gênero não é um fator determinante da atração sexual ou afetiva.” Para ampliar a compreensão, também temos o entendimento da ativista bissexual norte americana Robyn Ochs (2009) que se tornou bastante acolhido pelas comunidades bissexuais:

Me identifico como bissexual porque reconheço em mim mesma o potencial para me atrair, romântica e /ou sexualmente, por pessoas de mais de um sexo, não necessariamente ao mesmo tempo, não necessariamente da mesma forma, não necessariamente no mesmo nível (Ochs, 2009, p. 20)⁸

A bifobia, portanto, abarca expressões de opressão social voltada às bissexualidades, sendo corriqueiramente materializadas por meio das instituições que fazemos parte, desde as relações dentro da família, nas amizades, até as instituições educacionais como escola ou universidade, ambientes de esporte e lazer, dentre outros contextos. Ochs (2009) assinala que uma das formas de bifobia é a negação e (re)classificação da sexualidade com base no sexo-gênero da parceria afetivo-sexual, em virtude desse fenômeno existe uma constante saída do armário para bissexuais. Ou seja, é uma violência cometida ao exercer o apagamento da integralidade da existência bi, pois acontece da identidade sofrer um aniquilamento, já que apenas é considerado o que é visível a

⁸ Tradução minha do trecho original em inglês de Robyn Ochs (2009, p. 20): "I call myself bisexual because I acknowledge in myself the potential to be attracted, romantically and/or sexually, to people of more than one sex, not necessarily at the same time, not necessarily in the same way, and not necessarily to the same degree."

quem realiza a observação naquele instante (Cruz, Lima e Carneiro, 2022).

O entendimento da bifobia, a partir do consenso do Manifesto Bissexual Brasileiro (2023), está localizado em relação ao fenômeno do monossexismo, uma vez que “é dele que deriva a bifobia: a opressão social que tem como alvo a não-monossexualidade. Este sistema reforça oposições binárias e a norma cisheterossexual e machista, limitando as possibilidades do ser.” Ou seja, a lógica monossexual está posta socialmente enquanto superior e mais legítima, corroborando para a disseminação da marginalização das bissexualidades (Jaeger et al., 2019).

O pensamento Ocidental em três Bs: Biologizante, Binário e Bifóbico

Na construção da história Ocidental, marcadamente eurocentrada, houve um processo de naturalização da produção da diferença através da criação do “outro”, como a construção da categoria “sexo” para alocar a mulher enquanto outro do homem ou a pessoa negra como o outro da pessoa branca. De acordo com a socióloga e intelectual nigeriana Oyèronké Oyewùmí (2021), a estruturação do pensamento ocidental está amparado na “bio-lógica”, ou seja, a ideologia base que organiza a racionalidade ocidental, e criação das categorias sociais, advém do determinismo biológico. A autora argumenta que este modo de entender e conceber o mundo foi imposto às sociedades iorubá causando inúmeras alterações em suas organizações sociais, uma vez que antes da colonização não existia a concepção de “gênero” conforme conhecemos no Ocidente.

Oyewùmí (2021) explicita ainda que há uma distinção expressiva nos modos de apreensão da realidade para as construções ocidentais e para povos iorubá, para o Ocidente há centralização e privilégio no sentido da visão em relação aos outros sentidos humanos, já para os povos iorubá o sentido da audição revela-se como prioritário na sua “cosmopercepção”⁹. A construção de sentido dentro da “bio-lógica” ocidental determina o corpo enquanto o alicerce que funda a ordem social, portanto, a diferenciação dos corpos por sexo ou cor da pele remete às formas como as construções dos conhecimentos tem sido direcionadas.

A ideologia do determinismo biológico carrega ligação com compromissos sociais que operam sob a lógica da essencialização dos corpos, designando restrições ao grupo que carrega a identidade “mulher” e autorizações aos homens, dessa forma as categorias sociais (necessariamente opostas) sustentam-se por meio da perpetuação das diferenças e hierarquias. Oyewùmí (2021) também critica os discursos feministas que, mesmo adotando o discurso de adoção de posturas radicais frente os limites e fronteiras entre “sexo” e “gênero”, continuam enquadrados na “bio-lógica”. Neste sentido, é importante demarcar que o pensamento ocidental não é universal. Apesar de ocupar o lugar de ideologia dominante, existe uma mudança epistemológica em curso que nos amplia o entendimento acerca da multiplicidade de organizações culturais existentes.

A partir de Monique Wittig (2022), escritora e teórica lésbica francesa, a realidade social, a linguagem e a cultura, conforme

⁹ Para Oyewùmí (2021, p.29) na cultura dos povos iorubá não cabe a aplicação do termo “cosmovisão”, mas sim a “cosmopercepção”, uma vez que o primeiro demarca o privilégio ocidental da visão e o segundo carrega o privilegiar de outros sentidos e não apenas a visão, indicando até mesmo a combinação de sentidos.

conhecemos, enredam jogos de poder materializados por meio dos discursos, sendo utilizados como ferramenta para construção e perpetuação da dominação que enfrentamos na organização social ocidental. Ao abordar sobre a diferença sexual presente como importante componente do pensamento ocidental, temos a produção do “outro” enquanto chão que sustenta a sociedade heterossexual, uma vez que a produção da diferença é também mecanismo que interliga as esferas sociais, políticas, econômicas, simbólicas e linguísticas. Em outras palavras, o pensamento hétero depende da categoria “sexo” para continuar dando sentido a categoria “mulher”, em oposição (e ficção de complementariedade¹⁰) ao “homem”.

O pensamento ocidental é biologizante, binário e heterossexual, como explicitado. Neste percurso, a própria categoria da “heterossexualidade” funciona discursivamente pois depende da sua categoria oposta para ganhar contorno: a “homossexualidade”. De acordo com Judith Butler (2023) a matriz heterossexual pressupõe a correspondência e “coerência” entre sexo/gênero/prática sexual/desejo para caracterizar certos gêneros como inteligíveis, ou seja, socialmente autorizados a “existir”. A autora acrescenta que a própria noção de “pessoa” só é assim conferida por meio de sua aparência de gênero, aquelas(es) seres cujo gênero é “incoerente” ou “descontínuo” não se enquadram como inteligíveis. A “identidade” seria então a asseguuração estabilizadora de sexo, gênero e sexualidade.

Neste momento estamos no encontro de rios que correm para desaguar no mar. A socióloga brasileira Marília

¹⁰ Segundo Wittig (2022) a partir do ensaio “A categoria sexo” (originalmente publicado em 1976), a categoria “sexo” ao tornar as mulheres seres sexuais há a imposição do trabalho de reprodução compulsória da espécie, ou seja, a reprodução da sociedade heterossexual.

Moschkovich, no ensaio “Notas para um materialismo bi-alético” de 2020, expõe que o gênero ocidental tem como princípios orientadores a binariedade e a mononormatividade, ambos alinham-se com a lógica formal. O gênero ocidental, para continuar perpetuando seus enquadramentos catalogados por meio da matriz heterossexual, organiza-se de maneira que permite oposições sejam incorporadas e operadas em seu interior. No entanto, ao “integrar” o sistema, não é possibilitado causar uma ruptura total com a estrutura da matriz heterossexual, torna-se categoria que continua atuando enquanto organizativa, uma vez que mantém a binariedade e a mononormatividade, conforme funciona tanto com a homossexualidade, quanto com a transgeneridade.

A(s) bissexualidade(s), por outro lado, funciona enquanto categoria que opera uma negação diante da estruturação da matriz heterossexual. Moschkovich (2020) coloca que “a bissexualidade é um não-ser e o movimento bissexual parece tomar essa negação como potência e mote”, ou seja, reivindicar o lugar da contradição desestabiliza a lógica formal, que é composta a partir dos binarismos (homem/mulher, homossexual/heterossexual, cisgênero/transgênero), autorizando assim a obtenção do status de verdade ao que está catalogado e autenticado previamente enquanto “verdadeiro” pela matriz heterossexual.

A desestabilização da lógica formal mencionada acima nos aproxima do que Robyn Ochs (2009) evidencia: “bissexuais deixam as pessoas desconfortáveis”. A matriz heterossexual está tão bem estabelecida que a opressão social materializa-se por meio da disseminação do entendimento de que a existência bissexual representaria uma ameaça à ordem social. O monossexismo, portanto, comanda a racionalidade das pessoas

de forma que a operação realizada é considerar, habitualmente, que todas as pessoas são apenas e unicamente monossexuais, ou seja, que a atração direciona-se a um único sexo/gênero (sendo o oposto ou o mesmo). Quando isso não é encontrado, emerge então desconforto e ansiedade proporcionados pela ruptura com o que está posto, ou seja, ruptura com o que lhe é familiar (Jaeger et al., 2019).

A perpetuação de estigmatizações que enquadram bissexuais como pessoas “promíscuas”, “infiéis”, “confusas”, “indecisas” e/ou “não confiáveis” também representam o sucesso do pensamento ocidental binário e bifóbico (Ochs, 2009; Cruz, Lima e Carneiro, 2022). No que concerne ao funcionamento da sociedade hétero, e para quais direções apontam as opressões, Wittig (2022) explicita que é necessário ser um corpo socialmente dominante para assim ser “capacitado” para constituir e controlar a diferença, considerando que esta é uma faceta significativa das relações de poder. A escritora acrescenta:

Essa necessidade do diferente/outro é ontológica para todo o conglomerado de ciências e disciplinas que chamo de pensamento hétero. Mas o que é o diferente/outro senão o dominado? Pois a sociedade heterossexual é uma sociedade que não oprime somente lésbicas e homens gays, mas também oprime muitos diferentes/outros, oprime todas as mulheres e muitas categorias de homens, todos os que estão em posição de serem dominados (Wittig, 2022, p.63).

A partir deste ponto, afinal, surge o questionamento: o que nós, pessoas LGBTQIAPN+, estamos tentando proteger? O pensamento ocidental ampara-se na demarcação da oposição heterossexual/homossexual, o que se localiza fora desse binarismo ganha o caráter de “falso” e enfrenta batalhas para

sua afirmação e legitimação, sendo a(s) bissexualidade(s) relegada(s) ao apagamento. Essas e outras expressões de bifobia ocorrem por não existir aquela correspondência esperada entre sexo/gênero/atração sexual/desejo, a lógica monossexual, portanto, legitima apenas as orientações sexuais nas quais o desejo destina-se apenas a um único gênero. Jaeger et al. (2019) reforçam que a cultura ocidental, a partir da dominação do colonialismo, impõe este modo de ser.

Para responder a pergunta que inicia o parágrafo anterior podemos recorrer ao jurista Kenji Yoshino (2000), o qual enfatiza que o apagamento bissexual é produzido devido ao “contrato epistêmico do apagamento bissexual”. O escritor explicita que consiste em uma forma de preservar os binarismos e que tanto heterossexuais quanto homossexuais demonstram alguns interesses no processo de apagamento bissexual (serão abordados mais adiante). Ao conceber a visibilidade às pessoas bissexuais desestabiliza-se a ideologia binária, dicotômica e monossexual, desafiando todas as lógicas elencadas nesta seção. Buscamos proteger, mais uma vez, uma ficção. A ficção sobre o lugar social que se ocupa, e o suposto controle que se imagina ter. A ficção sobre o respeito que se pensa ter na cultura.

Olhares contra-hegemônicos para compreender as bifobias em/entre nós

Quando se fala sobre os marcos do movimento LGBTQIAPN+ remete-se à história estadunidense, principalmente através de Marsha B. Johnson e Sylvia Rivera, duas pessoas trans de grande impacto e ressonância até os dias atuais. Contudo, algumas informações são frequentemente omitidas, como o fato de que ambas eram pessoas bissexuais

(Cruz, Lima e Carneiro, 2022). Ao narrar a nossa história, por que não reconhecer esse elemento que demarca a presença e o lugar da bissexualidade na luta pelos direitos da comunidade LGBTQIAPN+?

Na América Latina, os movimentos de luta a favor da diversidade e libertação sexual já aconteciam dois anos antes de Stonewall, com a exemplo do grupo argentino “Nuestro Mundo”, fundado em 1987. Porém, reconhecemos a dificuldade de articulação política dos movimentos gays e lésbicos frente aos governos militares que se instauraram ao longo das décadas de 1960 e 1970, em diversos países do Sul Global. O historiador brasileiro John N. Green (2019) acrescenta: “um dos efeitos colaterais desses regimes autoritários foi anular todas as possibilidades de se construir movimentos politizados em torno das agendas de liberação sexual e tolerância social para gays e lésbicas.”

Apesar das diferenças que compõem o cotidiano das existências LGBTQIAPN+, existe um movimento unificador no que refere-se a estarem expostas e constantemente empurradas a buscar maneiras de mudar alguma fração da realidade no presente e no futuro, ao mesmo tempo que, de forma perversa, são impelidas a ensinar aos grupos dominantes sobre seus erros. Na encruzilhada que se forma, há expressões e comportamentos de ataque aos seus próprios pares, uma vez que a estrutura dominante e hegemônica dificilmente se dobra às mudanças solicitadas pelas pessoas marginalizadas (Lorde, 2019).

Conforme colocado por Audre Lorde (2019), escritora, poeta, ativista e filósofa lésbica negra, com a cristalização do sistema capitalista ao longo dos séculos, as necessidades humanas, e as da comunidade, foram destituídas do lugar de

relevância para imperar o entendimento de que o “bom” é medido de acordo com o lucro, sendo assim, as oposições citadas, como homem/mulher ou negro/branco, promoveram (e continuam promovendo) sustentação ideológica para a opressão sistemática de alguns grupos sociais. Temos agora quem é considerado como inferiorizado e dispensável. Como consequência, instaura-se um processo de desumanização a estes corpos.

O pensamento anti-colonial brasileiro, trazido pela psicóloga, ativista guarani e pessoa bissexual Geni Nuñez (2023), problematiza os binarismos no sentido de reconhecer os seus efeitos nocivos para então ser possível agir e se (re)posicionar no mundo, a partir da identificação destes. Quando Geni (2023, p.118) expressa que “a lógica binária nos impede de compreender a interconexão entre mente e corpo, razão e emoção, natureza e cultura e assim por diante”, alerta para o exercício de reprodução das violências coloniais que realizamos em nós mesmas(os) e entre as nossas vivências. Aprendemos a prática da desumanização até que se torna naturalizada e corriqueira, corroborando para a (re)afirmação do pensamento hegemônico.

Quando pensamos sobre o exercício de criticar e agir frente uma realidade de opressões contra as diversidades sexuais e sexo-gênero dissidentes, estamos nos referindo a outras maneiras de criar espaços, ou seja, outras possibilidades de criação cultural. Nós somos a cultura e não existem pessoas apartadas dela, por mais “distantes” que aparentam estar. Nós também a fazemos e refazemos na medida em que rejeitamos postulados conservadores que declaram elogios ao fascismo. No processo de formação cultural de práticas contra-hegemônicas, segundo bell hooks (2019), é necessário empenho

no ato de re-visitar nossas próprias posturas, ações e onde nos localizamos nestas produções.

Cabe ressaltar que existem três interesses que monossexuais possuem no apagamento bissexual, segundo Yoshino (2000), o primeiro interesse é manter a estabilidade da orientação sexual, ou seja, refere-se ao desejo de conhecer o próprio lugar na ordem social. A valorização deste aspecto acontece ao passo que proporciona alívio frente à ansiedade de ter sua identidade interrogada. O segundo interesse diz respeito a manutenção do sexo como traço diferenciador na sociedade, o autor expõe que a bissexualidade ameaça este princípio ao trazer a possibilidade de experimentar a sexualidade sem discriminar com base no sexo.

Já o terceiro interesse relaciona-se a defesa das normas monogâmicas, uma vez que há estigmatização acerca da pessoa bissexual ser “necessariamente” não monogâmica, ponto que resgata a tal da “correspondência” entre sexo/gênero/atração sexual/desejo (Yoshino, 2000; Butler, 2023). Neste sentido, Geni Nuñez (2023, p.59) salienta que os discursos que pressionam por uma suposta necessidade da pessoa bissexual “se decidir” quanto aos seus afetos e desejos, desvela a tensão ao redor da quebra da monossexualidade enquanto falha da monogamia, “instaurando uma espécie de suspeita em relação à “promiscuidade” que não aparece nesses termos contra pessoas monossexuais, sobretudo heterossexuais”, corroborando com o proposto por Yoshino (2000).

A estrutura de sociedade que vivemos por certo nos empurra a reproduzir a visão reducionista da sexualidade, afinal mesclam-se aspectos históricos, culturais, familiares, religiosos, políticos e ambientais, ou seja, é um fenômeno multifatorial (CFP, 2023). Ao pensar sobre os desafios

enfrentados nas dinâmicas sociais Audre Lorde (2019) chama atenção para o que chama de “rejeição institucionalizada da diferença”, busca ampliar as nossas percepções acerca da realidade ao explicitar:

A rejeição institucionalizada da diferença é uma necessidade absoluta numa economia centrada no lucro que precisa de *outsiders* ocupando o papel de pessoas descartáveis. Como integrantes de tal economia, *todos* fomos programados para responder às diferenças humanas que há em nós com medo e aversão, e a lidar com elas de três maneiras: ignorar e, se não for possível, copiar quando consideramos dominante ou destruir quando a consideramos subalterna. Mas não temos critérios para tratar as diferenças humanas em pé de igualdade. Como consequência, elas têm sido confundidas ou utilizadas de maneira equivocada, a serviço da separação e da confusão. Certamente existem diferenças muito reais entre nós, com relação a raça, idade e sexo. No entanto, não são essas diferenças que estão nos separando. É, antes, nossa recusa em reconhecê-las e analisar as distorções que resultam de as confundirmos e os efeitos dessas distorções sobre comportamentos e expectativas humanas (Lorde, 2019, p.144)

De forma brilhante, Lorde (2019) nos convida para re-visitamos nossas próprias posturas e ações, assim como hooks (2019). Não podemos desconsiderar que também somos capazes de re-visitamos as expectativas direcionadas ao próprio

grupo LGBTQIAPN+ e é importante nos posicionarmos com honestidade diante delas, para buscar compreender o que de fato nos afasta. Ouço frequentemente, enquanto psicóloga e pesquisadora, pessoas bissexuais expressarem a angústia de que “esperava que as pessoas da comunidade me entendessem e me acolhessem”, no entanto, existem diversas barreiras que nos distanciam de relações acolhedoras, como a corriqueira ausência de responsabilização das próprias pessoas autodeterminadas gays e lésbicas quando preconceitos e estigmas são reproduzidos sem a devida análise. Dessa forma, a prática de desumanização das pessoas bissexuais é perpetuada.

O barulho presente no silêncio e outros sons que nos separam

Enquanto psicóloga considero relevante evidenciar o posicionamento ético-político contrário à patologização das orientações sexuais e identidades de gênero não hegemônicas, que está no centro do compromisso social da profissão psi para com as pessoas LGBTQIAPN+ que historicamente foram, e ainda são nomeadas como “anormais” e/ou “desviantes” (CFP, 2023). Este ensaio se propôs a abordar sobre o apagamento bissexual enquanto ferramenta de perpetuação da lógica colonial, que acima de tudo, busca a manter a margem as diversidades sexuais e identitárias.

Ochs (2009) salienta que determinadas características que são “aparentes” são alvo de atenção, repreensão e opressão. E quando a(s) bissexualidade(s) recebe atenção, em geral, é tratada como uma fase transitória do que supostamente seria a orientação sexual “real” e “concreta”, ou quando é citada enquanto aspecto a ser questionado sobre determinada pessoa. A partir da pesquisa de Cruz, Lima e Carneiro (2022) torna-se

explicitado o quanto encontramos arranjos relacionais frágeis devido a exposição a experiências de falta de espaço e acolhimento para que as bissexualidades possam se presentificar enquanto lugar de legitimidade, em outras palavras, ser existência visibilizada e respeitada.

Na clínica psicológica, atuando como psicoterapeuta, diversas experiências formam uma espécie de mosaico das bissexualidades, uma vez que as dificuldades enfrentadas por diversas pessoas se conectam às dificuldades elencadas até então: invisibilidade, falta de acolhimento, deslegitimação das vivências bissexuais devido a “descontinuidade” do gênero da parceria, hipersexualização e apagamento. Quando direcionamentos olhares para as relações de exclusão bissexual dentro da comunidade LGBTQIAPN+ observa-se que a cultura bifóbica promove separação, rompimento dos laços sociais e solidão, revertendo-se em sofrimento emocional e agravos à saúde mental de pessoas bissexuais (Cruz, Lima e Carneiro, 2022).

Ochs (2009) também chama atenção para como a desarticulação das pessoas bissexuais promove a dificuldade de reconhecer-se enquanto grupo (assim como ocorre uma subestimação da quantidade), sendo uma barreira na construção do fortalecimento da identidade política. É comum acontecer da pessoa bissexual passar a frequentar espaços nos quais sua parceria frequente, e nestes ambientes a identidade bissexual muitas vezes permanece oculta e/ou silenciada.

A interferência que a vivência monodissidente faz reverberar tanto nas pessoas heterossexuais e homossexuais, causa estremecimento mútuo e compartilhado, ou seja, também acontecem estremecimentos dentro da própria pessoa monodissidente. Este processo dificulta o processo de

reconhecimento da própria existência no mundo, uma vez que a todo tempo se enfrenta a impossibilidade de legitimação dentro e fora da comunidade LGBTQIAPN+, assim como a necessidade de sair do armário repetidas vezes quando se relaciona com alguém de um gênero diferente da(o) anterior (Cruz, Lima e Carneiro, 2022).

Nos estudos sobre as bissexualidades este tópico aparece de forma expressiva, como nas pesquisas de mestrado de Helena Monaco (2020) e Melissa Jaeger (2018). Monaco (2020) ao pesquisar sobre o ativismo bissexual brasileiro, em um coletivo monodissidente de São Paulo (SP), traz o entendimento de acolhimento como a possibilidade de criação de espaços seguros de convivências e trocas entre pessoas bissexuais, indo além da busca por direitos e políticas públicas.

Na pesquisa de Jaeger (2018) investigando sobre as políticas identitárias e processos de marginalização com mulheres bissexuais, nas cidades de Florianópolis (SC) e São Paulo(SP), destaca que apresentou-se como frequente entre as interlocutoras a dimensão de práticas de controle e vigilância dentro da própria comunidade LGBTQIAPN+, por meio da deslegitimação que impõe a métrica de quem é “mais” ou “menos” bi, a partir do gênero da pessoa que está se relacionando. Posturas essas que são colonizadoras, logo, violentas.

Considerando que as relações de poder são compostas por forças mutáveis e muitas vezes ardilosas, bell hooks (2019) salienta que quando nos movimentamos também confrontamos as realidades da escolha e da localização que partimos. hooks (2019, p. 284) destaca que “nossas palavras não são sem sentido, elas são uma ação, uma resistência. A linguagem também é um lugar de luta”, realocando a dimensão deste fenômeno que nos

situa no mundo e nas relações, nos fazendo um convite para re-
visitar nossos silêncios.

Existem vozes que falam sobre e desde às margens, como o chileno Pedro Lemebel que representa uma disruptiva e revolucionária voz para a história LGBTQIAPN+, a partir do Sul Global. O processo de colonização além de englobar o extermínio em massa dos povos originários também aniquilou as culturas e modos de vida, considerados pelos colonizadores como “selvagens”. Além destes marcos materiais e intersubjetivos que compuseram os processos de colonização e colonialismo, apontamos uma sequela dessas violências que é o silêncio. Podemos dizer que no século XXI ainda estamos no processo de tentar desfazer as amarras coloniais acerca das múltiplas narrativas que compõem o movimento LGBTQIAPN+. O artista reivindica que olhemos de outro modo para os silêncios ao expor:

Muitos são os silêncios impostos pela cultura grafóloga às etnias orais colonizadas, mas aprender a ler esses silêncios é reaprender a falar. Usar o que as palavras omitem, negam ou criam para saber o que de nós se esconde, não se sabe ou não se diz. Esse silêncio é nosso, mas não é silêncio. Ele fala como uma memória que exorciza os rastros coloniais e reconstrói nossa dignidade oral arrasada pelo alfabeto (Lemebel, 2023, p.52).

O quanto de nós se revela quando discriminações são reproduzidas dentro da comunidade LGBTQIAPN+? As vozes bissexuais dentro da comunidade ressoam de forma que espantam os pelos e evocam riso. O quanto de nós não se sabe

em virtude do grito advindo das falas bifóbicas? Essas facetas coloniais dentro do nosso interior são indigestas, mas ao entender a linguagem enquanto um lugar de luta ressoa ainda mais alto a necessidade de falar o que de nós se esconde. Como nos estimula Lemebel (2023), “ler esses silêncios é reaprender a falar”, para assim continuar re-inventando nossas existências.

Considerações finais

Reivindicar o lugar da(s) bissexualidade(s) na comunidade LGBTQIAPN+ não é simples. Tratar das bissexualidades não se resume ao campo da sexualidade apenas, existem possibilidades de organizações coletivas que extrapolam a dicotomia hetero/homo (Monaco, 2020). Há uma tendência a evidenciar as nossas diferenças, mas não são elas que nos distanciam e sim nossa incapacidade de reconhecê-las, como bem salientou Audre Lorde (2019).

Neste sentido, foram trazidos olhares sobre como as estruturas operam em relação à perpetuação da cultura bifóbica, para assim ser possível nos mobilizar em direção a mudanças no tecido social. O pensamento ocidental é bifóbico e funciona ao atualizar as formas de opressão social às orientações não monossexuais. Através desses mecanismos, que operam no interior da cultura, vivenciamos relações fragilizadas, encontrando como efeito o lugar da pessoa bissexual impossibilitado de concretizar-se, em virtude as bifobias (discriminações, práticas de controle, vigilância e exclusão).

É importante salientar que, ao pautar acerca das relações entre pessoas bissexuais e as demais pessoas da comunidade LGBTQIAPN+, há um convite para reconhecer o envolvimento de todas(os), não somente nós bissexuais, afinal a matriz

cisheteronormativa nos atravessa ferozmente. Para produzirmos práticas contra-hegemônicas que causem um desmantelamento nos ruídos e das ansiedades que nos rondam, precisamos re-visitar os usos da linguagem e os barulhos dos (nossos) silêncios.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 25ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para atuação de psicólogas, psicólogos e psicólogues em políticas públicas para população LGBTQIA+ [recurso eletrônico]. Brasília: CFP, 2023.

CRUZ, B. F.; LIMA, M. L. C.; CARNEIRO, L. R. C.. Faces da bifobia dentro (e fora) da comunidade LGBTQIAP+: reflexões a partir de narrativas de pessoas bissexuais. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, n. 38, p. e22207, 2022.

FRENTE BISSEXUAL BRASILEIRA. Manifesto Bissexual Brasileiro. 2023. Disponível em www.frentebissexualbrasileira.org/manifesto-bissexual-brasileiro Acesso em: 21 de novembro de 2024.

GREEN, James N. Nem todos os caminhos levam a Stonewall, em Nova York. 2019. Disponível em: www.revistacult.uol.com.br/home/stonewall-america-latina Acesso em: 21 de novembro de 2024.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**,

[S. l.], n. 5, p. 7–41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>.

hooks, bell. **Anseios: raça, gênero e políticas culturais**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. Editora Elefante, 2019.

JAEGER, Melissa Bittencourt. Experiências de minas bissexuais: Políticas identitárias e processos de marginalização. 131 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2018.

JAEGER, M., NUNEZ, G., OLIVEIRA, JD, & TONELI, MJ. Bissexualidade, bifobia e monossexismo: problematizando enquadramentos. **Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades**. UFBA. n.11, v.2, 1-16, mai-jun. 2019.

LEMEBEL, Pedro. **Poco hombre: escritos de uma bicha terceiro-mundista**. Tradução Mariana Sanchez. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**; Audre Lorde: tradução Stephanie Borges -1. ed. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MONACO, Helena Motta. “A gente existe!”: ativismo e narrativas bissexuais em coletivo monodissidente. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2020.

MOSCHKOVICH, M. Notas para um Materialismo Bi-Alético. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, [S. l.], v. 3, n. 10, p. 109–127, 2020. DOI: 10.31560/2595-3206.2020.10.11603.

Disponível em:
<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/articloe/view/11603>.

NUÑEZ, Geni. **Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

OCHS, Robyn. "Biphobia". In: OCHS, R; ROWLEY, S. E. (orgs.). *Getting Bi: Voices of Bisexual Around the World*. 2ª ed. Boston: Bisexual Research Center. 2009.

OCHS, Robyn. "What is bisexuality?". In: OCHS, R; ROWLEY, S. E. (orgs.). *Getting Bi: Voices of Bisexual Around the World*. 2ª ed. Boston: Bisexual Research Center. 2009.

OYEWÚMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Tradução wanderson flor do nascimento. 1 ed. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

WITTIG, Monique. **O pensamento hétero e outros ensaios**. Tradução Maíra Mendes Galvão. 1 ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2022.

YOSHINO, Kenji. The epistemic contract of bisexual erasure. *Stanford Law Review*, Stanford. 2000.

Capítulo 4

O SILENCIAMENTO COMO ESTRATÉGIA DE PODER: UM OLHAR FEMINISTA SOBRE A DESIGUALDADE DE GÊNERO

Ellen Maianne Santos Melo¹¹

Paula Rosimar Ângelo de Carvalho Oliveira¹²

Introdução

Falar de silenciamento das mulheres na contemporaneidade, no contexto em que a participação feminina na sociedade tem sido ampliada consideravelmente e as vozes femininas ganham mais espaço, parece um paradoxo, pois, nos últimos séculos resultou-se um significativo aumento do número de mulheres cujas atividades domésticas não fazem parte da sua principal atividade labora e estas ocupam cada vez mais espaços na sociedade.

Os dados da Organização Internacional do Trabalho - OIT - indicaram que nos últimos 30 anos houve um aumento de até 20% da participação feminina na força de trabalho em países da Europa como Suíça, Itália, Alemanha, Noruega, Portugal e França, e entre 23-56% em países da América Latina, como Brasil, Chile e Peru. Entretanto, para o mesmo período, a participação das mulheres na força de trabalho tende a ser menor do que a dos homens para a maioria dos países,

¹¹ ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8051-265X>; Instituto Federal de Alagoas (IFAL), Professora de Filosofia no Campus Arapiraca; Doutora em Educação pela UFAL; Coordenadora do Núcleo de Gênero, Diversidade e Sexualidade – NUGEDIS. E-mail: ellen.melo@ifal.edu.br

¹² ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-5371-9341>; graduada em Psicologia pela Universidade Católica de Pernambuco (UCP); especialista em Educação Sexual pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Professora e coordenadora da Escola Estadual Pedro Reis. E-mail: paularosimar4@gmail.com

considerando uma proporção global para a população economicamente ativa. Isso significa que não há paridade de gênero na participação da força de trabalho (Ortiz-Ospina, 2024).

A ampliação da participação social das mulheres não configura uma ascensão na direção da equidade de gênero, pois o silenciamento da voz feminina continua sendo uma prática social e política muito recorrente em nossa sociedade. Ademais, muitas mulheres são excluídas das estatísticas de trabalho, por exercerem atividades não remuneradas como "preparação e serviço de refeições"; "cuidados com crianças e idosos"; ou "limpeza, organização e manutenção da moradia" (Ortiz-Ospina, 2024). Assim, o sexismo é o fator preponderante que demarca posições de poder, deixando clara a dominação do masculino sobre o feminino.

Bourdieu (2002) na obra em que apresenta os aspectos etnológicos da dominação masculina, analisa os indicadores da subordinação feminina ao masculino, quando apresenta a interpretação dos signos linguísticos que aparecem enquanto *habitus* no cotidiano da sociedade. Ele diz que os signos são corporificados como *práxis*, pois se delineiam como posições e disposições: “eles se apresentam como coisas a serem feitas ou que não podem ser feitas” (Bourdieu, 2002, p. 36).

Essas coisas que podem ou não podem ser feitas configuram não apenas a estrutura sexuada da divisão do trabalho, mas também as interdições culturais de caráter limitante para as mulheres, que as colocam em determinadas posições sociais que geralmente são dispostas em volta dos trabalhos do cuidado.

Dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) sobre disparidades de

gênero, indicaram que, em 2021, em comparação aos homens, as mulheres dedicaram o dobro do tempo diário em trabalho não remunerado como atividades domésticas e cuidados com pessoas. Entretanto, o exercício dessas atividades implica em uma dupla jornada de trabalho e não significa ausência de qualificação, pois o número de mulheres com idades entre os 25 e os 64 anos que concluem o ensino superior é 21,8% maior do que os homens da mesma faixa etária (OECD, 2024). Esses dados refletem a concretude destas práticas sociais de inferiorização do feminino. Em contrapartida, por exemplo, no Brasil, 62,6% dos homens ocupam cargos gerenciais (IBGE, 2021).

Neste âmbito do posicionamento das mulheres na sociedade é notório uma disparidade de gênero que vai além dos dados empíricos, que traduz uma cultura de adestramento do corpo feminino e que produz na mulher, o que Bourdieu (2002) chama de “impotência aprendida”.

Este contexto social, moldado por uma visão androcêntrica, ou seja, aquela que ensina que o poder maior deve ser dados aos homens, internaliza em nós, mulheres, a crença de incapacidade para realizar determinadas coisas, perpetuando ideias como “isso não é para ela” ou “não foi feita para isso”. Essas imposições geram um desencorajamento de exposições de habilidades, opiniões, pensamentos, emoções e comportamentos que limitam conquistas e dificultam o rompimento das barreiras impostas pelo sexismo.

No entanto, essas posições e disposições corporificadas em ações têm como base de sustentação o conjunto simbólico que delineia valores pertencentes a cada gênero e, por meio destes signos, a realidade se produz. Chamamos de conjunto

simbólico as diversas formas de expressão que manifestam uma cultura e são expressas sob diversos tipos de linguagens.

Como partimos do paradigma epistemológico da filosofia da linguagem pragmática compreendemos que a linguagem é uma forma de ação, por meio da qual a realidade é produzida, negando-lhe assim, um caráter meramente designativo ou descritivo.

Situando a questão que envolve linguagem, disparidade de gênero e silenciamento, sendo a linguagem uma forma de ação, no contexto social androcêntrico, os signos que denotam a inferioridade do feminino diante do masculino produzem a realidade da desigualdade de gênero que institui a dominação masculina.

Neste contexto, os espaços de fala das mulheres são reduzidos e o silenciamento feminino é uma realidade observável. Ontologicamente falando, o ser do silenciamento é o não ser. É neste âmbito da negação do ser que este silenciamento se refere. Esse silenciamento é sinônimo de apagamento e subjugação das potencialidades femininas e está na ordem da estrutura de poder hegemônico que rege nossa sociedade. A partir de então, apresentaremos como o silenciamento das mulheres é uma estratégia de poder, relacionando ao problema da desigualdade de gênero.

Fundamentação teórica

Chamamos de silenciamento, a ainda tão marcante invisibilidade do protagonismo feminino em ações que marcam a sociedade, trazendo importantes contribuições, sejam elas teóricas ou práticas, no mundo da ciência, tecnologia ou filosofia. Essa baixa representatividade feminina em espaços decisórios, como a política, economia, a ciência e a filosofia

representam bem, a ordem do discurso dominante do patriarcado, que discrimina e silencia mulheres. Diz Bourdieu:

Seria necessário enumerar todos os casos em que os homens mais bem intencionados realizam atos discriminatórios excluindo as mulheres sem nem se colocar a questão de posições de autoridade, reduzindo as suas reivindicações a caprichos merecedores de uma palavra de apaziguamento (Bourdieu, 2002, p. 37).

A discriminação da voz feminina diante da voz masculina é uma realidade que vivenciamos ao longo de muitos séculos. Nesta discriminação, a voz masculina assume o espaço de autoridade, exercendo o que Bourdieu (2002) chama de violência simbólica. Os símbolos e suas diversas linguagens produzem violência pois é na ordem do símbolo e do discurso que são instituídas as ideias que hierarquizam e subjagam o feminino ao masculino.

O poder da palavra foi negado às mulheres desde muitos séculos atrás. Na Grécia antiga, berço da civilização ocidental, a ideia de *logos* (razão), que significa ao mesmo tempo, ser e dizer, não contemplava as mulheres como seres de razão, e as mulheres eram tidas como incapazes de ocupar espaços públicos na *polis*. A democracia ateniense não contava com as mulheres como seres de direitos, tendo direito à voz e voto.

Mas, se pensarmos em nosso tempo, início do século XXI, lembramos que se passaram mais de vinte séculos e só em 1965 no Brasil, que no novo Código Eleitoral “permitiu” que as mulheres fossem tratadas como iguais e não atribuiu nenhum caráter restricional para o voto feminino. No entanto, afirmamos veementemente que, mesmo as mulheres brasileiras

tendo conseguido por meio da aprovação de diversas Leis, que ampliassem os direitos e atuassem no combate à violência de gênero, o silenciamento das mulheres ainda é uma realidade.

A Lei Maria da Penha é um grande marco no combate à violência de gênero e a Lei nº 11.340/2006 alterou o Código Penal para proteger as mulheres e punir os agressores. Já a Lei 14.611/2023 preconiza sobre a igualdade salarial entre mulheres e homens e a Lei 14.986/24 altera a LDB e a partir de 2025 será obrigatório em todo o país o estudo sobre as contribuições de mulheres à humanidade. Temos também a *Lei de Participação Feminina na Política*, também conhecida como Lei 13.165/2015. A partir dessas Leis, as mulheres brasileiras tiveram a voz das suas reivindicações expressas sob a forma do direito.

Embora os direitos e a proteção das mulheres tenham sido ampliados por estas e outras Leis brasileiras e tenha havido uma ampliação do espaço de fala e do poder da voz feminina, isso não significa que somos escutadas. Segundo Borba (2021):

As narrativas femininas são atravessadas pelo silenciamento ao longo da história. Pensar neste processo, é também pensar no silêncio e silenciamento das mulheres, no que diz respeito a seu corpo, sua sexualidade, sua subjetividade e a sua forma de ser e pensar no mundo. Este cenário é desenhado neste formato, em razão da estruturação patriarcal, machista e misógina da sociedade, que orientam as relações sociais (Borba, 2021, on-line).

Embora o binômio narrativa/silenciamento pareçam paradoxal, uma vez que quem narra, irrompe o silêncio é importante ressaltar que o silenciamento não significa a

ausência de som. Falar é emitir sons, mas falar não significa ser escutada. Ou seja, o discurso feminino é invalidado, tanto diante da disputa de narrativas com o masculino, quanto pela sociedade em geral, que é regida por um conjunto simbólico discursivo androcêntrico.

Diante da cultura patriarcal, machista e misógina, as formas de ser e dizer do feminino são silenciadas, pois: “vivemos numa sociedade que construiu uma cultura que cala as mulheres, na medida que ela é sempre culpabilizada pelos danos e sofrimentos vividos” (Borba, 2021, on-line.).

O exposto acima é a síntese da misoginia. Misoginia que é uma palavra de origem grega (*miseó* - ódio e *gyné* – mulher) é um conceito que abarca os sentimentos de desvalorização das mulheres - e ao que remete ao feminino - em comparação ao conjunto simbólico e pragmático do que se refere ao masculino.

Neste contexto há uma estigmatização da ideia do que é ser mulher na sociedade contemporânea, que na *práxis* cotidiana da sociedade sexista torna real o silenciamento das mulheres. Goffman (2004), diz que estigma pode ser usado em referência a um atributo depreciativo, que pode confirmar a normalidade de outrem, mas que não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso. Ou seja, estigma é um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo.

O ser mulher é estigmatizado e construído ao longo do tempo pelo ideário androcêntrico que transforma signos em *práxis*, ideias em realidade. Mas o estigma relacionado às mulheres se dá de formas diferentes entre as mesmas. Aqui precisamos falar da interseccionalidade entre gênero, raça e classe: “Afinal, o conhecimento deve ir além das demarcações fixadas por linhas imaginárias do horizonte e, finalmente, valer-se de raça, classe, território e gênero, mas enlanguescendo-se”

(Akotirene, 2029, p. 122). Assim, não há uma ideia de mulher universal. O silenciamento da mulher negra, pobre e latino-americana, por exemplo, é muito mais recorrente do que o que sofre mulheres brancas, ricas e de culturas hegemônicas.

Na *práxis* social há uma cultura do silenciamento que se exerce explícito e implicitamente. O silenciamento explícito é aquele que se dá na ordem da violência física e psicológica sofrida por tantas mulheres. Já o silenciamento implícito se dá na ordem da violência simbólica, quando as narrativas femininas são invisibilizadas e suprimidas pela ordem do discurso dominante.

Discursos e silêncios são atravessados por relações de poder. E quando falamos de poder, as contribuições do filósofo Michael Foucault são necessárias para explicar a relação entre poder e saber. Para Foucault (2017) a nossa realidade é constituída por uma tríade que é composta por: verdade - poder - disciplina. O poder que se dissemina microfisicamente para todos os corpos que constituem essa sociedade é produtor de verdades que são cristalizadas através dos discursos produtores destas verdades e se manifestam no cotidiano desta sociedade por meio da disciplina destes corpos. Diz, ele:

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua 'política geral' de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros (Foucault, 2017, p. 12).

Neste fragmento podemos ver como verdade, poder e disciplina estão imbrincados. A verdade é decorrente do efeito do poder disciplinar sobre os corpos, que criam essas verdades e, de forma não linear, mas cíclica, são resultado do poder que atravessa cada corpo como condutos de poder.

Assim, no conjunto de verdades criados pelo poder disciplinar institucionalizado por um estado regido pelo ideário simbólico discursivo de fundamentação misógina e androcêntrica, o silenciamento das mulheres é um reflexo desta ‘política geral’ que produz efeitos reguladores dentro do sistema social. Para tanto, regular o comportamento das mulheres e instituir o silenciamento é proteger o sistema de poder vigente, invisibilizando as potencialidades femininas.

Metodologia

A seguir teceremos breves considerações sobre a epistemologia da pesquisa desenvolvida, através da apresentação da lógica interna da pesquisa, a fim de que seja entendido os pressupostos teóricos e metodológicos que fundamentaram a prática da pesquisa, bem como orienta o nosso caminho para as conclusões.

Para Gamboa (2018), o tratamento da abordagem epistemológica é essencial para uma boa qualidade da pesquisa desenvolvida. A abordagem epistemológica, diz ele:

Funciona como um exercício de vigilância permanente. Vigilância “[...] para perceber o inesperado, para aperfeiçoar o método e para vigiar a própria vigilância.” (Bachelard, 1989, [s.p.]). Isto é, vigilância para revisar permanentemente os limites do próprio conhecimento e, assim, abrir novos horizontes para o desenvolvimento do conhecimento humano (Gamboa, 2018, p. 61).

Essa vigilância significa estarmos atentas à estrutura que apresenta a cosmovisão da pesquisa e que, como produtoras de conhecimento se situam numa epistemologia que fundamenta a produção deste conhecimento.

A indicação do paradigma epistemológico escolhido, esclarece as escolhas teóricas e metodológicas que direcionam a produção do conhecimento, pois fundamentam as maneiras de abordar e tratar o objeto investigado, bem como orienta as conclusões. Assim, a abordagem epistemológica escolhida para guiar o estudo sobre o silenciamento feminino no contexto da desigualdade de gênero está respaldado no pressuposto crítico-dialético.

A abordagem epistemológica crítico-dialética entende que o “todo resulta do processo de articulação entre os dados objetivos e a interpretação do sujeito” (Gamboa, 2018, p. 145). A realidade não está ali para ser apreendida, mas analisada criticamente e compreendida a partir de múltiplos aspectos, para a partir de então, se produzir uma síntese.

Como a síntese e o concreto são resultados de múltiplas determinações advindas do contexto, utilizamos procedimentos metodológicos da pesquisa quantitativa e da pesquisa qualitativa. A partir da primeira, apresentamos dados sobre a inserção dos gêneros no mercado de trabalho, dados a respeito da escolarização feminina e dados sobre a participação das mulheres na política. Estes dados quantitativos subsidiaram nossas análises por meio da interpretação pertinente à pesquisa qualitativa e assim pudemos tecer algumas conclusões.

Os métodos para a produção dos conhecimentos apresentados foram a pesquisa bibliográfica e a etnografia. O método etnográfico consistiu na observação participante através da vivência com a sociedade ao qual pertencemos, na qual estamos imersas e podemos, a partir desta experiência de vida tecer análises a respeito do objeto estudado: o silenciamento feminino.

A pesquisa bibliográfica se fez necessária para fundamentar as análises dos dados apresentados e guiar as observações da realidade cultural, por meio da etnografia. Desta forma, foi possível analisar os registros a partir dos conceitos chaves e das categorias trazidas pelo referencial teórico. Por isso, foram necessárias as contribuições de Bourdieu (2002), Foucault (2017) e Goffman (2004) que serviram de referencial teórico para esta pesquisa.

Bourdieu no livro *Dominação Masculina* (2002) traz ideias fundamentais para o entendimento da realidade estudada no nosso objeto de pesquisa, como os conceitos de violência simbólica e a apresentação de categorias que distinguem o masculino do feminino, ao mesmo tempo que submete as segundas aos primeiros. A contribuição de Bourdieu trazida do seu estudo etnográfico fundamenta os termos pelos quais estão alicerçados a dominação masculina.

O trabalho de Foucault apresentado na obra *A microfísica do poder* (2017) é uma referência para discutirmos a relação entre o silenciamento feminino e poder, podendo construir a análise de que este silenciamento faz parte de uma estratégia de poder para perpetuar o ideário androcêntrico. Ou seja, fazer manter-se as ideias de que os homens devem exercer autoridade sob as mulheres.

Já Goffman, na sua obra *Estigma* (2004) contribui com o *corpus* desta pesquisa ao discutir a questão das identidades, demonstrando como essas identidades podem ser deterioradas dentro de um contexto social que manipula a estigmatização e marca pessoas como desqualificadas ou menos valorizadas.

Por meio desta metodologia apresentada brevemente acima, podemos desenvolver a pesquisa e apresentamos o seu

processo e o seu produto através deste trabalho, no qual serão expostos seus resultados no próximo título.

Resultados

Diante do objetivo principal de compreender a relação entre silenciamento feminino e poder androcêntrico defendemos como hipótese que a vivência das mulheres **do** século XXI ainda é marcada por uma realidade de silenciamento.

Para tanto, apresentamos alguns dados sobre a participação feminina na sociedade em contraponto com a participação masculina e analisando criticamente os dados, à luz do referencial teórico de Bourdieu (2002), Foucault (2017) e Goffman (2004) podemos chegar a algumas conclusões secundárias e a uma conclusão principal que serão elencadas a seguir.

Entendemos por meio dos estudos de Bourdieu (2002) que a realidade da dominação masculina se expressa por meio de diversos símbolos e que estas ideias fundamentam a prática hierarquizada da divisão sexual da sociedade. Segundo Bourdieu:

A dominação masculina encontra assim reunidas todas as condições de seu pleno exercício. A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social que confere aos homens a melhor parte (Bourdieu, 2002, p. 44).

Neste contexto social sexista, cabe às mulheres o espaço não ocupado pelos homens, que é o espaço da abnegação. E é por conta destas ideias de que as mulheres são “entidades

negativas” constituída por falta, sem a expressão do caráter criativo e diretivo atribuído aos homens, que o termo “menininha” é utilizado em “brincadeiras” infantis masculinas como sinônimo de impotência e é reverberada como um xingamento.

O feminino é localizado simbolicamente como falta, como limite e como sinal postural de submissão, que é traduzido pelo comportamento disciplinado do corpo: “a submissão feminina parece encontrar a sua tradução natural no fato de se inclinar, abaixar-se, nas posturas curvas, flexíveis, e na docilidade correlativa que se julga convir à mulher” (Bourdieu, 2002, p. 38).

Neste âmbito, o corpo feminino é um corpo para o outro e desta forma é ontologicamente constituído com um caráter relacional. Ou seja, o ser feminino está voltado para o ambiente - e não para si mesma -, à medida que retira deste ambiente o sistema de referência que a constitui. Para tornar mais evidente o que dizemos, basta pensarmos em como, o nome mulher está associado à função social de mãe, ao ponto de muitas mulheres que não têm filhos serem vistas com uma certa perda da sua identidade feminina.

Sendo assim, as mulheres ainda são vistas como objetos simbólicos cujo ser é ser percebido pelo outro através dos serviços prestados para a manutenção deste regime de poder social. E é por isso que Ângela Davis (2018), afirma a importância de “reconhecer uma série de conexões entre discursos, instituições, identidades e ideologias que tendemos a examinar separadamente (Davis, 2018, p.99).

O reconhecimento entre essas conexões citas por Davis, conexões estas que nem sempre são aparentes, nos impulsionam a explorar contradições e identificar as relações de poder entre os gêneros dentro da sociedade.

E, num contexto social androcêntrico, em que o ser mulher é constituído com uma relação de dependência com o ser masculino, constitui-se, ao invés de uma autonomia do feminino, uma heteronomia do corpo feminino que é programado para atrair, agradar e se justificar, expressando uma relação tácita de disponibilidade. Para construir tais disposições são utilizados dispositivos de poder disciplinar para exercer controle sobre os corpos femininos.

Foucault (2017) nos mostra a partir do seu estudo de genealogia da estrutura social - tendo como pano de fundo o estudo sobre o controle da sexualidade - que a sociedade produz verdades sob a forma de discurso e estas verdades, assim como todo e qualquer elemento constituinte da sociedade é meio para disseminação de poder.

No contexto de poder androcêntrico que é imperioso na nossa sociedade contemporânea, às mulheres são renegadas a lugares sociais hierarquicamente inferiores aos lugares ocupados pelos homens. Neste sentido, as mulheres são importantes prestadoras de serviço, servindo aos homens e ajudando-os a manter o seu poder patriarcal. Diz Foucault: “O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato, ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (Foucault, 2017, p. 205).

As formas de exercício do poder androcêntrico respaldada na cultura patriarcal é absorvida por meio da constituição de valores sob a forma de verdade. Esses valores ‘aceitáveis’ para as mulheres são instituídos como um conjunto imbrincado de símbolos. Assim, o jeito de falar e calar, as roupas, a forma de exercer a sexualidade e até mesmo aspectos relacionados à reprodução - como o fato de ser ou não ser mãe, da quantidade

de filhos e da escolha dos genitores - são alvos de julgamento social com vistas ao controle do corpo feminino.

Segundo Borba (2021, on-line) vivemos “uma cultura que define a “mulher de respeito” e que, portanto, deve ser protegida da “mulher fácil/vulgar”, a esta, todos os danos são justificáveis em virtude de seu comportamento disruptivo frente à vida”. Estas ideias são disseminadas em propagandas midiáticas, filmes e novelas, músicas, escolas e igrejas, assim como também, em outros âmbitos da sociedade.

As mulheres que se rebelam contra esse constructo simbólico, que limita o ser feminino a uma posição de resignação, são vistas como disruptivas e tendem a sofrer sanções sociais. Goffman (2004) diz no seu livro *Estigma* que certos indivíduos, que dentro de uma sociedade se desviam do padrão de normalidade imposto por um conjunto de ideias estabelecidas pelo grupo social são estigmatizados e renegados a sofrer sanções discriminatórias. É nesse contexto simbólico da existência de mulheres disruptivas ao longo da história, que as bruxas e loucas são personagens que povoam o imaginário social para que mulheres que reivindicam um espaço social de igualdade ou que demonstrem suas potencialidades sem pudor sejam estigmatizadas.

A caça às bruxas contemporâneas se dá no campo da violência de gênero e evidencia as tensões entre os gêneros. Em uma pesquisa sobre violência apresentada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, entre 2012 e 2022, dentre as violências analisadas, mulheres são 60,1% das vítimas e, portanto, constituem a maioria em violência física (52,0%), psicológica (64,7%) e sexual (86,7%) (Cerqueira; Bueno, 2024, p. 35).

Além destas violências explícitas, convivemos diariamente com a violência implícita que se dá no campo simbólico. Nesta, a invalidação das narrativas femininas e descrédito do seu protagonismo, funcionam como elementos de silenciamento das potencialidades femininas inscritas através da impotência aprendida sob a ordem do: “você não pode”, ou, “o que vão falar de você”, ou ainda, “foi culpa sua”.

Muitos destes fatores resignam muitas mulheres ao espaço do silenciamento. Esse espaço é o espaço da não disputa de narrativas, deixando-se o feminino a ser simplesmente, conduzido pelo poder androcêntrico, sem qualquer movimento de resistência.

Este silenciamento constitui as formações discursivas disciplinadoras do sujeito e se configura como uma ação sobre o outro que funciona como uma estratégia para impor o silêncio: “Desta forma, o silêncio é uma relação que envolve correlações de força, sendo ainda uma estratégia pautada na obediência, submissão ou mesmo resistência” (Borba, 2021, online).

O silenciamento é assim, uma estratégia de poder que, ao diminuir simbólica e materialmente as mulheres, reduzindo-as a meros objetos ao serviço do ideário androcêntrico, cala as potencialidades femininas, a fim de que não haja um abalo da autoridade patriarcal regida pela sociedade androcêntrica.

Conclusões

Ao investigar a relação entre silenciamento feminino e poder androcêntrico, vimos ao longo deste capítulo, que ela se dá sob a forma de imposições culturais inscritas na ordem do discurso simbólico que institui na *práxis* social *habitus* que configuram a disposição do corpo feminino no espaço social.

Assim, as mulheres estão dispostas nos espaços sociais descritos pelo poder androcêntrico que delinea a forma do ser feminino a partir de um lugar de passividade e submissão. No entanto, trabalhos como este tem como principal contribuição mostrar que a disparidade de gênero é uma realidade que ainda precisa ser vencida.

É através da liberação da voz feminina afirmando sua potencialidade em palavras, gestos e ações que se constituirão formas concretas de resistência ao poder androcêntrico, que promove uma insistente disciplinarização dos nossos corpos.

A feminilidade que ainda é sinônimo de arte de se fazer pequena, pode ter seus esquemas de percepções alterados, quando se conseguir instituir novas ordens de discurso, que ressoem em alto e bom som, que o ser mulher é ser potente.

É só reconstruindo as ideias que a *práxis* pode ser mudada e assim, poder formar uma nova síntese de uma sociedade em que a igualdade de gênero não seja apenas um ideal a ser perseguido, mas que se torne uma realidade alcançável.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Karla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.

BORBA, T. J. A. Mulheres e silêncio: o caso de “Manjit”. In: 20º CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2021, João Pessoa. **Anais**. Disponível em: https://www.sbs2021.sbsociologia.com.br/site/anaisarquivos_uomo. Acesso em: 4 nov. 2024.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Lei nº 11.340/2006. Dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e família. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 9 nov. 2024.

BRASIL Lei 14.611/2023. Dispõe sobre a igualdade salarial . Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114611.htm. Acesso em: 9 nov. 2024.

BRASIL Lei 14.986/24. Altera a LDB para incluir a obrigatoriedade de abordagens femininas na educação. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114986.htm. Acesso em: 11 nov. 2024.

BRASIL Lei 13.165/2015. Dispõe sobre o incentivo da participação feminina **na política**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113165.htm

CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (coord.). **Atlas da violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024.

DAVIS, A. **A Liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo editorial, 2018.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GAMBOA, Silvio Sanchez. **Pesquisa em Educação: métodos e epistemologias**. Chapecó, SC: Argos, 2018

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

IBGE. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 26 nov. 2024.

OECD - Organization for Economic Cooperation and Development. Disponível em: <https://www.oecd.org/en/data/dashboards/gender-dashboard.html>. Acesso em: 22 nov. 2024.

ORTIZ-OSPINA, E.; TZVETKOVA, S.; ROSER, M. **Women's Employment: How does women's labor force participation differ across countries?** Disponível em: <https://ourworldindata.org/female-labor-supply>. Acesso em: 26 nov. 2024.

Capítulo 5

SEXUALIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Augusto Ferreira Ramos Filho¹³

Míria Nunes Ferreira¹⁴

Introdução

O tema da sexualidade é frequentemente negligenciado ou até mesmo omitido no ensino fundamental. Contudo, isso não significa que o assunto seja esquecido por alunas, alunos, professoras, professores, coordenadoras, coordenadores, diretoras e diretores. As mazelas sociais revelam a urgência de integrar esse conteúdo no ambiente escolar. Refletir sobre as contribuições que o tema pode trazer é acreditar em uma sociedade menos intolerante, com menos preconceito e menos sofrimento. Não são suficientes discursos em datas especiais, projetos em épocas comemorativas ou falas pontuais; é necessário garantir visibilidade, atenção e buscar uma mudança genuína.

Na perspectiva da professora e pesquisadora em estudos de gênero e sexualidade Guacira Lopes Louro (2008), gênero e sexualidade são construídos por infinitas práticas e conhecimentos, com diferentes acontecimentos, de modo que a

¹³ ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8375-4024>; Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Cultura (ProDiC). Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Comportamento – GEPGEC. E-mail: augusto.filho@uneal.edu.br.

¹⁴ ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-4580-4232> Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), Estudante, membro do grupo de estudo e pesquisa em gênero e comportamento-GEPGEC. E-mail: miriaferreira@alunos.uneal.edu.br

realização se dá de forma explícita ou artificial; é um complexo de categorias sociais e culturais. E que o processo de construção é algo incompleto; a família, as instituições de ensino, igrejas e/ou religiões, organizações sociais e médicas são importantes para o processo de concepção de gênero e sexualidade. Para a autora, somos treinados e treinadas a viver gênero e sexualidade por meio da cultura, das mídias, das religiões e leis. As formas de amar, de dar e receber afeto são ensinadas de formas diferentes para cada cultura.

A compreensão e a abordagem adequada sobre esse tema fundamentam um desenvolvimento saudável e integral das alunas e alunos. A educação sexual no Brasil entrou nas instituições de ensino por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) nos anos 90. No documento, o assunto era visto como transversal, o que se qualificava como um assunto não específico para apenas uma disciplina. Por muitos anos, os PCNs foram os documentos que conduziam as professoras e os professores. Com o passar dos anos, foi elaborada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que atualmente é orientadora para as instituições de ensino. Porém, segundo Franco-Assis e Souza (2012), a sexualidade na BNCC abrange os sentidos biológico, anatômico, fisiológico e o sistema reprodutor, resultando na exclusão dos conteúdos que emergem do tema sexualidade, ao que se refere a condutas sociais, cidadania, valores morais, gênero, homofobia, machismo, misoginia, dentre tantos outros.

Diante disso, o objetivo desta pesquisa é analisar as práticas pedagógicas relacionadas à sexualidade no ensino fundamental em uma escola do município de Taquarana-AL. Esta pesquisa justifica-se pela intenção de realizar um estudo de caso em uma escola pública sobre como o conteúdo de gênero e sexualidade

vem sendo desenvolvido no ensino fundamental. Estudos realizados por pesquisadores, como Neto (2022), demonstraram que os serviços de saúde e educacionais no estado de Alagoas realizam projetos sobre o tema, mas com foco na conscientização sobre ISTs e gravidez indesejada. Assim, os aspectos mais abordados nos currículos e planejamentos são relacionados ao corpo, cuidados, reprodução humana e fatores biológicos.

Abordagem de Ensino sobre a Sexualidade

O ensino da sexualidade no ambiente escolar é controverso. De um lado, temos os Parâmetros Curriculares de Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, que apresentam o tema como um assunto transversal a ser desenvolvido no âmbito escolar; do outro, temos a resistência de gestores e docentes escolares. Pode-se dizer ainda que há um terceiro ponto, no qual a BNCC trata o tema como um assunto oculto, considerando que o termo "sexualidade" foi descartado dos conteúdos a serem desenvolvidos no ensino fundamental.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Pluralidade Cultural e Orientação Sexual criam o âmbito legal para o ensino da sexualidade na escola, considerando que um dos temas transversais é a orientação sexual, com o objetivo de proporcionar debates midiáticos entre docentes, coordenadores e gestores escolares. O documento é destinado aos anos finais do ensino fundamental. Em sua justificativa, observa-se a apresentação de dados dos anos 80 sobre a inclusão de debates referentes à sexualidade e sobre a resistência de professoras e professores, que consideram o assunto como algo a ser abordado pelos pais e não como uma temática a ser discutida em sala de aula.

As manifestações da sexualidade afloram em todas as faixas etárias. Ignorar, ocultar ou reprimir são respostas habituais dadas por profissionais da escola, baseados na idéia de que a sexualidade é assunto para ser lidado apenas pela família. (Brasil, 1998, p. 291)

O documento, ainda em sua justificativa, descreve que os pais, mesmo sem falar claramente sobre sexualidade com seus filhos, participam da formação de comportamentos por meio de orientações, restrições nas ações e nas representações. O PCN sobre orientação sexual, em sua sequência, destaca o desenvolvimento da sexualidade na infância e na adolescência. Ele aborda que esse desenvolvimento tem início ainda na barriga da mãe, quando o sexo do bebê é descoberto, e todo o planejamento em torno do enxoval, como roupas e cores que cada bebê deve usar, é influenciado por costumes culturais. Ao vir ao mundo, os bebês vão evoluindo por meio do ambiente cultural e das interações que ocorrem. Na adolescência, ocorre a puberdade, com todas as mudanças corporais e psicológicas, novas sensações, dúvidas e sentimentos aflorados.

O Plano Nacional de Educação (PNE) intencionou a participação de professoras e professores para concretizar um documento completo que servisse como condutor/guia para o ensino. No entanto, a BNCC passou por várias formatações, ocasionando sérias discussões e a exclusão de conteúdos referentes a gênero e sexualidade. No documento, ao contrário do PCN, o assunto não é visto como um conteúdo transversal que pode ser abordado em outras disciplinas; é percebido como um tema a ser desenvolvido apenas na disciplina de Ciências da Natureza (Biologia), mas de forma muito superficial, visto

que o foco é em doenças sexualmente transmissíveis e reprodução.

Parte do problema são as seleções de materiais didáticos e literatura infantil que omitem as questões de gênero e sexualidade. Segundo hooks (2024, p. 46)

A literatura infantil é um dos locais cruciais para a educação feminista, para conscientização crítica, exatamente porque crenças e identidades ainda estão sendo formadas. E, com muita frequência, os pensamentos retrógrados sobre gênero continuam sendo a norma nos parquinhos.

A autora ressalta que, por se tratar de uma etapa fundamental na formação dos indivíduos, esse período oferece oportunidades concretas para a transformação de comportamentos e concepções enraizadas. Isso porque, para muitas crianças e adolescentes, a escola representa o primeiro contato sistemático com o universo literário. Dessa forma, abre-se espaço para uma educação crítica, capaz de problematizar as estruturas de desigualdade presentes na sociedade.

É relevante destacar que, embora as instituições de ensino não apresentem uma ampla diversidade de livros infantis, o acesso a obras literárias é garantido em todas as fases da educação básica por meio de iniciativas como o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Esse programa assegura a discentes e docentes o contato com um acervo significativo de títulos.

Para Silva (2023), essa abordagem opcional e excessiva do conteúdo de sexualidade por parte de professoras e professores tem como consequência o aumento das violências, LGBTfobia, misoginia e machismo nas escolas. Louro (2012) ressalta que os

currículos escolares e as metodologias de ensino são compostos por padrões de gênero e que é preciso refletir sobre o modo como educadoras e educadores ensinam, estando atentos aos seus modos de falar e identificando o sexismo, racismo e etnocentrismo em muitas de suas falas.

Práticas Pedagógicas Relacionadas à Sexualidade

As práticas pedagógicas relacionadas à sexualidade são acompanhadas por padrões de gênero. Para Barbosa e Guizzo (2014), as professoras e os professores, em suas práticas pedagógicas, estabelecem separações entre meninos e meninas, delimitando desde a educação infantil quais brinquedos são apropriados para cada gênero. Segundo Louro (1997), a escola restringe o ambiente para meninas e meninos. Nos escritos de Gagliotto e Lembeck (2011), ainda se compartilha o pensamento de que "a mulher precisa ser frágil, dependente e passiva, enquanto o homem deve ser forte, agressivo e independente".

Para Louro (1997), alguns diretores e até mesmo professoras e professores, quando questionados sobre práticas pedagógicas relacionadas à sexualidade, costumam dar uma resposta padrão de que a escola não precisa se atentar a esse assunto e que a instituição não tem dificuldades em relação a ele. De outra maneira, afirmam que esse é um conteúdo que deve ser explicado pela família, acreditando que o tema deve ficar fora da área escolar. Por outro lado, na pesquisa de Silva (2019), uma professora expressou suas dificuldades e a frustração de não se sentir preparada para falar sobre o tema, além do medo de não saber como abordá-lo, resultando na preferência em não tratar do assunto.

Os aspectos biológicos são importantes, porém não são o único ponto de desenvolvimento principal no que diz respeito

ao assunto da sexualidade. Trata-se de um processo que envolve um contexto social e direitos humanos. No documento das Diretrizes Curriculares (2013), na seção sobre Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos no Brasil, é apresentado que

O parecer CNE/CEB nº 5/2011 que fundamenta essas diretrizes reconhece a educação como parte fundamental dos Direitos Humanos. Nesse sentido, chama a atenção para a necessidade de se implementar processos educacionais que promovam a cidadania, o conhecimento dos direitos fundamentais, o reconhecimento e a valorização da diversidade étnica e cultural, de identidade de gênero, de orientação sexual, religiosa, dentre outras, enquanto formas de combate ao preconceito e à discriminação (Diretrizes Curriculares, 2013, p. 221).

Sendo assim, é necessário que todo o corpo docente admita a inclusão de assuntos como sexualidade, gênero, LGBTfobia, discriminação sexista, machismo, patriarcado e racismo nos planejamentos. O documento reforça que, nas instituições de ensino, é imprescindível que os Direitos Humanos sejam estimulados e estejam presentes na criação do Projeto Político Pedagógico, no Planejamento Curricular, nas formas de gestão e avaliação, nos materiais didáticos, na formação inicial e nas formações continuadas das professoras e professores. Segundo Almeida e Leal (2022), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 defende que o tema da diversidade sexual e de gênero seja estudado em sala de aula como um conteúdo transversal, como método de combate à discriminação.

Segundo Freire (1987, p. 96) “a prática educativa libertadora implica uma ação cultural profundamente criadora, estimuladora da reflexão crítica e da ação dos educandos sobre a realidade”. A realização de práticas pedagógicas que inspirem as alunas e alunos o pensamento crítico, e que reflitam sobre o mundo em que vivem, tem por intenção de que elas e eles possam fazer algo para transformá-lo, levando em consideração a influência na capacidade intelectual e nas tomadas de decisões que seguem por toda uma vida.

Necessidades e Desafios no Ensino da Sexualidade

Pensar sobre as necessidades e os desafios exige uma abordagem e prática que considerem a importância de uma reflexão de caráter introdutório na abordagem do conteúdo de sexualidade. A prática requer pesquisa, métodos de ensino, formação, entre outros aspectos, para a concretização da temática. Portanto, as análises das necessidades se fariam presentes no início do pensar sobre a abordagem, quando a educadora e o educador buscam compreender o que é necessário para o ensino sobre a sexualidade, como: que necessidades eu, enquanto professor, possuo ou que necessidades minhas alunas e alunos tendem a ter sobre este conteúdo? Os desafios relacionam-se com a superação das práticas, haja vista que surgirão dúvidas e lacunas nas quais a professora e o professor poderão ter dificuldade em responder.

O grande desafio no ensino da sexualidade seria os preconceitos que se perpetuam de geração para geração e as necessidades que se concretizam com a formação contínua de uma sociedade cada vez mais homofóbica e machista. Para França e Calsa (2011), no ambiente escolar, costuma-se impor um modelo de gênero normativo a alunas e alunos, de modo

que a família deve seguir o mesmo modelo normativo esperado de seus filhos. Silva (2019, p. 439) afirma que

Em uma sociedade racista, não ser racista é um exercício. Em uma sociedade homofóbica, não ser homofóbico/a é um esforço. Ou seja, as opressões raciais, de gênero e sexualidade nos atravessam, e estamos todas/os em uma teia que hora nos coloca na posição oprimida, hora na de opressão, e em muitos casos nas duas ao mesmo tempo.

Educadoras e educadores, mesmo sem intenção, acabam trazendo seus próprios conceitos e ideologias para dentro da sala de aula. Até mesmo quando escolhem não falar sobre sexualidade, apresentam de forma oculta que concordam com todos os fatores negativos que cercam o tema. Na perspectiva de França e Calsa (2011), as educadoras e educadores são uma referência para os alunos e, por isso, precisam refletir e repensar suas ações em relação à concepção de conceitos sobre gênero e sexualidade.

O maior recurso pedagógico que norteia as educadoras e educadores são os livros didáticos. Santos (2023) ressalta que as escolas adotam um discurso de inclusão da diversidade, mas que, até mesmo em seus currículos e nos livros didáticos escolhidos por cada instituição, observa-se a ausência do tema. Louro (2012), por outro lado, vai além na crítica das análises dos livros didáticos, quando afirma que parece existir dois mundos diferentes, onde existem atividades “características” para homens e mulheres, e nas representações de família nos livros, onde prevalece a família heteronormativa. Silva (2019, p. 229) afirma que “a vigilância da escola está presente, buscando

evitar que corpos se desenvolvam fora do esperado”, entendendo-se que cada ser humano desenvolve condutas e sentidos para cada gênero, e a escola expressa isso nos livros didáticos, onde há a valorização masculina e a hierarquia de gênero, na vestimenta, nas organizações de filas e nas brincadeiras para cada gênero.

Seria necessário perceber que não são apenas os alunos os que vigiam cada garoto “afeminado”, mas sim a instituição inteira. E todos o fazem à medida que, de maneira capilar e permanente, controlam os demais e a si mesmos. E mais: “Vira homem!”, mesmo que potencialmente endereçável a todos os rapazes, costuma configurar um gesto ritual por meio do qual seu alvo é desqualificado ao mesmo tempo em que seu enunciador procura se mostrar como um indivíduo perfeitamente adequado às normas de gênero. Assim, um professor que, aos berros, cobra de um aluno que vire “homem” pode sentir-se um emissor institucionalmente autorizado, orgulhosamente bem-informado pelas normas de gênero (Junqueira, 2011, p. 82).

Uma dificuldade observada é a relação entre masculino e feminino, pois as instituições, por meio das educadoras e educadores, fortificam o machismo presente na sociedade. Nos ambientes escolares, os garotos tornam-se os mais vigiados, o que cria uma noção de poder, fazendo-os acreditar na superioridade masculina em relação ao feminino. Silva, Martelli e Sandri (2023) dão visibilidade às relações de poder que permeiam a escola, a qual, enviesada pela compreensão de

gênero e sexualidade, reflete as diferentes classes, etnias, crenças, gêneros e sexualidades presentes nas instituições de ensino. Assim, é fundamental pensar no desenvolvimento integral das alunas e alunos, o que exige das educadoras e educadores uma dedicação mais rigorosa. Para Souza, Franco e Neri (2022), o despreparo de educadoras e educadores em relação ao tema resulta no descaso nas abordagens e nas atividades que deveriam ser desenvolvidas. Segundo Giroux (1997, p.20) “a pedagogia crítica insiste que a educação é sempre uma forma de intervenção no mundo que dá forma, por meio de suas práticas e ideologias, a identidades, desejos e valores sociais”. As instituições de ensino formam como as pessoas pensam, veem e agem no mundo. Assim, é necessário o desenvolvimento do tema sexualidade de uma forma crítica, onde as alunas e alunos sejam conscientes e capazes de questionar opressões submetidas aos diferentes gêneros.

Metodologia

Foi realizada uma pesquisa qualitativa, tendo por abordagem um estudo de caso. Segundo Creswell (2014), uma pesquisa qualitativa é definida como um complexo de suposições que utiliza análises para conceituar os sentidos da pesquisa e os pontos de vista que uma determinada pessoa ou grupo impõe a uma adversidade social ou humana. Ainda, para o autor supramencionado, um estudo de caso é o reconhecimento de uma circunstância singular, e sua utilidade se qualifica como estudos da vida atual que estão em movimento; em recorrência com o uso desta investigação, é possível surgir diferentes circunstâncias.

Os sujeitos foram selecionados com base nos critérios de disponibilidade e acessibilidade. Nessa pesquisa, são os

docentes de uma escola localizada no município de Taquarana-AL, que responderam questões sobre sexualidade perpassadas pelas suas vivências. Considerando isso, tivemos uma conversa com cada professora e professor, apresentando a temática de pesquisa e objetivos. Neste aspecto, 6 professoras e professores se predispuseram a participar desta pesquisa. Para preservar a imagem das entrevistadas e entrevistados, os nomes foram trocados; os participantes desta pesquisa serão apresentados por meio da flexão do termo "Professora" para entrevistadas do gênero feminino e, respectivamente, "Professor" para o gênero masculino, seguido de um numeral.

A interpretação dos dados se deu a partir da análise de conteúdo, segundo Bardin (1977). Foi utilizada análise de conteúdo com base em uma grande mistura de criação de categorias. Previamente, foram identificadas três categorias: 1 - Abordagens de ensino da sexualidade; 2 - Práticas pedagógicas; 3 - Necessidades e desafios. Durante a análise, emergiu uma outra categoria, que aqui denominada "Tabu", que diz respeito ao preconceito e/ou à resistência ao ensino da sexualidade nas escolas.

Resultados de Abordagem do Ensino da Sexualidade no Ensino Fundamental

As abordagens adotadas por cada educadora e educador são diversas, como será evidenciado em algumas falas desta categoria. Ao todo, foram registradas 29 evocações. As perguntas sobre abordagens estão relacionadas aos recursos materiais, planejamentos, estratégias e avaliações.

Fragmento (1)

Eu acredito que a abordagem do ensino da sexualidade, do ensino fundamental é algo precarizado (Professor 1, entrevista concedida em 26 de setembro de 2023, grifos nossos).

No fragmento (1), o Professor 1 apresenta uma opinião sobre o ensino de sexualidade no ensino fundamental. Na sua perspectiva, ao usar a expressão "abordagem do ensino," o entrevistado parece sugerir que existe uma maneira específica de abordar a temática da sexualidade. Segundo Louro (2012), as escolas não veem com bons olhos discussões sobre gênero e sexualidade e tendem a manter o tradicionalismo heteronormativo. No entanto, para o professor mencionado, o ensino "é algo precarizado," o que pode indicar que a temática é pouco abordada nas escolas e que as professoras e professores não estão adequadamente preparados para tratá-la.

A Professora 3 aponta que a temática da sexualidade, quando abordada, se limita às questões biológicas, afirmando que se "mostram os órgãos genitais masculino e feminino." Essa realidade é compartilhada por outros entrevistados. O Professor 2 comenta que "aqueles modelos anatômicos pra poder explicar melhor para eles as partes do corpo eu não tive acesso." Já a Professora 5 corrobora essa abordagem de ensino ao afirmar que "a gente pode demonstrar de forma prática mesmo o que é o corpo do ser humano, como acontece, trabalhar de forma expositiva também com cartazes, slides e figuras animações."

Fragmento (2)

Assim por conta própria, né sem ser disponibilizado necessariamente para escola acabo utilizando o texto vídeos, né que a gente recorta da internet, mas tudo a partir de pesquisa própria, né? Se a gente vai por exemplo para a questão do livro didático, não tem abordagem pelo menos na minha área, né? É muito geral, então a gente acaba recorrendo a isso, né? A por exemplo temas das atualidades, você pega ali alguma notícia para poder abordar aquela notícia e fazer uma discussão. (Professora 6, entrevista concedida em 24 de outubro de 2023, grifos nossos)

Na fala da Professora 6, no fragmento (2), que é licenciada em História, ela manifesta que, para abordar o tema da sexualidade, é necessário realizar uma pesquisa e ter intenção, afirmando que "Assim, por conta própria, né, sem ser disponibilizado necessariamente para a escola, acabo utilizando textos, vídeos, né, que a gente recorta da internet." Isso ressalta a falta de materiais didáticos apropriados e a necessidade de busca por recursos externos. Silva (2020) destaca que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento criado para abranger diversos campos, mas que, em sua aprovação em 2017, o tema de gênero e sexualidade foi removido do documento. O Professor 2 também menciona: "Usei o conteúdo que tinha no livro didático," enfatizando que o tema é abordado apenas nos livros didáticos de Ciências, considerando que tanto a Professora 3 quanto o Professor 2 são licenciados em Biologia.

Essa prática é apoiada por Gagliotto e Lembeck (2011), que afirmam que é comum que os professores de Ciências sejam

responsáveis por desenvolver o tema da sexualidade, dado que esses educadores dominam o conteúdo biológico. No entanto, os autores criticam a tendência de focar apenas nos aspectos biológicos, enquanto os valores e comportamentos relacionados à vida sexual são frequentemente ocultados.

Resultado de Práticas Pedagógicas dos Docentes

Neste tópico, apresenta-se o propósito de avaliar as práticas pedagógicas relacionadas à sexualidade no ensino fundamental. Segundo as educadoras e educadores entrevistados, existem características distintas para cada um. As evocações foram totalizadas em 34. Nas perguntas realizadas, foram relacionados temas como os métodos e abordagens, a eficácia das práticas pedagógicas, pais e responsáveis, suporte oferecido pela escola e documentos orientadores.

Fragmento (3)

Olha eu é como eu disse a você eu vou em busca de pesquisas de informações, eu procuro me atualizar para passar para eles certo e assim é mais na palestra mesmo. É algum eh, como é que eu posso algum vídeo informativo, entendeu? Porque assim muitos recursos, você sabe que nós não temos. Mas da forma que é possível, eu procuro trabalhar passando informações anotações vídeos dessa forma. (Professora 4, entrevista concedida em 09 de outubro de 2023, grifos nossos)

Neste fragmento (3), a Professora 4 manifesta que uma pesquisa prévia e uma revisão de conteúdo são seus principais métodos de ensino sobre sexualidade, o que pode demonstrar

que ela não expressa ter segurança quanto ao assunto. Isso pode ser frustrante, considerando que a professora expressa que há um modo certo de desenvolver o tema, tendo em vista que diz: “eu procuro me atualizar para passar para eles certo e, assim, é mais na palestra mesmo.” Para Silva (2019), as educadoras e educadores que participaram de sua pesquisa relatam uma certa frustração por não se sentirem preparados para falar sobre o tema, além do medo de não saber como trazê-lo para a sala, o que ocasiona a escolha de não desenvolver o tema da sexualidade. O autor ainda complementa dizendo que a resistência é observada por outros educadores em seus próprios colegas que compõem o setor educacional e no fato de que a instituição não cria ou planeja discussões com as educadoras e educadores sobre o tema.

Fragmento (4)

Acho que é a ideia de um projeto ou de uma formação específica, né para todos os professores de todas as áreas para abordar melhor essa temática seria um instrumento interessante, já que nós temos a informação ao longo do ano lá em Taquarana, por exemplo, mas nas formações a gente acaba não abordando alguma dessas temáticas, por exemplo e como é um tema que acaba sendo um pouco mais sensível e nem todo mundo tem um preparo, né para abordar esse tema eu acredito que uma formação seja interessante fornecer texto também, né? Textos impressos, projetos. Acho que seria um instrumento além interessante. (Professora 6, entrevista concedida 24 de outubro de 2023, meus nossos)

Neste fragmento (4), a Professora 6 traz sua opinião e sugestão. Em seu ponto de vista, deveria ser realizado um projeto onde todas as educadoras e educadores se envolvessem, tendo em vista que diz: “Acho que é a ideia de um projeto ou de uma formação específica, né, para todos os professores de todas as áreas, para abordar melhor essa temática; seria um instrumento interessante.” Em consideração, Magalhães (2014) afirma que, na atualidade, professoras e professores necessitam de uma capacitação, primeiro para quebrar suas próprias barreiras. A capacitação serviria como um apoio para o uso de estratégias de ensino e materiais, possibilitando a continuidade do desenvolvimento do ensino da sexualidade. Segundo o autor, é um tema a ser desenvolvido desde as séries iniciais até o ensino médio, porém com adaptações.

Outrossim, Freire (1987) destaca que a prática de uma educação libertadora implica tornar alunas e alunos conscientes e críticos sobre sua realidade, assim como envolve trazer para discussão conteúdos considerados sensíveis para as professoras e professores.

Fragmento (5)

Então sobre um documento assim, eu não tenho tanta tanto não posso falar assim, não domina tanto essa questão, é? (Professora 2 entrevista concedida 29 de setembro de 2023, meus grifos)

Neste fragmento (5), a Professora 2 diz não saber de nenhum documento que faça alguma direção ou suporte, uma vez que afirma: “Então, sobre um documento assim, eu não tenho tanta... não posso falar assim.” Em concordância, temos o Professor 1, que diz: “Não, não tenho conhecimento.” A

Professora 2 repete: “Então, sobre um documento assim, eu não tenho tanta... não posso falar assim.” A Professora 4 complementa: “Uma documentação, não.” E a Professora 5 diz: “De cabeça, não.” O curioso é que as Diretrizes Nacionais (2013) chamam a atenção para a necessidade de implementar processos educacionais que promovam a cidadania, o conhecimento dos direitos fundamentais, o reconhecimento e a valorização das diversidades étnica e cultural, de identidade de gênero e de orientação sexual, religiosas, enquanto formas de combate ao preconceito e à discriminação.

Resultados de Necessidades e Desafios dos Docentes no Ensino da Sexualidade

Este tópico atribui-se a identificar as necessidades e desafios das professoras e professores no ensino da sexualidade no ensino fundamental. As necessidades e desafios mencionados pelos educadores são fundamentais para o desenvolvimento de conteúdo sobre sexualidade no ensino fundamental. Este tópico teve 36 evocações. As perguntas sobre necessidades e desafios são pertinentes às dificuldades, questões que surgem em sala de aula, principais demandas, barreiras e desafios que limitam educadoras e educadores.

Fragmento (6)

Nós temos multi perfis de professores sexistas nós temos perfis de professores homofóbicos é notório então existe um treinamento pra isso vai da indoli de cada um não existiu até hoje um treinamento para lidar com essa situação, mas dentro do nosso entendimento enquanto Coordenação a gente orienta que o professor seja mais neutro possível que seja

acolhedor independente de qualquer coisa ele recebe um aluno teve confiança chegar para ele dizer qualquer coisa sobre a Sexualidade sobre abuso sexual sobre qualquer coisa nosso, professor precisa ser neutro precisar ser o mais neutro possível ele vai ouvir o aluno fazer a escuta fazer o relato pra coordenação ai coordenação vai fazer um relato da equipe. (Professor 1 entrevista concedida em 26 de setembro de 2023, grifos nossos)

Diferente dos demais entrevistados, o Professor 1, no fragmento (6), enfatiza os preconceitos e discriminações das educadoras e educadores baseados no sexo e na orientação sexual, de modo que ele diz: “Nós temos múltiplos perfis de professores sexistas; nós temos perfis de professores homofóbicos.” Louro (2011) considera que professoras e professores necessitam fazer uma revisão nos processos históricos, políticos, econômicos e culturais que viabilizaram que apenas uma identidade fosse interpretada como a legítima, enquanto as demais são consideradas desviantes e diferentes. A forma como as instituições de ensino vem lidando com isso precisa ser reanalisada. Neste fragmento (6), o educador ainda faz uma cobrança quanto ao fato de não haver nenhum tipo de treinamento para que professoras e professores saibam conduzir o assunto, além de saber como se comportar e ter controle.

Fragmento (7)

Ainda existe muito racismo entre eles muito para eles, entendeu? O homem tem que ser aquele homem macho aquele homem que chega que Como diz ele é o crush é chegar

pegando a chegar em cima das meninas, entendeu? Quando eles verem assim eu não por comportamento que eles ficam a professora Fulano, parece que é florzinha. Não sei quem fica agarrando não sei o quê, entendeu? Assim são coisas, eles é eles por si, só ele já tem aquela barreira. (Professora 4 entrevista concedida em 09 de outubro de 2023, meus grifos)

Neste fragmento (7), a educadora manifesta que a barreira na implementação de práticas pedagógicas relacionadas à sexualidade são alunas e alunos, considerando que alguns classificam os homens como aqueles que devem ser os dominantes e as mulheres, as submissas. Ela comenta: “O homem tem que ser aquele homem macho, aquele homem que chega, como diz, ele é o ‘chuch’, é chegar pegando, chegando em cima das meninas, entendeu?” Santos (2023) afirma que o reforço desse tipo de ideologia se encontra nos livros didáticos, a exemplo dos livros de filosofia, com a ausência das filósofas, e no de ciências, com cientistas.

Tabu: Preconceitos e/ou Resistência ao Ensino da Sexualidade

Esta categoria foi emergente na pesquisa, onde as atribuições apresentadas neste tópico se sustentaram por 21 evocações, mencionando ser um tabu o assunto da sexualidade no ensino fundamental. Em consideração, o objetivo deste tópico é apresentar o que as professoras e professores apresentaram sobre o assunto tabu: preconceitos e/ou resistência ao ensino da sexualidade.

Fragmento (8)

Então eu acho que as barreiras mesmo são relacionadas ao Tabu, né eeh o tabu de lidar com esses temas,né?Eu não sei ainda se por exemplo questão de diversidade de gênero,né?Se a gente quisesse envolver toda a escola de repente fazer algum evento numa quadra num auditório,né no pátio se isso seria bem visto pela pela escola, né pela pelos outros profissionais,né?Porque realmente a gente não teve a oportunidade de fazer isso, mas eu acredito que nós mesmos ainda nos a gente aperta um pouquinho o pé no freio, né em relação a trazer certos temas né, para tanto para dentro da sala de aula, né que a gente já vem quebrando algumas Barreiras, mas quando isso ultrapassa para os corredores da escola, né?(Professor 2 entrevista concedida em 29 de setembro de 2023, grifos nossos).

O professor 2, no fragmento (8), acredita que as barreiras estão relacionadas ao tabu, pois pode-se concretizar em um planejamento escolar que o tema diversidade de gênero não seria aceito pela escola e por algumas educadoras e educadores. A criação de um projeto se inclui nesse contexto, considerando que o entrevistado diz: “Eu não sei ainda se, por exemplo, a questão de diversidade de gênero, né? Se a gente quisesse envolver toda a escola, de repente, fazer algum evento numa quadra, num auditório, né, no pátio, se isso seria bem-visto pela escola, né, pelos outros profissionais, né?” Para Silva (2023), na abordagem, diz que essa possibilidade de ser opcional uma abordagem sobre sexualidade tem como consequência o

aumento das violências, LGBTfobia, misoginia e machismo nas escolas, e pode-se dizer que também na sociedade.

Fragmento (9)

A religião o credo que a gente tem ele é a igreja é uma instituição a escola, ela é outra instituição e não me cabe enquanto Professor levar e pregar o meu Credo lá enfim, é de certo modo eu tenho eu tenho uma visão pessoal sobre o tema claro, eu concordo. Eu discordo e isso é uma questão pessoal minha mas eu não posso levar os meus tabus ou é a minha opinião pessoal do assunto para influenciar na vida de uma criança que tem eh a vida dela a parte da minha que tem a família dela que tem o credo dela que tem a cultura dela que é uma pessoa diferente de mim (Professora 5, entrevista concedida em 09 de outubro de 2023, grifos nossos).

A professora 5, no fragmento (9), expressa sua opinião quanto ao fato de cada um ter sua religião e credo. Porém, ela considera que as educadoras e educadores não devem propagar seu credo, uma vez que diz: “não me cabe, enquanto professora, levar e pregar o meu credo lá, enfim.” Castro (2017) menciona que as educadoras e educadores julgam os princípios religiosos e que suas práticas pedagógicas se baseiam nesses dogmas e crenças. A subsequência de sua fala reforça seu ponto de vista, onde ela diz discordar de determinadas opiniões; deste modo, entende-se que há uma desaprovação em relação a diversas sexualidades. No entanto, a professora enfatiza que essa é uma opinião pessoal sua e que isso não deve influenciar o ensino, tendo em vista que sua fala é: “Eu discordo, e isso é uma questão pessoal minha, mas eu não posso levar os meus tabus ou a minha opinião pessoal sobre o assunto para influenciar na vida de uma criança, que tem a vida dela, a parte da minha, que

tem a família dela, que tem o credo dela, que tem a cultura dela, que é uma pessoa diferente de mim.” Castro (2017), na abordagem, diz que as religiões, nessas condições, contribuem para a conservação da ausência e a efetiva exclusão das pessoas, com o objetivo de tentar manter o “normalismo.” Além disso, o autor afirma que as professoras e os professores relatam que algumas religiões não aprovam relações que não sejam entre homem e mulher.

Conclusões

Perante todos os objetivos analisados e observados, concluímos que existe uma displicência do assunto em todos os sentidos da área educacional, considerando a falta de preparação nas formações, as práticas pedagógicas influenciadas pela preferência da educadora ou do educador, o descaso com a importância do tema nas instituições de ensino e, principalmente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não atribuir o tema ao ensino fundamental, no sentido de ser desenvolvido desde as séries iniciais até os anos finais.

As práticas pedagógicas se rodeiam de padrões de gênero e sexualidade, onde as educadoras e educadores se aproveitam do fato da direção das escolas não oferecer amparo para o avanço e progresso do assunto sexualidade no ensino fundamental. Como consequência, retorna-se a um ciclo sem fim, onde as crianças crescem ouvindo e percebendo, por meio da família e da escola, que os homens são os que têm o poder, que as mulheres são submissas, que pessoas de raça e religiões de matriz africana são consideradas perigosas, e que pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, *queer*, intersexuais, assexuais, pansexuais, dentre outros, são consideradas desviantes e culpadas pelas doenças sexualmente

transmissíveis. É um ciclo que se inicia no seio familiar, se reforça na opressão das escolas ou na ocultação desses assuntos nos currículos escolares, de forma concreta e não superficial.

Esta pesquisa teve como limite um estudo de caso único, ou seja, somente uma escola foi destinada à realização desta pesquisa. Assim, as análises se limitaram às observações e falas das professoras e professores que compõem o corpo docente desta instituição de ensino onde ocorreu a pesquisa.

Diante desta pesquisa, salientamos que outros estudos podem surgir, como pesquisas de estudos de caso realizadas em outros municípios, não somente do estado de Alagoas, mas em outros estados, podendo ser úteis para um comparativo de como as práticas pedagógicas sobre sexualidade no ensino fundamental estão sendo desenvolvidas em diferentes cidades e/ou municípios do Brasil, além de pesquisas sobre casos de discriminação em relação à sexualidade que já se manifestam dentro das instituições de ensino, índices de casos de violência sexual evidenciados pelas escolas e a opressão da liberdade de expressão de gênero dentro das escolas, por meio de professoras e professores, dentre outros campos de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, E. M. **Metodologia da investigação quantitativa e qualitativa**: normas técnicas de apresentação de trabalhos científicos. 2ª ed, 2ª reimpr. [versão em português: Cesar Amarilhas]. Assunção, Paraguai: A4 Diseños, 2014

BARDIN, Laurence. . **Análise de conteúdo**. Lisboa edições, 70, 1977.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versao_final_site.pdf. Acesso em: 18 de maio 2024.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa [recurso eletrônico]: escolhendo entre cinco abordagens**, tradução: Sandra Mallmann da Rosa; revisão técnica: Dirceu da Silva. – 3. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Penso, 2014.

DE CASTRO, Roney Polato. **Gênero, sexualidade, religiosidade e escola: problematizando relações**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

DA SILVA NETO, Ulisses Izisdot. **Sexualidade e gênero em escolas públicas de educação básica em Alagoas**. Conedu, 2022.

FRANÇA, Fabiane Freire; CALSA, Geiva Carolina. **Gênero e sexualidade na formação docente: desafios e possibilidades**. Revista Sociais e Humanas, v. 24, n. 2, p. 111-120, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GAGLIOTTO, Giseli Monteiro; LEMBECK, Tatiane. **Sexualidade e adolescência: a educação sexual numa perspectiva emancipatória**. Educere et Educare, 1981.

GIROUX, Henry. **Escola e luta pela democracia**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

hooks, bell. **O feminismo é paraa todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução de Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2024.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: vozes, 1997. Ed. 6.

LOURO, Guacira Lopes. **Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade**. Formação docente–revista brasileira de pesquisa sobre formação de professores, v. 3, n. 4, p. 62-70, 2011.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre, (Organizadoras). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Edição 8, Petrópolis- RJ, Vozes, 2012.

MAGALHÃES, Selma Reis. Sexualidades e gênero: Paradigmas e limites educacionais para a escola. **Encontro de pesquisa educacional do norte e nordeste**. 2013

SILVA, Daniel Vieira. Caminhos possíveis para produção de práticas pedagógicas no enfrentamento das violências de gênero e sexualidade. **Periferia**, v. 11, n. 2, p. 424-441, 2019.

SILVA, Aline de Sousa et al. Dificuldades e desafios para a educação sexual em uma escola técnica do Tocantins. **Revista Sítio Novo**, v. 7, n. 1, p. 18-31, 2023.

DE OLIVEIRA SILVA, Vinícius; MARTELLI, Andréa Cristina; SANDRI, Simone. As temáticas de gênero e sexualidade na bnc-formação. **Diversidade e Educação**, v. 11, n. 1, p. 911-938, 2023.

Capítulo 6

A INFLUÊNCIA DO SOFT POWER SUL-COREANO NO AGRESTE ALAGOANO: ANÁLISE DA EXPRESSÃO DE GÊNERO E DA AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE

Maria Edney Ferreira da Silva¹⁵

José França de Lima Neto¹⁶

Introdução

De que forma um gênero musical que surge na Coreia do Sul em meados dos anos 1990 se tornou uma das expressões culturais mais influente da última década, capaz de impactar jovens no Agreste alagoano e promover a desconstrução de padrões de gênero? O presente artigo visa explorar como o ‘Soft Power’ sul-coreano tem promovido locais de acolhimento e inclusão de um jovem no Agreste Alagoano tendo como base os relatos de um adolescente gay que teve seu afloramento de sexualidade e desconstrução a partir dos encontros promovidos pelo movimento Korearap.

Na era da globalização, período em que as comunicações e o intercâmbio cultural se fazem cada vez mais rápida. As táticas de dominação pelas potências mundiais adotaram um tom de sutileza, é nesse contexto que se dá o surgimento do termo ‘Soft Power’ cunhado pelo cientista político norte americano Joseph

¹⁵ ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3843-8190>; Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), Profa. Titular do curso de licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Alagoas- Líder do Laboratório de Metodologia do Ensino em Geografia- LAMEG E-mail: maria.edney@uneal.edu.br

¹⁶ ORCID: <https://orcid.org/my-orcid?orcid=0000-0001-9947-1440>; Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), Graduando do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Alagoas. Membro do Grupo GEPGEC E-mail: jose.neto6@alunos.uneal.edu.br

Nye em seu livro de 2004 *Soft Power: The Means to Success in World Politics*.

Segundo Nye o 'Soft Power' podia ser definido como "the ability to get what you want through attraction rather than coercion or payments. It arises from the attractiveness of a country's culture, political ideals, and policies" (Nye, 2004, p. X). Que pode ser entendido como a capacidade de dominar de forma indireta através da cultura, e nesse caso a Coreia do Sul soube usar muito bem sua máquina de conquistar jovens, através do Kpop. O gênero musical que para algumas pessoas funciona como uma porta de entrada na cultura coreana e se mostra uma ferramenta eficaz ao exportar valores, estilos e comportamentos do país asiático.

A "Korean Wave" (Hallyu em Coreano) termo em inglês que pode ser traduzido como onda coreana vai ser empregado para descrever a expansão cultural sul coreana pelo mundo através da música, novelas, filmes, series, turismo, idioma, jogos e produtos de beleza, tendo seu avanço inicial no Leste da Ásia, logo após crescendo para o Sudeste Asiático e se expandindo mundo a fora. (The Korean Wave, 2011: p. 11)

À medida que o K-pop avançava e conquistava popularidade pelo mundo de maneira orgânica, o governo sul coreano focava seus esforços em investimentos na cultura e em políticas diplomáticas, buscando sistematizar a exportação desse estilo musical. Essa estratégia articulada representou um marco fundamental, para a exportação mundial do kpop, com o ritmo sendo exportado até atingir o patamar de sucesso global. (Jang, 2012: p. 196). Ao reconhecer o potencial econômico e simbólico do gênero, o Estado passou a adotar o K-pop como uma ferramenta de soft power, promovendo uma imagem

positiva da Coreia do Sul no exterior e fortalecendo sua influência cultural em escala transnacional.

O processo de "Invasão Coreana", inicialmente concentrado no mercado asiático, tornou-se uma vitrine global de ruptura dos padrões tradicionais de gênero desafiando as estruturas sociais profundamente marcadas por valores hetero cis normativas. Ao apresentar uma estética que transcende o binarismo de gênero com os homens maquiados, figurinos andróginos e coreografias sensuais o K-pop, perpassa o conceito de estilo musical e adquire a forma de movimento cultural, rompendo assim com padrões generificados e binários ao apresentar uma abordagem fluida, estética e performática subversiva.

Quando Judith Butler em *Problemas de Gênero* (2003), afirma que “gênero não é uma identidade estável ou uma localização fixa; é um efeito instituído pela performance estilizada do corpo” (p. 187). O K-pop entra nesse lugar de não apenas reproduzir imagens midiáticas, mas sim de apresentar corpos em performances desconstruídas para além da visão binarizada desconstruindo essa ideia de gênero pré-definida socialmente, reforçando a noção de que o gênero é uma prática socialmente construída.

Os Idols, termo que se refere aos artistas de K-pop muitas vezes seguem uma estética andrógina, usando maquiagem, cabelos longos e roupas ousadas que desafiam os padrões impostos pela sociedade, com uma abordagem que foge dos padrões de masculinidade e feminilidade. Este movimento promove o fortalecimento de valores como a autoexpressão e a aceitação passaram a gerar debate e reflexão na sociedade, criando formas de compreensão do gênero e da sexualidade.

O K-pop, enquanto fenômeno cultural global, promove um modelo de relacionamentos positivos baseado na compaixão e na aceitação, criando uma base de fãs mundial empenhados na promoção de valores sociais como a compaixão, a aceitação e a celebração da diversidade. A canção *Feel My Rhythm* (Red Velvet, 2022), mostra um pouco dessa incrível faceta que do K-pop voltada a essa promoção da liberdade emocional e da autoexpressão. A canção encoraja o ouvinte a se libertar das amarras da sociedade, experimentando o presente de maneira autêntica. Ao propor uma vivência sensível e individualizada das emoções, "*Feel My Rhythm*" celebra a diversidade das experiências humanas e reafirma o papel da arte como uma poderosa ferramenta cultural na promoção da inclusão social.

A ascensão do K-pop no cenário global tem provocado impactos culturais significativos em diversas regiões do mundo, inclusive em regiões conservadoras como o Agreste Alagoano. Nesse cenário é possível que a influência do K-pop transcende um simples gosto musical, se configurando como um fenômeno de mobilização social e identitária entre os jovens. Movimentos locais, como o "Korearap", têm desempenhado um papel essencial ao promover encontros que vão além da celebração da cultura pop sul-coreana, essas iniciativas criam espaços de convivência.

Para vários jovens da região, especialmente aqueles que não se sentem plenamente representados pelos valores hegemônicos locais, o K-pop se apresenta como uma porta para a diversidade de estilos de vida, estéticas e afetividades. Assim, encontros que são promovidos por movimentos como o "Korearap" irão servir não apenas para difundir elementos culturais estrangeiros, mas também de ressignificar o espaço social do Agreste, dando espaço a novas identidades juvenis

para além da heterocisnormatividade, identidades essas pautadas na aceitação e na liberdade de expressão.

Todo esse panorama geral é importante para compreendermos a importância do Kpop no cenário contemporâneo e a transformação de um estilo musical, que até o início do século XXI era praticamente desconhecido fora da Coreia do Sul, em um fenômeno que se expande globalmente a cada dia. A popularidade crescente do K-pop não é apenas uma questão musical, mas um exemplo de como a cultura pop pode atravessar fronteiras e estabelecer uma nova forma de poder cultural através de estratégias políticas.

De como a ascensão internacional do K-pop está intrinsecamente ligada à estratégia de Soft Power adotada pela Coreia do Sul utilizando de suas produções culturais, em conjunto a um esforço contínuo exportação desses conteúdos, para atrair atenção para o país e assim fomentar áreas para além da música, como a moda, o turismo e até o interesse pelos produtos e tecnologias sul-coreanas. O consumo do K-pop tem, assim, um caráter simbólico, sendo muito mais do que um simples entretenimento; é um agente de transformação cultural e geopolítica, que redefine a maneira como a Coreia do Sul se relaciona com o resto do mundo.

A capacidade do K-pop de se adaptar a diferentes contextos culturais e de atrair e fidelizar uma comunidade de fãs altamente engajadas consolidou o gênero como um fenômeno cultural único, capaz de transcender barreiras linguísticas, geográficas e sociais. Compreender toda a trajetória que o Kpop passou é fundamental para analisar como ele se tornou uma força cultural transformadora, rompendo padrões tradicionais e oferecendo representatividade para

grupos historicamente marginalizados, enquanto redefine os limites e o impacto da música no cenário global.

O presente relato de um adolescente gay, morador do agreste alagoano mostrara um pouco das dinâmicas vividas no grupo e como que encontrou nesses encontros um ambiente seguro para o afloramento de sua sexualidade e a desconstrução de padrões opressores, exemplifica como o K-pop pode atuar como catalisador de mudanças sociais e culturais. Por meio de sua estética inclusiva e de performances que desafiam normas de gênero e sexualidade, o gênero oferece ferramentas simbólicas para que indivíduos e grupos questionem valores tradicionais e explorem novas formas de expressão e identidade para além da heterocisnormatividade, mostrando como o soft Power sul-coreano se adapta a contextos locais, promovendo mudanças em lugares onde questões como gênero e sexualidade ainda são tratadas como tabu.

A chegada do Kpop ao Brasil e a criação do primeiro movimento de Kpop do agreste alagoano

A consolidação do K-pop no Brasil vai ocorrer principalmente no final da década de 2000 e início da década de 2010, período que coincide com a expansão da indústria cultural sul-coreana para o Ocidente. Podemos listar o Wonder Girls na abertura dos shows dos Jonas Brothers em 2009, conforme destacado no documentário *K-Pop Evolution* (2021) que representou uma porta de entrada para o K-pop, apresentando o gênero a um público jovem global principalmente no mercado ocidental. Embora com um sucesso inicial limitado, em grande parte devido ao fato de as integrantes do grupo não serem reconhecidas no Ocidente, essa trajetória inicial desempenhou um papel crucial ao pavimentar

o caminho para o crescimento exponencial do K-pop nas décadas seguintes facilitando a expansão de sua popularidade e consolidando a base para o domínio do mercado musical em nível mundial.

No início da década de 2010, o K-pop consolida sua presença no cenário global com um marco histórico: lançamento de *Gangnam Style* (Psy, 2012). A música que por sua batida contagiante e coreografia cômica rapidamente se tornou um fenômeno mundial na internet, sendo a primeira vez na história da plataforma de vídeos longos YouTube a alcançar 1 bilhão de visualizações, que estabeleceu novos padrões para o alcance da música num geral (Guinness World Records, 2012). Impulsionado pelas redes sociais e plataformas de compartilhamento de vídeos o sucesso de Psy se tornou o primeiro fenômeno global do Kpop (Kim, 2013) marcando assim os novos avanços gênero rumo ao ocidente chamando a atenção de grandes gravadoras, veículos de mídia e audiências fora da Ásia ampliando de maneira definitiva o alcance do Soft Power sul-coreano. A canção também é um claro exemplo da eficácia do Soft Power sul-coreano, promovendo não apenas a música, mas também a cultura do país para um público global. Através da dela o bairro *na Coreia do Sul de Gangnam* ganhou notoriedade se tornando um ponto turístico para todo visitante no país.

Esse sucesso sem precedentes pavimentou o caminho para a ascensão de novos grupos como BTS e Blackpink, que, nos anos seguintes, ampliaram ainda mais a penetração do K-pop nos mercados ocidentais e consolidando assim a Coreia do Sul como um polo de referência global em termos de produção cultural e artística.

Falando do cenário nacional, ao analisarmos os dados disponíveis no Google Trends entre 1º de janeiro de 2009 e 1º de janeiro de 2025, observa-se uma evolução significativa nas buscas pelo termo “K-pop” ao longo dos anos. Inicialmente, percebe-se um crescimento gradual até aproximadamente 2012, quando ocorrem picos acentuados de interesse, seguidos de uma tendência geral de alta sustentada. O primeiro aumento expressivo ocorre em 2012, associado ao que Choi e Maliangkay (2014) denominaram de “Psy syndrome” — a primeira grande difusão global do K-pop, impulsionada pelas redes sociais após o sucesso viral de “Gangnam Style”, de Psy. Esse fenômeno refletiu diretamente no aumento das pesquisas relacionadas ao tema no Brasil.

Entre os anos de 2015 e 2018, temos novamente um crescimento substancial nas pesquisas do termo Kpop alavancado principalmente pelo sucesso de grupos como BLACKPINK, BTS e EXO. Esse acontecimento pode também ser observado através da principal parada musical da Coreia do Sul o Circle Chart (antigo Gaon Chart). Segundo Herman (2018), *Love Yourself: Answer*, do BTS, tornou-se o álbum mais vendido na história do Gaon Chart, com mais de 2,03 milhões de cópias vendidas desde o início do chart em 2010.

É nesse contexto que teremos a criação do Korearap, primeiro Movimento no Agreste Alagoano, que surge da vontade de alguns colegas para servir como um elo de conexões de jovens que partilham os mesmos do gosto pelo musical sul coreano e pela cultura Coreana num geral, desde a sua criação em 2016 na Cidade de Arapiraca. Os primeiros encontros aconteciam de forma informal organizados por meio das redes sociais, geravam em média encontros de 10 a 20 pessoas que se reuniam em espaços públicos como o Bosque das Arapiracas

onde jovens se reuniam para se expressar, assim como Youna Kim coloca em *The Korean Wave: Korean Media Go Global*:

With the mingling of plump and toned bodies, masculine and androgynous forms, males and females from different ethnic groups, the teenage amateur dancers of the era of the social media have turned an otherwise commercial venue into a more autonomous and cosmopolitan site of public participation. (KIM, 2013, p. 172)

Os primeiros encontros desses coletivos estavam mais voltados para a socialização dos participantes, organizados através de piqueniques e rodas de conversa, inicialmente coordenados por meio do aplicativo de mensagens instantâneas WhatsApp. Através dessa plataforma, formou-se uma rede de comunicação onde os jovens poderiam trocar ideias e, posteriormente, se reunir para compartilhar experiências relacionadas ao K-pop, dançar suas músicas favoritas e expressar suas identidades de maneira livre, rompendo com os padrões hegemônicos característicos do Agreste.

Assim como Santos (2024), exemplifica em sua tese o Agreste alagoano ainda é um espaço marcado por práticas discriminatórias e pela ausência de locais de acolhimento para jovens LGBTQIAPN+. Nesse cenário os encontros organizados pelo Korearap acabam por funcionar como um local de livre expressão seguro, onde os membros se afastem dos padrões de heterocisnormatividade locais e encontrem pertencimento, reforçando a importância desses espaços alternativos para resistir às violências simbólicas e sociais.

A crescente popularidade do K-pop ao longo dos anos ocasionou em um crescimento de membros no grupo fazendo

com que mais interessados viessem a participar, por isso decidiu-se expandir as atividades da Korearap. Toda essa mobilização só foi possível por conta da dedicação e empenho dos membros, chamados de 'Staffs', que tinham a função de gerir o movimento e mantinham a organização dos encontros, além da divulgação.

Isso foi possível através de incentivos institucionais a exemplo do da Secretaria de Cultura em Arapiraca que ajudava na liberação dos espaços públicos, e mais recentemente, por meio do financiamento obtido através da Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar nº 195/2022). Esse apoio ajudou financeiramente a organização do movimento diminuindo a dependência de recursos municipais. Segundo publicação realizada pelo próprio Korearap no Facebook (Korearap, 2024), a conquista dos equipamentos fortaleceu o movimento, permitindo que os eventos fossem realizados em espaços mais adequados para receber um público crescente.

O Korearap, ao longo dos anos, se tornou-se um ambiente de identificação para a juventude do Agreste Alagoano não só através da música, mas pela promoção de locais de expressão, onde os jovens de diferentes idades se encontravam para compartilhar suas vivências, explorar sua dança e firmar laços. Como divulgado na publicação do Korearap no Instagram (2021), o movimento transcendeu seu objetivo inicial de reunir fãs, tornando-se um catalisador de transformações sociais e culturais na região.

Segundo Milton Santos, “cada localização é (...) um momento do imenso movimento do mundo, contido em um ponto geográfico, um lugar. E é por causa desse movimento social que cada lugar muda sem cessar de significação.” (Santos, 1989, p.6). Essa ideia é importante para entender como o

Korearap, movimento de K-pop surgido no Agreste Alagoano, ressignifica os locais públicos e privados na cidade de Arapiraca como o Bosque das Arapiracas, a Praça do Artesanato e até mesmo o Partage Arapiraca Shopping. Esses locais, inicialmente para os transeuntes fora da bolha são apenas pontos geográficos de trânsito se pessoas, lazer..., mas que foram transformados em lugares de pertencimento e acolhimento por meio das interações culturais promovidas pelo grupo.

O compartilhamento da paixão pelo pop sul-coreano criou uma dinâmica na cidade de Arapiraca, fazendo uso de locais e atribuiu a eles uma maior importância criando dinâmicas sociais, ressignificando esses espaços físicos. Com isso trazendo uma nova roupagem para esses ambientes e pela rotatividade nos locais onde os encontros aconteciam os pontos de encontro se tornarem lugares simbólicos, representando inclusão, diversidade e expressão cultural. Essa dinâmica de transformação social e urbana vão além da simples reunião de fãs de K-pop quando se torna uma forma de resistência às normas culturais hegemônicas, criando espaços de pertencimento.

O K-pop e a Construção de Novas Narrativas de Gênero, Diversidade e Subversividade

Para Nye (2004) o 'Soft Power' tem a capacidade de influenciar e atrair por meio de valores culturais e ideologias, em vez de força ou coerção. O K-pop consolidou-se como uma das mais poderosas expressões de 'Soft Power' do século XXI, o gênero musical consegue atingir dos mais diversos públicos ao redor do mundo e das mais diversas idades, com especial ênfase nos jovens. Essa faixa etária, caracterizada por estar em um

momento de novas descobertas e formação identitária, é a principal catalisadora do sucesso global desse gênero musical. O K-pop não é apenas entretenimento, mas também uma ferramenta de influência cultural.

No K-pop, especialmente entre os artistas masculinos, pode-se observar um frequente desafio às normas sociais tradicionais e hegemônicas, por meio de estéticas andróginas e performances que transitam de maneira fluida entre masculinidades e feminilidades, enfatizam empatia e aceitação. Nesse cenário, a masculinidade hegemônica — entendida por Connell e Messerschmidt (2005) como modelo masculino culturalmente dominante de uma sociedade ou grupo que por consequência, marginaliza outras formas de masculinidade e identidades consolidando relações de poder desiguais dentro da sociedade — é flexibilizada pelas performances desses artistas, oferecendo aos jovens, principalmente aos que se sentem deslocados dos padrões hegemônicos da sociedade, novas possibilidades de identificação e pertencimento, para além da binaridade de gênero.

Dessa maneira, o K-pop não apenas exerce seu papel de entretenimento, mas ganha uma camada mais densa atuando como um agente de promoção cultural, ressignificando os papéis de gênero e fortalecimento de discursos mais inclusivos e plurais na sociedade contemporânea. Temos por exemplo o caso de Jo Kwon, cantor e artista sul-coreano, consolidou-se como um dos maiores símbolos de liberdade e expressão de gênero no cenário do K-pop. Em uma entrevista, Kwon afirmou: "Ser sem gênero é minha arma. No passado, eu tinha medo de ter uma imagem neutra. Se as pessoas dissessem que eu parecia uma garota, eu fingia que isso não era verdade. Mas agora, estou bem com isso. " (KOREABOO, 2020). A postura

performática e estética andrógina do artista oferece aos jovens, novas possibilidades de identificação e pertencimento além da binaridade de gênero.

Youna (2013) observa que “uma subversão mais lúdica e deliberada dos papéis de gênero prescritos nos grupos de K-pop também é cada vez mais testemunhada, com homens realizando covers de coreografias de grupos femininos e vice-versa” (KIM, 2013, p. 172). Essa prática se tornou bastante comum no meio do Kpop um de seus representantes mais emblemáticos o cantor Jo Kwon, líder do grupo 2AM, que foi um importante símbolo desse movimento com suas performances disruptivas para a época em que o grupo estava em dando os primeiros passos de carreira por quebra de expectativas tradicionais de gênero por meio de performances consideradas disruptivas para a época.

Um exemplo notável dessa subversão de normas de gênero no K-pop foi a performance de *Animal* (2012), Jo Kwon desafiou expectativas de gênero ao usar saltos altos e explorar uma estética andrógina. Postura que desafiava os rígidos padrões de masculinidade da sociedade sul-coreana para a época, ao mesmo tempo em que demonstrava como o K-pop pode ser um espaço de expressão artística e liberdade de gênero, oferecendo novas possibilidades de identificação e pertencimento para públicos diversos (JO KWON, 2012).

Artistas como Kwon desafiavam a binaridade de gênero em uma sociedade marcada por um machismo estrutural que, embora apresentasse características distintas dos estereótipos ocidentais, ainda reforçava padrões rígidos associados ao masculino e ao feminino. Por meio de suas performances e estética andrógina, ele abriu caminhos para que jovens em diferentes partes do mundo questionassem normas

tradicionais, subvertessem costumes e explorassem suas próprias identidades de gênero.

Sua influência vai além do palco, pois artistas como ele demonstram que a arte pode ser uma ferramenta poderosa de transformação cultural. No K-pop, esses indivíduos personificam a prática de subversão dos papéis de gênero, promovendo não apenas o entretenimento, mas também diálogos essenciais sobre aceitação e liberdade de expressão. Jo Kwon, em particular, simboliza como o K-pop pode transcender as barreiras da música e atuar como um catalisador para mudanças sociais e culturais significativas.

Toda a estética andrógina e a fluidez de gênero que conseguimos observar no K-pop têm influenciado positivamente a visibilidade e aceitação das pessoas para com a comunidade LGBTQIAPN+, especialmente entre os jovens fãs desses artistas que embora muitos não se identifiquem publicamente como parte dessa comunidade devido a normas culturais e pressões sociais na Coreia do Sul, suas performances e expressões de gênero desafiadoras abrem espaço para diálogos sobre diversidade na Coreia e ao redor do mundo.

Artistas como Jo Kwon, Taemin (SHINee) e Sunmi são frequentemente elogiados pela inclusão implícita de temas de liberdade de gênero, tanto pela performatividade de gênero mais fluidas quando pelo apoio público a comunidade LGBTQIAPN+ o que ressoa com os valores de aceitação promovidos pela comunidade. Esses artistas acabam não apenas por capturar a atenção do público, mas também se tornam figuras importantes na promoção de um espaço mais inclusivo dentro do K-pop e além dele.

As conexões simbólicas entre a fluidez de gênero e a representatividade LGBTQIAPN+ no K-pop são profundas e

influentes, pois permitem que os fãs se sintam mais livres para explorar e expressar suas identidades de maneira aberta, desafiando normas estabelecidas, especialmente em contextos sociais conservadores. Essa dinâmica não apenas promove uma maior aceitação dentro da comunidade LGBTQIAPN+, mas também cria um ambiente de acolhimento e pertencimento, essencial para muitos jovens.

Além disso, a subversão de gênero no K-pop se tornou uma ferramenta poderosa de empoderamento, oferecendo visibilidade a questões muitas vezes marginalizadas, como as experiências da comunidade LGBTQIAPN+, que enfrenta o apagamento sistemático de suas vozes e existências. Esse movimento transcende o entretenimento, atuando como uma força cultural capaz de moldar a percepção global sobre identidade, sexualidade e aceitação. Assim, o K-pop não só desafia normas sociais rígidas, mas também contribui para uma mudança cultural mais ampla, promovendo discussões e reflexões sobre a diversidade e a liberdade de expressão.

Judith Butler explica o gênero como sendo uma "identidade construída e sustentada ao longo do tempo por meio da repetição estilizada de atos" (Judith Butler - Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade, p. 184). Essa visão destaca que o conceito de gênero é socialmente construído e, portanto, sujeito a mudanças conforme o período que está sendo estudado visto que as práticas culturais evoluem e se alteram diariamente.

No K-pop, os idols desempenham um papel significativo ao questionar e alterar os conceitos tradicionais de masculino e feminino, especialmente no Ocidente. Por meio de estéticas andróginas, performances fluidas e narrativas que desafiam os padrões binários de gênero, os artistas de K-pop oferecem

novas formas de expressão que rompem com normas socialmente enraizadas.

Toda a influência do K-pop tem moldado a percepção de gênero em diversas partes do globo, promovendo uma maior aceitação e diversidade nos espaços culturais. Podemos ver essas transformações de forma evidente até mesmo em contextos locais, como na cidade de Arapiraca, onde o movimento Korearap adaptou os valores e a estética do K-pop para criar espaços de pertencimento e inclusão.

Videoclipes como Ferramentas de Subversão de Gênero

O audiovisual no K-pop é um ponto marcante para o gênero musical, pois toda a estética dos grupos é cuidadosamente moldada para atender às necessidades das chamadas “eras”. Essas “eras” correspondem a períodos específicos em que os grupos lançam e promovem suas músicas, abrangendo o ciclo de lançamento até o término das promoções dessa faixa. Durante uma “era”, o visual, a sonoridade e a performance do grupo são ajustadas para criar uma identidade coesa que se conecta com a música lançada. Isso inclui mudanças no estilo de roupas, maquiagem, coreografias e até mesmo no conceito geral do grupo, com cada “era” sendo uma representação da identidade artística do grupo naquele momento.

Nos videoclipes, chamados de “MVs” (Music Videos), é possível observar de forma clara a subversão de normas de gênero, por meio de performances que misturam papéis e expectativas sociais atribuídas ao masculino e ao feminino. A estética andrógina, o uso de roupas ambíguas, cabelos estilizados e maquiagem pesada questionam a rigidez das categorias de gênero, ampliando os espaços de expressão para

além da binaridade tradicionalmente aceita. Essa fluidez de identidade, característica do K-pop, não apenas ressignifica os padrões de gênero, mas também abre espaço para uma vasta gama de configurações identitárias que resistem às normas heteronormativas.

Videoclipes icônicos, como *Fantastic Baby* (BigBang) e *I Am the Best* (2NE1), ilustram bem essa dinâmica. Em *Fantastic Baby*, G-Dragon, líder e a principal mente criativa do grupo BigBang, aparece com visuais que misturam trajes tradicionais e contemporâneos, longos cabelos coloridos, uma maquiagem vibrante e adereços considerados femininos por padrões conservadores.

Judith Butler, em *Problemas de Gênero*, destaca que “a perda das normas do gênero teria o efeito de fazer proliferar as configurações de gênero, desestabilizar as identidades substantivas e despojar as narrativas naturalizantes da heterossexualidade ” (Butler, 2018, p. 195,196). Podemos claramente ver refletida em performances de artistas como G-Dragon, que transcendem as categorias tradicionais de gênero. Ao adotar uma estética para além da binária e rejeitar as conformidades, G-Dragon contribui para a “proliferação” mencionada por Butler, evidenciando que o gênero é uma construção fluida, moldada pela repetição estilizada dos atos.

Essa abordagem audiovisual ressoa de maneira significativa com os fãs em diferentes partes do mundo, assim como nas comunidades no Brasil, como em Arapiraca. Os jovens que participam do movimento Korearap reinterpretam essas performances em seus próprios atos, usando as coreografias e estéticas do K-pop como ferramentas para resistir às normas de gênero tradicionais locais.

Nesse contexto, os MVs não são apenas produtos culturais de entretenimento, mas acabam também por funcionar como importantes catalisadores de inspiração para os jovens. Ao oferecer representações diversas e questionar normas tradicionais, esses vídeos auxiliam na autoafirmação identitária, especialmente em comunidades onde a expressão individual ainda enfrenta barreiras sociais e culturais.

A performatividade de gênero no K-pop, por vezes desafia as normas binárias transformando os idols em símbolos de resistência cultural. G-Dragon, por exemplo, não apenas desafia as normas visuais, mas também utiliza sua música e moda como plataformas para explorar temáticas que transcendem as expectativas tradicionais de masculinidade. Em entrevistas e apresentações públicas, ele frequentemente enfatiza a importância da liberdade individual, reforçando a ideia de que a identidade não precisa ser confinada às categorias de gênero impostas pela sociedade.

São inspirados em artistas como G-Dragon, Jo Kwon, Taemin (SHINee), Sunmi e Moonbyul (Mamamoo e tantos outros que os jovens se inspiram diariamente ao consumir seus produtos audiovisuais, encontrando assim a oportunidade de se expressarem de formas que antes eram inaceitáveis ou invisibilizadas. Isso cria uma rede global de identificação, onde os fãs não apenas consomem, mas também reconstróem essas narrativas, adaptando-as às suas próprias realidades culturais.

Ao analisarmos a relação entre o audiovisual no K-pop e os conceitos de Judith Butler, percebemos que as performances desses artistas não apenas desafiam normas de gênero, mas também questionam e desconstróem as estruturas de poder que sustentam a heteronormatividade compulsória. Essas estruturas, impostas pela sociedade de maneira cotidiana,

frequentemente excluem e marginalizam aqueles que fogem às normas tradicionais de identidade e expressão de gênero.

Nesse contexto, o trabalho visual e performático do K-pop assume um papel de resistência cultural. Ao subverter padrões estéticos e narrativos convencionais socialmente aceitos quando abordamos um contexto brasileiro e ocidental, esse gênero musical oferece novas possibilidades de expressão que fogem da norma, permitindo que múltiplas identidades se manifestem e promovendo a reconfiguração de narrativas tradicionais de gênero.

Mesmo inserido em uma indústria altamente comercial e globalizada, o K-pop revela-se como um espaço onde as fronteiras entre masculino e feminino são por vezes tênue que rompendo em diversos casos com a binaridade de gênero, o que por consequência contribui para os diálogos sobre diversidade e inclusão.

Conclusões

O K-pop, como uma expressão do Soft Power sul-coreano, exemplifica a capacidade de um gênero musical originado no Leste Asiático, influenciado pelo pop ocidental, de transcender barreiras culturais, linguísticas e geográficas, alcançando comunidades globais. Sua difusão não apenas popularizou a cultura sul-coreana, mas também posicionou o país como um modelo de sucesso na aplicação do Soft Power. Através da música, moda e valores culturais, a Coreia do Sul demonstra como a influência cultural pode ser usada para fortalecer sua presença e prestígio no cenário internacional, de forma a ser o melhor exemplo no século XXI de como aplicar o conceito.

A Coreia conseguiu o que poucos países conseguem, que é inserir a sua cultura por todo o mundo. Conseguiu influenciar

o cotidiano de jovens no Agreste Alagoano, possibilitando a criação de um senso de comunidade que se externaliza através do movimento Korearap, onde foi criado um local de acolhimento e de livre expressão de gênero, desafiando normas sociais profundamente enraizadas. Este fenômeno mostra como a música e a cultura pop podem catalisar mudanças em comunidades periféricas, promovendo a desconstrução de padrões e a afirmação de identidades diversas.

Conforme Ana Fani afirma, “É através de seu corpo, de seus sentidos que o homem constrói e usa os lugares [...] criando laços profundos de identidade entre habitante - habitante, e habitante - lugar.” (Ana Fani, *O Espaço Urbano*, p. 44). Nesse sentido, o Korearap ressignificou espaços públicos, transformando-os em lugares de pertencimento, onde jovens encontraram a possibilidade de afirmar suas identidades e explorar novas formas de expressão.

O movimento Korearap transcende o conceito de espaço físico ao criar um ambiente simbólico onde jovens no Agreste Alagoano podem expressar suas identidades livremente e desafiar normas sociais enraizadas. Esses encontros ressignificam locais públicos, transformando-os em espaços de pertencimento e acolhimento. O Korearap não apenas promove a expressão artística, mas também redefine as interações sociais, reforçando a ideia de que o espaço não é apenas geográfico, mas também um reflexo das dinâmicas culturais e sociais que nele ocorrem, consolidando-o como um verdadeiro espaço de resistência e inclusão.

O K-pop incorporar elementos audiovisuais que subvertem as normas tradicionais de gênero, desempenhando um papel significativo na construção de novas formas de expressão e identidade. A influenciados de artistas como G-Dragon, para os

jovens serve de inspiração criando uma rede global autoafirmação. Esse movimento cultural não apenas ultrapassa as fronteiras da indústria global, mas também proporciona um espaço para a celebração da diversidade e inclusão, oferecendo novas possibilidades de expressão de gênero em um contexto global e local.

Todo o trabalho tem por objetivo contribuir para a compreensão do impacto da globalização cultural em regiões periféricas, mostrando como o K-pop funciona como uma ferramenta de desconstrução social e autoafirmação. A experiência apresentada reafirma o poder transformador da cultura em fomentar debates sobre gênero e identidade, ao mesmo tempo em que aponta para a necessidade de estudos futuros sobre sua influência em outros contextos locais.

REFERÊNCIAS

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CHOI, JungBong; MALIANGKAY, Roald. **K-pop: The International Rise of the Korean Music Industry**. Londres: ROUTLEDE, 2014.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. **Hegemonic masculinity: rethinking the concept**. Gender & Society, v. 19, n. 6, p. 829-859, 2005. Disponível em: https://www.etnologia.uw.edu.pl/sites/default/files/hegemonic_masculinity_connell_and_messerschmidt.pdf. Acesso em: 24 abr. 2025.

BRASIL. **Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022. Institui ações emergenciais destinadas ao setor cultural a**

serem adotadas em decorrência dos efeitos econômicos e sociais da pandemia da covid-19. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 jul. 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp195.htm. Acesso em: 28 abr. 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

Herman, T. **BTS's 'Love Yourself: Answer' Is The Best-Selling Album Ever On South Korea's Gaon Chart**. Forbes. Disponível em:

<https://www.forbes.com/sites/tamarherman/2018/11/09/bts-love-yourself-answer-becomes-best-selling-album-on-south-koreas-gaon-chart/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

JANG, Gunjoo ; PAIK, Won K. **Korean Wave as Tool for Korea's New Cultural Diplomacy. Advances in Applied Sociology**, v. 02, n. 03, p. 196–202, 2012. Disponível em: <https://www.scirp.org/pdf/aasoci20120300004_59668127.pdf>.

JO KWON. **Animal (feat. Jung Ho-suk aka J-Hope of BTS)**. YouTube, 30 jun. 2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tp2o4_8ZVqI. Acesso em: 28 abr. 2025.

KIM, Youna. **The Korean Wave: Korean media go global**. Nova York: Routledge, 2013.

KOREABOO. **Jo Kwon Opens Up About His Gender Identity And Shares How Bang Si Hyuk Accepted His Views**. 2020. Disponível em: <https://www.koreaboo.com/news/jo-kwon-opens-gender-identity-shares-bang-si-hyuk-accept-views/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

KOREARAP. **Publicação sobre aquisição de equipamentos com apoio da Lei Paulo Gustavo**. Facebook, 2024. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1E26wq5Fbf/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

KOREARAP. **[Publicação sobre evento de K-pop]**. Instagram, 21 set. 2021. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CUBVGuZAINe/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 28 abr. 2025.

K-POP Evolution. Direção: John Choi, Celine Gounder, Adrienne Reid e Mark Staunton. **Produção: Robert Ock, Sejin Park e Ann Shin**. Canadá: Banger Films, 2021. YouTube Originals.

NYE, Joseph S. **Soft power: the means to success in world politics**. Nova York: Public Affairs, 2004.

PSY's Gangnam Style becomes first video to be viewed 1 billion times on YouTube. Guinness World Records. Disponível em: <https://www.guinnessworldrecords.com/news/2012/12/psys-gangnam-style-becomes-first-video-to-be-viewed-1-billion-times-on-youtube-46462>>. Acesso em: 25 abr. 2025.

RED VELVET. Feel My Rhythm. SM Entertainment, 2022. 1 faixa sonora. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/0VVai8G7vYc9J9hBdTKbNK>. Acesso em: 20 abr. 2025.

SANTOS, Milton. **Espace et méthode**. Paris: PubliSud, 1989

SANTOS, Paulo Victor de Almeida. **Formas da violência relacionada à LGBTfobia no Agreste alagoano**. Arapiraca:

UFAL, 2024. Disponível em:
<https://ud10.arapiraca.ufal.br/repositorio/publicacoes/5165>.
Acesso em: 26 abr. 2025.

The Korean Wave: A New Pop Culture Phenomenon (2011).
Contemporary Korea No. 1. Korean Culture and Information
Service, Seoul. Disponível em: <<https://biznetasia.com/wp-content/uploads/2011/09/The-Korean-Wave-A-New-Pop-Culture-Phenomenon.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2025.

GOOGLE TRENDS. Google Trends. Google Trends. Disponível
em:
<<https://trends.google.com.br/trends/explore?date=all&geo=BR&q=%2Fm%2F02yh8l&hl=pt>>. Acesso em: 25 abr. 2025.

Capítulo 7

DOCÊNCIA MASCULINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

*Carla Manuella de Oliveira Santos.*¹⁷

*Ericlis Roberto Aguiar dos Santos.*¹⁸

*Roberta Aguiar dos Santos.*¹⁹

Homens, corpos alheios na educação infantil

A prática pedagógica do educar e cuidar de bebês e/ou crianças pequenas é uma especificidade recente, onde, somente com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional de 1988 a Educação Infantil foi definitivamente reconhecida como uma etapa da Educação Básica no Brasil.

Ao lançarmos um olhar atento para o contexto histórico, observa-se que a profissão docente no ensino primário foi delimitada com as prerrogativas de gênero, que liga os estereótipos de ser mulher à educação de sua prole, ao ser homem era o oposto de tudo o que se espera do padrão feminino. São essas as delimitações sociais patriarcais hegemônicas (Connell e Messerschmidt, 2013), na qual a ascensão do homem foi-se pautado sobre a inferiorização e o domínio sobre o ser mulher, essa hegemonia constitui os

¹⁷ ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4603-0806>; Docente do Curso de Pedagogia, Campus I, na Universidade Estadual de Alagoas. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas, Infâncias, Bebês e Crianças, UNEAL/CNPq. E-mail: carla.manuella@uneal.edu.br

¹⁸ ORCID:0009-0009-1813-8095; Graduando do curso de Pedagogia, na Univesidade Estadual de Alagoas, Bolsista PIBIC Fapeal e membro do GEPGEC. Membro do grupo GPEIBC, Brasil. E-mail: ericlis@alunos.uneal.edu.br

¹⁹ ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-5124-3061>; Graduanda do curso de Pedagogia, na Universidade Estadual de Alagoas, Bolsista PIBIC Fapeal e membro do GEPGEC, Brasil. E-mail: roberta.santos.2023@alunos.uneal.edu.br

ambientes de “trabalho de mulher” e “trabalho de homem”. O que subsidia a pesquisa respaldada nas teorias *Queer* e *feministas*. Para Connell.

O gênero é uma característica estrutural da vida corporativa, que se liga às relações de gênero em outros setores sociais. O gênero molda as definições de funções, as compreensões sobre "mérito" e promoções, as técnicas de gerenciamento e administração, o marketing e muito mais (Connell, 2015. p. 254).

O mercado de trabalho, as hierarquias e locais de ascensão e poder são influenciados pelo gênero. Os setores trabalhistas, ora, são vedados, outrora, permissivos a depender do cargo que exercem e do gênero que os indivíduos exercem nas representações sociais.

A legislação atual, que norteia a Educação Infantil a Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96 condiciona que a atuação na educação básica requer profissionais com formação superior para o exercício do magistério na Educação Infantil. Na legislação não há elementos que preconizam um ideal de gênero para atuar com crianças pequenas, o que está posto na Lei é uma orientação para a titulação necessária para atuar na Educação Básica.

Os prenúncios que condicionam o trabalho docente, na Educação Infantil, na separação do gênero, que preconizam as mulheres nessa etapa da Educação Básica está estritamente ligada à feminização do cuidado.

As mulheres são parte substancial da população economicamente ativa, sobretudo nos empregos menos

valorizados. Elas se concentram em postos de serviços - envolvidas em funções ligadas ao trabalho confessional ou administrativo, ao atendimento ao consumidor (telemarketing), à limpeza, à merenda, ao setor alimentício terceirizado, e a outros tipos de trabalho relacionados ao cuidado, como educação básica ou enfermagem. [...] Apesar de a divisão detalhada entre funções consideradas masculinas ou femininas ser bem variada em diferentes partes do mundo, é comum que os homens predominem na indústria "pesada", na mineração, em transportes ou em qualquer trabalho que envolva uma máquina que não seja de costura. Em todo o planeta, os homens são a maioria da força de trabalho em cargos de gestão, contabilidade, no direito e em profissões técnicas, como engenharia e postos ligados à computação. (Connell, 2015, p, 32 - 33)

As mulheres têm em sua representação histórica, como as responsáveis pelo cuidado da casa, do marido e de suas prole²⁰, sendo essa a natureza instintiva de “ser mulher”. Essas características, apesar de serem debatidas na contemporaneidade, foco dos estudos feministas, são produzidas e sustentadas pelo discurso social.

A Raiz da feminização do cuidado, foi constituída como o “instinto” da mãe, do cuidado para a vida e para a saúde. As mudanças educacionais que incorporam a docência de crianças

²⁰ "Prole" aqui caracterizado pelo dicionário brasileiro como descendência, filhos ou descendentes de uma pessoa ou casal.

pequenas e bebês, criaram um campo de discussão sobre a Feminização do Magistério, reiterada e vigorada desde o século XIX, ainda sofrendo uma baixa valorização salarial, sobre a expansão da escolaridade feminina.

Para refletir sobre as condições e circunstâncias que contribuíram para a inserção das mulheres nas salas de aula, é importante pensar essa história permeia a questão de gênero, procurando explicar as maneiras com que homens e mulheres formam sua subjetividade, sendo que no interior desses discursos são construídas suas práticas sociais capaz de intervir nas formas de representações que lhe são impostas. (Schelbauer, Nogueira. 2007. p, 78)

Ditas como “vocação natural” da mulher, a feminização do cuidado, é naturalizada e normalizada para sociedade. Quando o homem, em primeira instância, o pai, participa dos cuidados básicos da criança, dentro da composição familiar, dividindo o papel social destinado a ser da mãe/mulher, é valorizado e admirado pela própria sociedade, por outro lado inviabiliza o trabalho que é o cuidado feminil, ao “dever da mãe”. Em segundo ponto, na padronização dos conceito de ser masculino, fora do seio familiar, e em alguns casos dentro da própria família, o homem é posto em vigilância, institui-se o pânico moral, onde agrega todos os homens como possíveis agressores, possíveis abusadores, a demais quando esses homens em espaço educativos tem masculinidades dissidentes, um home negro, um homem gay, um homem trans, entre outras expressões de masculinidades dissidentes, resultado do não acesso por esses homens dissidentes, a local da hegemonia.

De fato, os homens que se identificam com a Educação Infantil, precisam romper as fronteiras impostas pelo anúncio de seu gênero. Essas barreiras começam a surgir no momento de sua escolha para graduação inicial. Um homem que escolhe a Pedagogia, é visto com subalternidade (Butler, 2019). Esse indivíduo é posto em dúvida pela sociedade, a família e até por outras graduações de bacharelado com maior reconhecimento social e econômico. Assim, como as demais licenciaturas agem sobre os graduandos em Pedagogia, como os matemáticos, por exemplo, por verem a pedagogia como uma graduação fácil, por sua vez, feminina, subjugam os homens nessa graduação.

O trabalho da Educação Infantil, não é encorajado aos homens, porque para sociedade o mais comum, o mais aceito, é, a quem cabe o dever de dar afeto, carinho, cuidado e educação, incipiente à primeira infância, é a mulher, a mãe. Ramos (2017) traz na apresentação de seu livro, algumas regulamentações e ações políticas em Minas Gerais em 1906 que priorizavam as mulheres para trabalhar com as crianças do ensino primário, reflexo desse entendimento de senso comum. A própria historicidade dessa modalidade resalta a visão social da profissão, como essa fase descrita com o termo *maternal*, o que evidência mais uma vez as práticas maternas, ações da mãe. A discussão do conceito de maternal é uma importante entrada para uma reflexão crítica sobre o gênero.

Sendo a Educação Infantil, um ambiente socialmente entendido como um trabalho feminino, como a sociedade enxerga os homens que atuam nesse ambiente? Quais as problemáticas o ser homem atuante na educação infantil encontra? Quais são os estigmas sociais? Utilizemos os escritos de Butler (2019), Connell e Messerschmidt, (2013), Kimmel (1998), hooks (2019), Silva (2014), Ramos (2017), Eliot (2013), em busca de

compreender e refletir sobre esses espaços e esses indivíduos, que mesmo desencorajados, vistos como corpos alheios a essa prática educativa, rompem com estereótipos e contribuições para uma educação diversificada, equitativa e inclusiva.

O estudo baseia-se numa pesquisa bibliográfica e numa abordagem qualitativa. Segundo Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica é uma forma de levantamento de fontes já existentes, seja para elaboração de hipóteses, seja para compreensão do estado da arte. Não se limitando a uma simples revisão de livros e artigos, mas envolve uma análise crítica das fontes consultadas. Para os autores, é um ponto de partida importante para o desenvolvimento do trabalho científico.

Ao tratar dos estudos qualitativos recorremos a Minayo (2006) que complementa o entendimento da abordagem qualitativa, a autora trata dessa pesquisa voltada para as ciências sociais, na qual pretende-se explicar e dar sentido ao objeto pesquisado a partir dele mesmo, o objeto de pesquisa, deixamos que por meio das análises da realidade tentar responder por meio da cultura e das experiências sociais. Minayo (2006) traz o foco para a pesquisa bibliográfica como uma potente ferramenta para construir um referencial teórico consistente e para embasar o discurso do estudo dentro das mais abrangentes discussões acadêmicas.

Esse trabalho surge a partir do levantamento de artigos científicos que foi realizado em três bancos de dados *on-line* SCIELO²¹, BDTD²² e o Banco de Pesquisa de Teses e Dissertações da CAPES²³. Desses bancos de dados *on-line*, obtivemos 635 resultados, desse universo de resultados foram

²¹ Biblioteca Eletrônica com periódicos científicos brasileiros.

²² Biblioteca Digital de Tese e Dissertação

²³ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

selecionados 10 artigos. O critério de inclusão foram as produções científicas, que trouxessem estudos de casos de homens presentes como educadores na Educação Infantil. Mediante a leituras prévias de seus resumos, os artigos trazem as experiências dos professores do gênero masculino, em turmas de Educação Infantil, e suas implicações com o trabalho, educação e cuidado. O levantamento foi feito por meio de um recorte temporal dos últimos dez anos, os descritores para a busca dos estudos/pesquisas foram: Gênero. Educação Infantil. Masculinidades. Docência masculina. Homens na Educação Infantil.

Pelo percurso metodológico da pesquisa e da intenção de aprofundar o estudo do tema, a partir do ser homem docente na Educação infantil. Buscamos adquirir livros que fomentem a discussão do lugar da masculinidade na Educação Infantil, 3 obras bibliográficas físicas adquiridas para maior análise. Três obras, dos clássicos pedagógicos que cercam e baseiam-se, as teorias científicas das práticas docentes, assim, como também, quatro obras das teorias *Queer* e feministas, para compreensão das questões de gênero. As discussões presentes nos levantamentos de dados propiciam uma compreensão complexa das dinâmicas de gênero, sobre as barreiras da masculinidade na atuação da docência junto às crianças pequenas.

Uma pesquisa bibliográfica é para Lakatos, Marconi (2003) e Minayo (2006) essencial para embasar teoricamente e identificar possíveis lacunas no conhecimento existente e publicizado. Especialmente nas ciências sociais, pois apresenta-se como uma análise crítica das fontes que orientam a pesquisa e constrói o referencial teórico. Neste sentido, o presente estudo é uma pesquisa bibliográfica que vai além de um levantamento

de fontes, tornando-se fundamental para a fundamentação e o direcionamento da investigação científica.

O gênero como pré-anúncio da profissão docente na educação infantil.

Em senso comum, o gênero segue duas prerrogativas, mesmo que envoltas em equívocos, divididas e entendidas em dois polos das ciências: biológicas e humanas. Precisamos retomar o que as bases teóricas científicas entendem por homem, mulher, fêmea, macho, masculinidade e feminilidade. Ressaltamos que as bases discursivas teóricas divergem, a visão biologicista e a compreensão humanista, de concepção dos estudos *Queer* e feminista.

Na visão biológica a definição corresponde ao sexo designados pela genitália, ou até mesmo as questões cromossômicas X e Y. No conceito biológico, desde a fecundação do óvulo o sexo é definido em fêmea, macho e intersexo²⁴. A definição corresponde ao sexo designados pela genitália, o que é entendido erroneamente, como gênero, na verdade é o sexo biológico. Esse erro constitui em munir fundamentalistas religiosos para atacar indivíduos que fogem dos fatores genitais, do determinante do sexo biológico.

Nas ciências humanas, tudo que compõe o entendimento de gênero em indivíduos masculinos e femininos parte de construções sociais. A teoria da performatividade de gênero de

24 Uma pessoa intersexo é aquela que nasce com características sexuais, como cromossomos, órgãos genitais ou hormônios, que não se encaixam nas definições típicas de masculino ou feminino. Isso pode envolver uma variação natural nas gônadas, cromossomos ou aparência genital, resultando em um corpo que não corresponde completamente aos padrões convencionais de sexo. Vale destacar que ser intersexo não está relacionado à identidade de gênero, que é uma experiência pessoal, e uma pessoa intersexo pode se identificar como homem, mulher ou outro gênero. segundo a revista on-line: Intersex Human Rights Australia (IHRA). "What is Intersex?" <https://ihra.org.au>

Butler (2019), propõe que o gênero não é uma característica inata, mas uma performance repetida através de práticas diárias. Essas práticas constroem e mantêm as identidades de gênero, incluindo as masculinidades, que são tanto produzidas quanto contestadas por meio de atos reiterados. Assim, a performatividade de gênero oferece uma forma de entender como as masculinidades são socialmente construídas e como podem ser transformadas. Nossa intenção é justamente entender esse gênero, e todas as questões que cercam o gênero, incipiente, ao homem enquanto educador de crianças pequenas.

Ao tratar da representação da masculinidade, no nosso entendimento básico, rasos inclusive, vincula esse entendimento a um padrão de homem, em ser: branco, rico, bruto, forte e a exacerbação de sua virilidade, que regulamenta todas as outras masculinidades e inferioriza todas que não alcançam essa hegemonia. Connell e Messerschmidt, (2013, p.245) discorrem que:

A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens. (Connell e Messerschmidt, 2013, p. 245).

O fato é que essa hegemonia normatiza e modula as performances dos homens em sociedade. A masculinidade hegemônica define quais posturas homens e mulheres devem

tomar, quais trabalhos homens e mulheres devem exercer, quais são os ambientes que devem ser frequentados por homens e mulheres. Os autores mais a frente definem as:

Análises das relações entre masculinidades, agora mais claramente, reconhecem a agência dos grupos subordinados e marginalizados – comumente condicionados por sua especificação local [...] A “Masculinidade de protesto” pode ser entendida neste sentido: um padrão de masculinidade construído em contextos locais de classes trabalhadoras, algumas vezes entre homens etnicamente marginalizados que incorporam a reivindicação de poder típica de masculinidades hegemônicas regionais em países ocidentais, mas carecem de recursos econômicos e autoridade institucional para sustentar os padrões regional e global dessa forma de masculinidade. (Connell e Messerschmidt, 2013, p. 265).

A subordinação para o homem estando na docência de crianças pequenas, ocorre, pois o trabalho pedagógico na Educação Infantil, como já citado na introdução deste capítulo, é vista como um trabalho para mulher, e esses homens estando neste trabalho feminino, é definido pela hegemonia como um homem menos másculo, menos potente no sentido do poder hegemônico. A rejeição de tudo que envolve o ser feminino, põe a masculinidade desses homens em dúvida, não só por outros homens, mas também por outras mulheres, e demais agentes sociais.

A Educação Infantil, compreende os processos educativos associadas a afetividade, práticas de cuidado e vínculos emocionais, o que para os homens é negado. Na construção de “ser homem” para hegemonia, ser um homem docente no cuidado e educação de crianças pequenas, provoca um rompimento quando há uma aproximação do homem com o que a própria hegemonia configura como “função, lugar ou trabalho” de mulher (Connell, 2015). A assimilação da feminização do cuidado, em práticas pedagógicas por docentes do gênero masculino, com crianças pequenas e bebês, configura o que para Butler (2018) é entendido como performance de gênero.

Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. (Butler, 2018, p. 182)

A Masculinidades Pedagógica, definida aqui como, homens em graduação ou graduados em Licenciatura em Pedagogia, que assumem uma dissidência, em uma área expoente feminina, a Masculinidade Pedagógica na Educação Infantil, por ser vivenciada em um ambiente predominante feminil, não significa que esse homem precisa ser um homem afeminado — em casos de homens héteros e gays masculinizados, mas, sim, na caracterização intrínseca da ação docente e as práticas de cuidado, que são associadas à figura da mulher e do seu papel social na contemporaneidade. Por fim, o que preconiza os documentos reguladores da Educação Infantil como as DCNEI (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil,

2010), que institui a afetividade, o acolhimento, a educação e o cuidado como a base dessa etapa de ensino, nessa perspectiva, há uma necessidade de desvincular o padrão social da agressividade masculina assim como também a feminização do cuidado, para que consigamos ambientes de trabalho e uma sociedade mais equitativa.

Isso incorpora essa masculinidade em uma nova ótica e categoria, as masculinidades docentes na Educação Infantil. Kimmel (1998) trata as masculinidades contemporâneas, e elucida a transformação das definições tradicionais de masculinidade, ao incorporar a masculinidade nesse espaço, temos uma mudança da visão do ser masculino, que rompe estigmas e o pensamento sexista de ser homem. É nesse sentido que se modifica, que estão sendo constantemente desafiadas e reconfiguradas. Kimmel (1998), argumenta que essa reconfiguração é resultado de uma série de fatores sociais e culturais interligados, incluindo movimentos feministas, LGBTQIAPN+, mudanças econômicas, culturais e transformações nas concepções sobre o trabalho e a família.

Essas mudanças das masculinidades, vem tomando grandes proporções nos debates acadêmicos sobre gênero. bell hooks (2019) oferece uma abordagem feminista aos estudos das masculinidades, afirmando que a libertação das mulheres está intimamente relacionada à transformação das masculinidades. Na ideia de hooks, precisamos nos desvencilhar das regulamentações que a masculinidade hegemônica impõe às outras expressões e identidades de gênero. O que hooks (2019) e Kimmel (1998) corroboram ao tratar das transformações das masculinidades, para superar a supremacia masculina sobre as mulheres e os homens subalternos das discussões de Butler (2019).

É importante trazer teóricos que discutem o gênero e a masculinidade, porque essas questões modulam o fazer docente de homens e mulheres na Educação Infantil. As hierarquias do poder descritas por Connell e Messerschmidt (2013), assim como as modificações da masculinidade contemporâneas discutidas por Kimmel (1998) e hooks (2019), nos mostram a importância de compreender como essas novas masculinidades surgem e são interpretadas pela sociedade. Compreendemos por meio desses teóricos, como funciona as barreiras impostas pelo gênero, incorporadas em mais variados espaços, inclusive na Educação Infantil, sendo o homem docente, a mulher docente, as relações entre crianças, as brincadeiras, as atividades, são todas questões envolta ao gênero a ser superada através de uma educação feminista, equitativa e inclusiva.

Historicamente, as mulheres docentes, representam a maioria na docência. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), em 2023, dos 2,4 milhões de docentes que atuavam na profissão, 79,5% (equivalente a 1,9 milhões) eram mulheres. Essa predominância acontece, também, no curso de Pedagogia, onde o número de mulheres no curso de Pedagogia é expressivamente maior que o de homens no mesmo curso.

Com esse panorama e sem disciplinas, no currículo da graduação em Pedagogia da Universidade Estadual de Alagoas, que subsidia essa discussão vista esporadicamente, isoladas, em algumas disciplinas. O interesse dos graduandos em efetivar pesquisa na área *Queer* e feminista, é quase inexistente, essas questões, assim o interesse de pesquisa começam a eclodir, quando esses homens estão no momento de estágio ou se deparam com uma turma de creche e pré-escola ou quando estes conseguem alcançar esses espaços.

As produções científicas, hoje, atendem às demandas sociais, na superação dos problemas educacionais, principalmente em um contexto pós pandêmico, pouco pensa em discutir como ser homem na Educação Infantil, impacta a formação das crianças, os desafios desses homens a se provarem enquanto bons educadores, deixando de lado a visão de homem, hostil e bruto, vistos no tópico acima.

Docência masculina na educação infantil na literatura obras publicadas.

Nesta seção trabalharemos com três aportes literários, com análises do estado da arte, que correspondem às práticas pedagógicas e vivências de professores homens na docência da primeira infância, bem como, as relações que beneficiam o processo de desenvolvimento cognitivo das crianças na Educação Infantil. São eles: Silva (2014), Ramos (2017) e Eliot (2013). Vale ressaltar que há, ainda, pouca produção científica, logo, poucos livros são encontrados na literatura.

Na obra de Silva (2014), o autor traz as primeiras experiências vivenciando a docência na Educação Infantil, sobre o debate de gênero e étnico racial. Vemos nas seções acima, pelo conceito de subalternidade (Butler, 2019) que, ser um professor homem na educação de crianças pequenas, já é uma perda no poder hegemônico masculino (Connell e Messerschmidt, 2013), quando esse professor é um homem e negro ele desce mais degraus na subalternidade masculina. Silva (2014, p.143) trata das: “Vivências, desafios, superações. O fator de ser homem, ser negro, desencadeia outras novas relações que não aconteceriam. por exemplo, a uma mulher, mesmo que seja esta mulher uma professora negra” (Silva, 2014, p.143).

O professorado masculino e negro na Educação Infantil, compõem um conjunto de subalternidades já descritas por Connell e Messerschmidt (2013), nos padrões esperados para quem seja o profissional adequado, dentro dessa perspectiva binária do gênero, pela hegemonia, no caso retratado por Silva (2014), ele torna-se subalterno, pois além de ser negro, também está em uma prática profissional dentro do arquétipo destinado apenas às mulheres. O que remonta uma ramificação importante da junção das discussões de gênero e raça, pela interseccionalidade (Hirata, 2014), que são incipientes em Educação em geral, mas ainda salientada pelos paradigmas da Educação Infantil, em específico.

Silva (2014) trata das frentes a serem analisadas sendo a primeira frente a própria docência, a prática, a atuação junto às crianças. A segunda é a atuação com os pares da instituição; gestores, coordenadores, professores e funcionários. A terceira, e última, frente de atuação, seria justamente a atuação junto ao país. Trazendo para uma análise maior, existem outras frentes a serem analisadas, como a sociedade por exemplo, precisamos ver como um ciclo maior, que a educação para ser enfim transformadora, ela precisa iniciar ainda na Educação Infantil.

[...] por meio dos dados da pesquisa, ficou destacado que os professores do sexo masculino, ao ingressarem na educação infantil, têm sua sexualidade colocada em suspeição: de um lado surge o argumento de que se esses sujeitos escolheram uma profissão feminina é porque não são homens de verdade. (Ramos. 2017, p. 161)

Assim como no fragmento de Silva (2014) “[...] sociedade consideram o professor homem na educação infantil como um

homossexual ou até mesmo um fracassado em busca de um trabalho mais “fácil”, mas que é um ator sobre suspeitas e perigosos” (Silva, 2014, p. 45).

O que os autores bem mostram como o professor da Educação Infantil é a aproximação do ser educador da Educação Infantil com o universo feminino, se ele é um homem, esse será lido socialmente como um homem feminino, que por tabela, mas não seria necessariamente, um homossexual. Então, qual seria a postura adotada para que um homem fosse lido como um homem de verdade, sendo docente na Educação Infantil? O trabalho com as crianças pequenas requer traços mais afetivos que atendam às demandas e necessidades das crianças. Mas descrever esse trabalho como fácil, é até engraçado, para não dizer revoltante. Os processos da docência na primeira infância são cercados por muitos fazeres, atividades, brincadeiras, cuidados específicos.

As relações entre os adultos que trabalham nos centros de Educação Infantil, que tem em seu quadro um professor do gênero masculino recente, nessa fase da educação, são tensionados, hostilizados e geram muitas dúvidas sobre sua vida pessoal e sobre sua prática. Na sua pesquisa Ramos (2017, p. 161), destaca esse contato:

Ao assumir o cargo de educador infantil, o professor do sexo masculino vivencia uma espécie de "período comprobatório" que pode ser classificado como "uma fase de vigilância constante", na qual os demais profissionais observam com muita atenção as ações e atitudes desses docentes. (Ramos, 2017, p.161)

Silva (2014, p. 60) trás essa máxima no entendimento dessa “vigilância”: A presença de um homem dá a ele visibilidade. Esta visibilidade implica cobranças, “perseguições” até. Os olhares de todos estarão sobre ele, sobre sua sala e sua relação com as crianças pequenas. (Silva, 2014, p. 60).

Nos pressupostos sobre o que é ser homem, nos padrões hegemônicos, vê esse homem no cuidado das crianças como potencial abusador físico e mental. Esse medo cerca as mentes de todos em sociedade. Eliot (2013) evidencia um recorte de uma declaração do presidente da NEA – *National Education Association*, do governo Norte Americano “*Teacher don’t touch*” (professor não toque) na qual o teor era desencorajar as demonstrações afetivas de professores com as crianças pequenas. A autora esboça sua indignação mediante a sua compreensão de que não existe a Educação Infantil sem afeto.

As crianças anseiam pelos abraços, afagos e mãos dadas que a nossa sociedade transformou em um pecado para os homens em qualquer outro papel que não o de pai ou avô. Como um adulto poderá ensinar crianças pequenas de maneira eficiente sem o vínculo saudável e confortador criado por palavras gentis e um toque carinhoso? (Eliot, 2013, p. 199).

Pelo contrário, que se pensa, ter a representação masculina na Educação Infantil, traz outros importantes avanços para a formação das crianças no que se sustenta essa modalidade. A obra *Cérebro azul ou rosa?* de Eliot (2013), desafia a ideia de que as diferenças mentais e comportamentais entre meninos e meninas são determinadas pela biologia. A autora, neurocientista, examina como o cérebro difere entre os sexos e

é influenciado por muitos fatores sociais e culturais, como a identidade de gênero.

Eliot (2013) argumenta que é importante promover uma educação mais inclusiva e equitativa que encoraja todas as pessoas, independentemente do gênero, a desenvolver uma variedade de competências e interesses. O estudo questiona as normas sociais que limitam as oportunidades das crianças e apresenta uma visão mais flexível do potencial humano e da importância de tratar homens e mulheres de forma igual desde a infância, sendo esses professores e professoras.

No que se refere aos professores do sexo masculino, Eliot (2013) faz considerações sobre os benefícios importantes dessa representação de educadores do gênero masculino no contexto americano.

[...] a maioria das crianças pequenas está sendo educada em um ambiente pronunciadamente feminino, com poucos adultos homens com os quais possam se relacionar, vincular-se, aprender e observar como modelos de comportamento masculino adulto. Essa é uma situação trágica principalmente para o grande número de crianças - de ambos os sexos - que está crescendo sem o pai em casa. Ter mais professores homens é uma maneira óbvia de ajudar os meninos a se sentirem à vontade na escola. Os meninos ingressam na escola prontos para aprender, mas logo descobrem que a escola é um lugar dominado pelas mulheres, e os professores, auxiliares, bibliotecários, secretários e diretores são quase todos do sexo feminino. Eles podem amar, obedecer e querer

agradar às professoras, mas não querem ser como as meninas querem. (Eliot, 2013, P. 197).

O contato com a masculinidade na Educação Infantil, pelas crianças, promove interações das relações saudáveis e dialogadas, sem a represálias do machismo, o poder mais autoritário das figuras masculinas de contato familiar ou a própria ausência dessa figura masculina também foram apontadas por Silva (2014).

Artigos publicados em repositórios *online*.

O número de publicações de artigos em repositórios de dados *on-line*, constituem um novo caminho por meio da tecnologia de facilitar a busca e acesso das produções científicas, para a pesquisa. Mas, facilitar a busca ou ter fácil acesso a elas, não significa que haja uma vasta produção científica da masculinidade em foco na Educação Infantil. Quando analisamos as produções de monografia na universidade, ao compararmos os trabalhos produzidos na área da Educação Inclusiva, por exemplo, e Educação, Gênero e Sexualidade, são números indignos de análise, uma vez que, como já citado, quase não existe produção científica na pedagogia²⁵, que abordam a temática de gênero.

No contexto Brasil, tem grupos de pesquisa e pesquisadores que se dedicam a estudar essa representação masculina na Educação Infantil. Os trabalhos publicados nesses repositórios

²⁵ Através de um recorte das produções do curso Pedagogia da Universidade Estadual de Alagoas - CAMPUS I. Nesses anos que dedica-se à graduação, apenas um trabalho de conclusão de curso, foi sendo defendido apenas em 2024, pela minha amiga, colega de curso e do grupo de pesquisa, Míria Ferreira, qual adaptou seu trabalho, para um capítulo também desse livro. Voltadas às práticas docentes e o currículo do ensino da sexualidade no segundo ciclo do ensino fundamental.

são importantes porque corroboram para evidenciar as representações dessa masculinidade. As produções como as de Jaeger e Jacques (2017), Prado e Anselmo (2019), Monteiro e Altmann (2014), Santos (2020), Silva (2014), Silva (2020) Loppes (2022), Santana (2022), Bello, Zanette e Felipe (2020) e Guizzo e Felipe (2016) se tornam importante das discussões mais atuais de como a cultura social está se modificando seu entendimento para com esses homens.

Em Jaeger e Jacques (2017), os autores discutem a presença e a construção da masculinidade na educação infantil, destacando como são percebidas figuras masculinas ainda raras nesse contexto, e como isso afeta a prática docente e os processos sociais. Desenvolvimento emocional e cognitivo das crianças. Exploram os desafios e os estereótipos enfrentados pelos homens na educação infantil, um campo dominado pelas mulheres, e como esta realidade reforça normas rigorosas de gênero.

Monteiro e Altmann (2014) debatem como os homens são muitas vezes percebidos com desconfiança, sendo questionados sobre suas intenções e sua habilidade para lidar com crianças pequenas. O debate aborda a relevância de diversificar as representações de gênero na escola, com o objetivo de expandir as referências adultas para as crianças e dismantlar preconceitos associados à feminilidade e masculinidade. Da mesma forma que Prado e Anselmo (2019), investigam as relações de gênero, destacando a brincadeira como uma prática pedagógica relevante. Eles debatem a maneira como as construções de masculinidade e feminilidade se expressam na interação entre educadores e crianças, investigando como as práticas brincantes podem reforçar ou desconstruir estereótipos de gênero.

A análise crítica de Silva (2014) e Silva (2020) destaca os estereótipos e preconceitos associados à atuação masculina, destacando como os homens são frequentemente reduzidos a funções familiares, (o tio) algo que também acontece com as professoras (a tia), ao invés de serem reconhecidas como profissionais da educação. O escritor condena a exclusão e marginalização masculina na educação infantil, enquanto destaca a relevância de uma transformação nas percepções sociais acerca de gênero e educação.

Santana (2022) nos faz compreender um pouco sobre, que o número escasso de docentes homens é resultado de concepções sobre: mulheridades e masculinidades docentes em sociedade, perpetuados ao longo do processo histórico, desencadeado com a ascensão do sistema capitalista e a instauração da sociedade burguesa no século XIX, que se estende até os dias atuais. A escassez da docência masculina na Educação Infantil se perpetua na medida em que a dinâmica da vida material influencia a subjetividade humana, provocando o entendimento de que a educação da infância é mais propícia para mulheres e a atuação masculina é questionável, conforme reforçam os estereótipos. Lopes (2022) por meio dos resultados de sua pesquisa, aponta para a necessidade de uma formação em Pedagogia que acolha as masculinidades, — visando também um currículo que subsidie essa formação. Para que possa ter uma desgenerificação²⁶ do cuidado e para a potência de seus corpos e fazeres pedagógicos nos espaços educacionais voltados à primeira infância.

²⁶ Para Connella a desgenerificação seria o processo que enfraquece a ideia de um gênero fixo e imutável, promovendo uma maior liberdade nas expressões e identidades de gênero, sobre a necessidade de uma revisão das normas de gênero para que elas possam ser mais inclusivas e menos opressivas.

Ao pesquisar mais e o contato no grupo de pesquisa GPEIBC²⁷. Obtivemos contatos sobre os grupos de grande produção científica dentro da temática discutida neste capítulo, no Brasil, encontramos algumas produções de Jane Felipe²⁸. As contribuições são significativas para a compreensão das relações de gênero na educação, sendo referência em seus estudos sobre as intersecções entre educação, gênero e sexualidade.

Bello, Felipe e Zanette (2020), discutem em sua conclusão que:

Neste sentido, as problemáticas que norteiam as questões de gênero e sexualidade podem ser interpretadas como conceitos que direcionam a prática docente e operam com elementos que feminizam a profissão. Mesmo assim, frente a tudo isso, a figura do homem-professor de Educação Infantil nos remete a uma discussão acerca da profissionalidade, tendo em vista que há uma constante luta pelo reconhecimento e respeito por seus modos de exercer a docência e suas formas de viver seu (seus) gênero(s) e a(s) sexualidade(s). (Bello, Felipe e Zanette, 2020, p. 573).

A questão a ser superada, é entender o indivíduo, o adulto de referência de uma turma da Educação Infantil, o seu processo formativo como capaz e habilitado a exercer a

27 O GPEIBC, é um grupo de estudo do curso de Pedagogia, campus I - Arapiraca, da Universidade Estadual de Alagoas. A Professora Dr^a Carla Manuella é líder do grupo de pesquisas e estudo: Infâncias, bebês e crianças (UNEAL/CNPq).

28 Jane Felipe é professora titular aposentada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com uma longa carreira acadêmica na área de educação e estudos de gênero. Ela atua como colaboradora na Linha de Pesquisa "Educação, Sexualidade e Relações de Gênero".

profissão. Em outro texto Felipe e Guizzo (2016) trata das questões de gênero e sexualidade que ganharam relevância em políticas e legislações que se vinculam tanto ao campo da educação quanto a outros campos, a análise da defasagem enquanto a docência masculina com crianças, vem tendo retrocessos alarmantes principalmente após os avanços da política neoliberalista conservadora. Precisa-se de um empenho maior das instituições formativas, a pensar quem e para quem estamos formando os futuros pedagogos, de um empenho maior dos graduandos em mobilizar suas produções a cunharem esses espaços de atuação e por fim de políticas públicas que encorajem a mais homens a estarem presentes enquanto educadores infantis, mediante a concursos ou contratações.

Para não concluir

No decorrer da discussão aqui apresentada, observa-se que as questões de gêneros e educação de crianças pequenas é um princípio educativo a ser pensado e abordado nas pesquisas na área de Educação, uma vez que é um caminho que se faz a partir de indagações, uma delas: qual o lugar do masculino na Educação Infantil? Responder a essa problemática é adentrar nas mudanças sociais e também entender que este é um lugar que não se dá sem confrontos ou tensões, uma vez que se trata de um lugar que foi construído historicamente na sociedade pelo prisma do que é pensado no imaginário social como uma profissão marcadamente feminina.

A diversidade de gênero no espaço escolar contribui para a formação de uma cultura de respeito e inclusão, permitindo que as crianças compreendam e valorizem as diferenças. A presença de um homem docente na Educação Infantil pode servir de

modelos positivos, favorecendo assim um desenvolvimento mais plural das identidades das crianças, proporcionando que saíamos de práticas de sujeição e desenvolvendo práticas de resistência.

Assim, as questões de gênero tornam-se fundamentais para compreender as barreiras enfrentadas pelos homens na Educação Infantil. Nesse sentido, é necessário que os cursos de Pedagogia incluam e priorizem disciplinas específicas sobre gênero, que permitam discutir e analisar essas dinâmicas de gênero, contribuindo para uma formação mais inclusiva e para a desconstrução dos estereótipos que ainda permeiam essa área.

REFERÊNCIAS

BELLO, Alexandre Toaldo; ZANETTE, Jaime Eduardo; FELIPE, Jane. **O homem-professor na Educação Infantil e a produção da profissionalidade. Zero-a-Seis.** Florianópolis: Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância-NUPEIN/CED/UFSC. Vol. 22, n. 42 (jul./dez. 2020), p. 558-579, 2020.

BUTLER, Judith. **Atos performativos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista.** Em: **Pensamento feminista: conceitos fundamentais/ Audre Lorde...[et al]; organização Heloísa Buarque de Hollanda.** Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero.** gênero e subversão da identidade [recurso eletrônico]; tradução Renato Aguiar. – 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2018

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. **Masculinidade hegemônica: repensando o conceito.** Revista Estudos Feministas, v. 21, p. 241-282, 2013.

CONNELL, Raewyn, PEARCE, Rebecca. **Gênero uma perspectiva global.** Tradução e revisão técnica - Marília Moschkovich, - São Paulo. nVersos, 2015

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais.** 1ª ed. São Paulo: Nversos, 2016.

NOGUEIRA, Juliana Keller, SCHELBAUER, Analete Regina. **Feminização do magistério no brasil:** o que relatam os pareceres do primeiro congresso da instrução do rio de janeiro. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.27, p.78 –94, set. 2007. Acesso em: 24 de abr. 2025. disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5003/art07_27.pdf

ELIOT, Lise. **Cérebro Azul ou Rosa. O Impacto das Diferenças de Gênero na Educação.** Autor: Sinopse: Editora: PENSO - GRUPO A. Páginas: Ano: 2013.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais.** Dossiê - Trabalho e Gênero: Controvérsias. Tempo social. 26 (1). Jun 2014. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>

hooks, b. Reconstruindo a masculinidade negra. Em: **Olhares negros: raça e representação.** Bell Hooks. São Paulo: Elefante, 2019.

INEP. Saiba mais sobre o panorama das mulheres na educação básica. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/saiba-mais-sobre-o->

panorama-das-mulheres-na-educacao-basica. Acesso em: 30 nov. 2024. Acesso em: 30 nov. 2024.

GUIZZO, B. FELIPE, J. Gênero e sexualidade em políticas contemporâneas: entrelaces com a educação. **Roteiro**, v. 41, n. 2, p. 475-490, 2016. Editora Unoesc.

KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes antropológicos**, v. 4, n. 9, p. 103-117, 1998.

MONTEIRO, M. ALTMANN, H. Homens na educação infantil: olhares de suspeita e tentativas de segregação. **Cadernos de Pesquisa**, v. 44, n. 153, p. 720-741, set. 2014.

PAULA, A. GONÇALVES, M. **O docente na Educação Infantil: professor ou professora?** Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação, 2021.

PRADO, P. ANSELMO, V. Masculinidades, feminilidades e dimensão brincalhona: reflexões sobre gênero e docência na Educação Infantil. **Pro-Posições**, v. 30, elocation e20170137, 2019.

RAMOS, Joaquim. **Gênero na educação infantil: relações (im)possíveis para professores homens**. Jundiaí, Paco Editorial: 2017.

SILVA, Claudionor. **Docência masculina na educação infantil**. Paco Editorial, 2014.

Capítulo 8

CORPOS NEGROS EM VITRINE DIGITAL: RAÇA, SEXUALIDADE, DESEJO E RACISMO NO GRINDR

*Lucas Oliveira Silva*²⁹

*Augusto Ferreira Ramos Filho*³⁰

Introdução

Como o corpo negro é percebido nos aplicativos de pegação gay? Por meio de uma etnografia virtual, nos propomos a investigar, em um quase-experimento, as possíveis respostas a essa pergunta. O corpo negro, historicamente atravessado por marcas de estigmatização, desejo e violência, continua a ser alvo de leituras sociais que naturalizam distinções e hierarquias. Nos aplicativos de relacionamento voltados para a comunidade LGBTQIAPN+, como o Grindr, essas leituras se atualizam e ganham novas camadas, ora reforçando imaginários coloniais e escravistas, ora reproduzindo práticas de fetichização racial.

Este estudo se insere na interseção entre raça, sexualidade e tecnologias digitais, problematizando como os corpos negros, em especial os de homens negros gays, são percebidos e atravessados por narrativas que os associam à virilidade, potência sexual e ao lugar do hipererótico. Para tanto, a investigação foi conduzida a partir de uma etnografia virtual no

²⁹ ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-5509-8412>; Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), Graduando em Licenciatura em História. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Comportamento – GEPGEC. E-mail: lucasoliveirabl444@gmail.com.

³⁰ ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8375-4024>; Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Cultura (ProDiC). Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Comportamento – GEPGEC. E-mail: augusto.filho@uneal.edu.br.

Grindr, aplicativo voltado a encontros amorosos e/ou sexuais que opera por geolocalização. Nesse espaço, foi criado o personagem Luan, um homem negro, retinto, de 26 anos, cuja performance sexual foi marcada no perfil como ativa (quem penetra). Luan não é apenas um recurso metodológico, mas também um espelho que evidencia como imaginários raciais atravessam a leitura social dos corpos negros nesses ambientes digitais. As interações estabelecidas com Luan revelaram que seu corpo não foi percebido como neutro, mas como um significante carregado de sentidos históricos, atualizado no espaço virtual.

O objetivo central desta investigação foi compreender como a hipersexualização e o hipererotismo afetam a experiência de homens negros gays em aplicativos de relacionamento. Para isso, buscamos identificar se, e de que forma, discursos com viés racista continuam sendo reproduzidos nesses espaços e como estruturam modos de reconhecimento.

A relevância deste estudo está em lançar luz sobre as experiências de homens negros gays em plataformas digitais, evidenciando como práticas de fetichização racial operam na contemporaneidade. Se o racismo estrutural atravessa a vida cotidiana em diversas instituições, também se manifesta nos ambientes digitais, reproduzindo desigualdades e atualizando estigmas. Como lembra Silvio Almeida (2019), uma sociedade que não enfrenta ativamente o racismo acaba por torná-lo natural. Nesse sentido, analisar as interações estabelecidas no Grindr não significa apenas compreender a lógica interna do aplicativo, mas também refletir sobre como a sociedade brasileira continua a sustentar, consciente ou inconscientemente, discursos e práticas que reduzem corpos negros a objetos de desejo e fantasia.

Entre corpo e discurso: Luan como signo racializado

A imagem aparece: um corpo negro, atravessado por olhares. Sou um negrão de tirar o chapéu, me chamo Luan. Não sou apenas um corpo. Sou um significante carregado de história, desejo e violência.

A imagem descrita nas primeiras linhas desta seção busca nos levar a refletir sobre como muitos corpos de pessoas pretas são percebidos ao adentrarem diferentes espaços, sejam eles físicos ou virtuais. Elencamos o corpo negro em primeiro lugar não por acaso, mas porque a cor da pele foi, e continua sendo, a primeira característica observada em pessoas racializadas, assim como o cabelo, o nariz e os lábios. Essa percepção, muitas vezes, atravessa o imaginário coletivo, historicamente construído sobre esses corpos.

Um dos traços desse imaginário recai sobre o modo como, ao serem lidos como homens, esses corpos são associados a uma performance sexual ativa, viril e dotada. É o caso de Luan.

Luan foi o nome atribuído a um suposto rapaz preto, sujeito da primeira fase da pesquisa intitulada *“Um negrão de tirar o chapéu”: hipersexualização e hipererotismo de corpos negros em um aplicativo de relacionamento gay*. O estudo busca compreender como a hipersexualização e o hipererotismo afetam a experiência de homens negros gays em aplicativos de relacionamento, partindo do pressuposto de que os corpos negros, em especial os de homens gays com postura sexual ativa, vêm sendo marcados por imaginários há décadas e séculos.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada na etnografia virtual, configurando-se como um quase-experimento. Neste trabalho, relatamos parte da experiência de

se deparar, e ao mesmo tempo refletir sobre o imaginário coletivo atribuído ao perfil de Luan.

O presente estudo não pretende apresentar afirmações definitivas, mas de que forma discursos com viés racista se perpetuaram no Brasil, se consolidaram e continuam sendo produzidos atualmente. Ao tratar do conceito de discurso, recorreremos a Foucault, que afirma:

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; é quando tudo pode enfim tomar a forma de discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si. (Foucault, 1996, p. 46)

Algumas formas de produção de discurso se dão nos aplicativos de relacionamento. O aplicativo utilizado nesta pesquisa foi o Grindr. O Grindr foi criado em 2009, voltado para homens gays, que funciona na lógica *location-based real-time dating* (LBRTD) (Blackwell, Birnholtz & Abbott, 2015). Segundo os autores, o aplicativo conta com cerca de 3,6 milhões de usuários em 192 países. A plataforma é uma ferramenta simples de interação, na qual é possível obter informações sobre os usuários mais próximos, como distância, fotos, altura, peso, descrições de preferências ou identificações denominados de tribos, chat para mensagens textuais e trocas de fotos. Escolhemos esse aplicativo por ser o mais popular voltada para o público gay masculino e pelo fato dos poucos estudos no campo dos Estudos Organizacionais brasileiros sobre

heteronormatividade e masculinidades negras nesses espaços. Conforme Ahlm (2017), o Grindr apresenta características de vilas gays, nas quais os sujeitos utilizam símbolos e sinais próprios para se tornarem visíveis entre si e invisíveis para a sociedade em geral.

Consideramos que certos discursos foram historicamente atribuídos aos corpos negros como estratégia de controle e classificação, operando não apenas sobre a dimensão física, mas também sobre as subjetividades. Trata-se de um processo de moldagem de uma consciência coletiva que naturaliza distinções e diferenciações de forma violenta. A verdade imposta ao corpo negro, construída e reiterada ao longo do tempo, não apenas estrutura formas de perceber o outro, mas também sustenta e reproduz concepções marcadamente preconceituosas. Tais concepções, por vezes conscientes e por vezes inconscientes, tornaram-se evidentes nas interações analisadas ao longo desta pesquisa.

Imaginários ativados: o corpo negro na vitrine digital

Nesta seção, busca-se compartilhar fragmentos da experiência em campo, um campo que é também tela. Ao mesmo tempo em que refletimos sobre as projeções, expectativas e violências simbólicas atribuídas ao corpo negro performado por Luan. Com esse propósito, apresentamos Luan na figura 1, a forma como foi construído e observado durante as interações do campo.

Figura 1 - Perfil no aplicativo



Fonte: *Dados da pesquisa (2025).*

Luan foi apenas uma construção, um perfil fictício, estrategicamente elaborado. No entanto, isso não impediu que, ao circular na plataforma, seu corpo fosse lido como plenamente real. As respostas surgiam rápidas, diretas e cheias de expectativa. O que se projetava sobre ele ultrapassava a imagem e o texto, mas como o imaginário era ativado.

Escolheu-se um nome curto que expressasse jovialidade, conforme as recomendações de Miskolci (2017). O perfil trazia *tags*³¹ como grosso, macho, dotado, masc (masculino) o que reforçavam o que já estava previamente atribuído ao corpo

³¹ Em um aplicativo, as tags são rótulos ou palavras-chave que ajudam a categorizar e organizar o conteúdo, facilitando a pesquisa e a descoberta de informações relevantes.

negro, uma combinação entre virilidade, potência e posição sexual ativa (quem penetra).

Embora existisse a opção de criação do personagem a partir de inteligência artificial, optou-se por duas fotos oriundas de sites de domínio público para que o perfil fosse lido como real no aplicativo. A foto em destaque na figura 1, mostra o torso nu de um homem preto, exibindo parte do peito, abdômen e braço. O rosto não aparece no enquadramento. Na parte inferior da imagem, há a interface do Grindr que exibe o nome Luan, com idade de 26 anos. O fundo da imagem é neutro, com um tecido claro à esquerda.

Luan segue as características de alguém que busca negociar entre características ideais (como ser jovem, ativo) e o que usuários de aplicativos on-line procuram em parceiros em potencial, conforme as instruções de Miskolci (2017) em sua investigação etnográfica sobre desejos digitais entre homens gays.

Ao longo dos três meses de etnografia com o perfil no Grindr, percebeu-se um certo padrão da pele preta com as interações com Luan, como descreveu Muniz Sodré (2022, p.89) que “avulta como um vetor antropológico decisivo para o fato discriminatório”. Ou seja, o corpo negro já diz ou já é lido como dizendo algo antes mesmo que a interação se desenvolva. A vitrine digital do aplicativo apenas potencializa essa exposição, tornando cada foto, cada termo usado na descrição, mais uma camada do signo do corpo negro erotizado, disponível, ativo. As mensagens que chegavam, como veremos adiante, carregavam curiosidade, objetificação e, muitas vezes, uma intimidade apressada, como se o corpo de Luan estivesse sempre à disposição.

Ainda que o perfil fosse fictício, a experiência de lidar com essas interações era real. Atravessamos pelo campo sendo afetados pelas respostas, confrontados pelas repetições. Aquele corpo inventado revelou, com nitidez, o desejo racializado e a estrutura que o sustenta. O desejo que perpassa as telas e as interações são frutos da consolidação de uma estrutura racista e sexista para com corpos negros. Por isso se faz necessário revisitar o ou os projetos(s) de colonização que foram e continuam sendo disseminados na contemporaneidade.

Como aponta Miskolci (2017, p. 273):

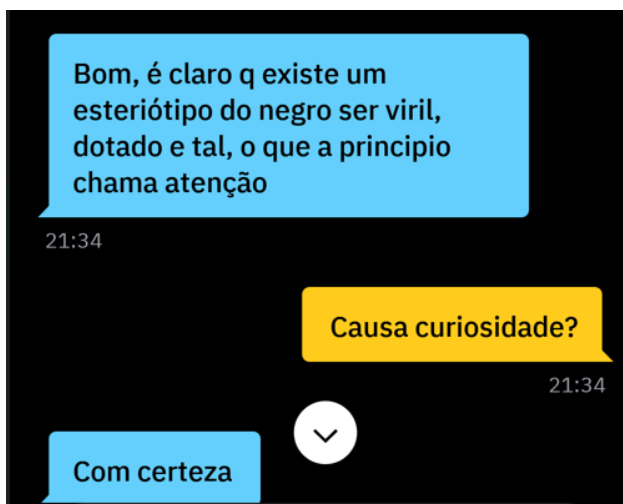
Em meados da década de 1990, quando a internet se tornou disponível comercialmente, consolidara-se o ideal do 'discreto e fora do meio', portanto de um homem capaz de 'passar por hétero'. A entrada online generalizou tal ideia, que nas plataformas de busca de parceiros foi alçada a objeto de desejo.

Ainda que esta investigação não se proponha a analisar como são vistos, nesses meios digitais, os sujeitos que fogem desse ideal, é necessário refletir sobre os corpos de homens negros que destoam dessas expectativas. Esses corpos são menos procurados e, frequentemente, percebidos como desviantes.

Luan, por exemplo, performa exatamente essas características, mesmo sem se afirmar como alguém "discreto", "fora do meio" ou que "passa por hétero" em sua descrição ou nas interações. Isso, no entanto, não costuma ser questionado por outros usuários, possivelmente por ele se adequar, ainda que de forma inconsciente, a esse padrão, sobretudo em razão da sua preferência em termos de posição sexual.

No que se refere especificamente ao Grindr por se tratar de um arranjo histórico-social onde a masculinidade é valorizada, observa-se uma constante negação do feminino e/ou do não-másculo (Grohmann, 2016). Seja por não corresponderem ao que se espera, seja por serem percebidos como desviantes, os corpos negros como o de Luan são alimentados por expectativas quanto às suas aptidões, o que é perceptível em diversas interações, como será mostrado a seguir.

Figura 2 - Associação entre negritude e virilidade



Fonte: *Dados da pesquisa (2025)*

Na figura 2, observamos uma interação com Luan que manifesta as expectativas com o corpo negro. Ao usar a seleção lexical “existe um estereótipo do negro ser viril, dotado” observamos a insistência em projetar no corpo negro a hipersexualização, frequentemente reduzido a atributos físicos ou a uma performance sexual esperada como “viril” e

“dotado”. Isso revela não apenas a naturalização do estereótipo do homem negro viril, como também evidencia a expectativa racializada sobre como ele deve ocupar determinada posição sexual, geralmente associada à atividade, à dominação e à potência sexual.

Este é apenas um fragmento das interações realizadas com o perfil de Luan. No entanto, muitos outros revelaram a mesma expectativa. Ainda que as interações em aplicativos como aponta Miskolci (2017) sejam direta e rápidas, percebemos que as fotos aliadas às *tags* de Luan possibilitaram maior conforto para a objetificação e hipersexualização. A partir das evidências dos pesquisadores, começamos a nos perguntar se o corpo negro, para além da objetificação dos aplicativos, seria um alvo maior nessa dinâmica.

Importante destacar que o personagem Luan, ao performar no Grindr, não inicia interação com ninguém. São sempre os outros homens que tomam a iniciativa das interações. Logo no início da conversa, mesmo com a identificação do pesquisador que fala por Luan, e a apresentação da pesquisa, evidenciando a ficção do personagem, os interlocutores seguem com abordagens que reforçam percepções racializadas.

A interação apresentada na figura 2 parte de um reconhecimento direto da existência do estereótipo, afirmando que o corpo negro, sobretudo o corpo masculino, desperta curiosidade, o que por si só já indica uma fetichização. Esse reconhecimento, no entanto, não opera como uma crítica, mas como o fetiche é mencionado e ao mesmo tempo naturalizado.

A pergunta “causa curiosidade?” trazida de forma estratégica, adota uma postura neutra, sem revelar posicionamentos. Mesmo assim, o interlocutor insiste em afirmar as percepções atribuídas ao corpo negro ao usar a

seleção lexical “com certeza”. Ele não apenas questiona, mas também reafirma, de modo explícito, que homens negros são viris e dotados, revelando leituras automatizadas e internalizadas dentro da lógica do aplicativo.

Esse fragmento ajuda a evidenciar como o corpo negro, mesmo em silêncio, é lido a partir de um imaginário racial pré-estabelecido. Imaginário esse que não depende da auto afirmação, mas opera de forma autônoma, guiado por um repertório coletivo de signos coloniais e racistas que ainda estruturam os afetos e os desejos nos aplicativos de relacionamento como no Grindr.

Luan entra em cena: corpo, performance e dispositivo

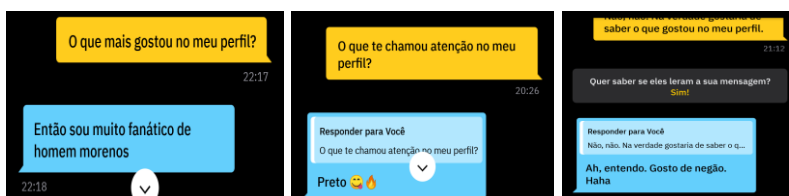
A criação do perfil de Luan foi fundamental para compreendermos como os corpos de homens negros gays são percebidos em plataformas digitais, especialmente no Grindr. Assim como nas interações que ocorrem fora do ambiente digital, as dinâmicas nas plataformas também são atravessadas por uma cultura histórica que reforça determinadas identidades masculinas, aquelas socialmente mais valorizadas e/ou consideradas mais desejáveis para o consumo.

A cor da pele e a postura sexual de Luan são fatores determinantes para a análise geral desse quase-experimento, uma vez que a variável de controle dizia respeito às características físicas, no entanto, a variável experimental foi a postura sexual adotada: o perfil se apresentava como ativo, conforme exposto na Figura 1.

Refletir sobre como os corpos de homens negros são lidos e percebidos em plataformas como o Grindr é também refletir sobre os mecanismos de uma cultura que, ainda hoje, objetifica, hiperssexualiza e inferioriza esses corpos tanto no ambiente

digital quanto fora dele. Desse modo, o perfil de Luan foi construído e inserido no Grindr, onde permaneceu ativo por três meses, totalizando cerca de 25 horas online e recebendo 86 interações. A metodologia escolhida consistiu em, apenas após as primeiras interações, Luan se apresentar como pesquisador, por meio de um tipo de questionário semiestruturado. A partir daí, as conversas eram conduzidas diretamente ao foco da pesquisa, deixando claro aos interlocutores o propósito daquelas interações.

Figura 3 - Mensagens ilustrando a negociação de preferências raciais



Fonte: *Dados da pesquisa (2025).*

Como exposto na figura 3, após as primeiras interações geralmente iniciadas com um elogio ou até mesmo um simples “oi”, buscou-se indagar o que mais havia chamado atenção no perfil de Luan. Após as respostas, a pesquisa e o pesquisador eram anunciados. Aqueles que aceitaram seguir conversando eram incluídos na pesquisa, outros preferiam encerrar o contato. Consideramos que essas respostas iniciais são as que mais nos permitem compreender como Luan é visto e o que mais chama atenção em seu corpo. Além disso, as diversas subjetividades por trás dos perfis que o procuram.

A figura 3 apresentam evidências que exemplificam como as conversas se iniciavam. Buscou-se padronizar ao máximo as

interações, ainda que em alguns casos tenha sido necessário apresentar-se imediatamente, ou ainda lidar com a ausência de respostas. É possível perceber, tanto nas três interações destacadas quanto em outras, que o principal fator de atração em Luan é seu tom de pele. As seleções lexicais “sou muito fanático de homens morenos”, “preto” e “gosto de negão” causam evidente curiosidade ou, em muitos casos, carrega um forte teor de fetichização da cor preta. Segundo Almeida (2019) o racismo constitui todo um complexo imaginário social, continuamente reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional.

Ainda, as seleções lexicais revelam como a linguagem não é neutra, mas atravessada por ideologias e hierarquias sociais. Dito de outra forma, essas palavras não se configuram apenas como preferências individuais, mas expressam formas de exotização e objetificação do corpo negro. Tavares e Oliveira (2022, p. 187) expressam essa ideia ao afirmarem que “um corpo humano que antes de ser corpo é cor. Que depois de ser cor já não é mais corpo humano, porque foi desumanizado”.

Já o termo “preto” foi empregado de maneira isolada, retirando a complexidade do sujeito, reduzindo-o a uma característica fenotípica. Como posto por Almeida (2019) a escolha vocabular dos interlocutores por “moreno”, “preto” e “negão” não apenas descrevem, mas reiteram estereótipos e fantasias que foram construídas historicamente sobre os corpos racializados.

Por fim, a expressão “gosto de negão” mobiliza uma carga de estereótipos que associam homens negros à virilidade exacerbada e ao corpo como objeto de prazer, perpetuando o que Almeida (2019) identifica como parte de um imaginário social racista. A escolha por uma palavra no aumentativo

“negão” produz sentimentos ambíguos de curiosidade, incômodo, desejo e exotização, mas sobretudo expõem a violência simbólica de reduzir alguém a cor da pele.

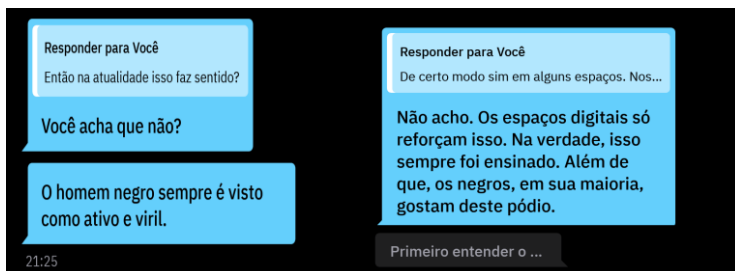
Essas escolhas lexicais podem nos mostrar como o desejo está imerso em construções sociais e como a fetichização dos corpos negros convertem o sujeito em signo, retirando-lhe agência e humanidade. O uso cotidiano dessas expressões pode parecer inofensivo, mas na verdade colaboram para normalizar o racismo e reforçar a ideia de que a cor da pele é um atributo que pode ser sexualizado.

Ao observar as opiniões sobre o corpo, o perfil e as características de Luan, torna-se evidente o quanto é comum e até naturalizado o conjunto de expectativas e curiosidades sobre o corpo negro. O Grindr, enquanto meio de comunicação voltado para relacionamentos, também propaga, por meio de suas *tags* e propagandas, quais corpos devem ou não ser considerados desejáveis.

A inserção de homens nesse universo de consumo e objetificação, um lugar historicamente reservado às mulheres, tende a colocá-los diante de um paradoxo: como manter sua masculinidade e domínio ao mesmo tempo em que se tornam objetos de desejo? (Miskolci, 2017). É claro que há diversas possíveis respostas para essa pergunta, mas a dimensão racializada da masculinidade acrescenta camadas de vulnerabilidade ao paradoxo descrito pelo autor, uma vez que o corpo negro foi construído como simultaneamente hipersexualizado e subalternizado, tensionando a ideia de domínio vinculada a masculinidade. Neste caso, a masculinidade branca, uma vez que o lugar social que o homem negro ocupa não é fortuito, mas efeito do racismo estrutural que molda representações e regula a possibilidade de afeto e

reconhecimento como aponta Almeida (2019). Um dos diálogos provocou inquietação, sobretudo pela opinião expressa por um rapaz sobre o lugar social que homens negros ocupam nesse ambiente.

Figura 4 – Mensagens abordando a sexualização do corpo negro masculino



Fonte: *Dados da pesquisa (2025).*

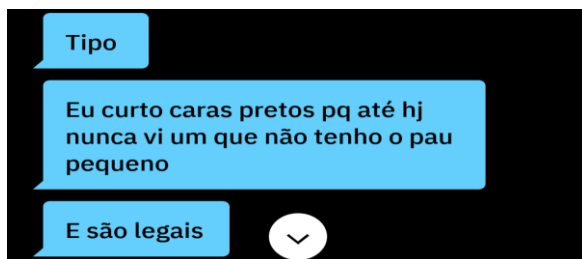
A figura 4 apresenta dois recortes de uma única conversa. Na figura, pergunta-se se, na atualidade e dentro do contexto do aplicativo, o imaginário sobre o homem negro ainda se mantém. Na sequência, o entrevistado descreve esse lugar como um “pódio”, sugerindo que homens negros gostam de ser tratados dessa forma.

A metáfora usada pelo interlocutor carrega ambiguidade, uma vez que sugere prestígio e destaque (estar entre os primeiros colocados), ainda que esse lugar seja construído a partir da objetificação e do fetiche. Esse “pódio” não é fruto de uma conquista autônoma, mas de uma imposição histórica que reduz o homem negro à performance de virilidade e atividade sexual. O que o interlocutor exemplifica é uma necropolítica do afeto (Mbembe, 2016) quando implicitamente reforça estereótipos, negando a complexidade da subjetividade, reduzindo o corpo negro a função erótica.

Ao usar a seleção lexical “os negros, em sua maioria, gostam desse pódio” naturaliza uma ideia racista. O corpo negro gosta de ser visto como fetiche? Objetificado? Hipersexualizado? A afirmação do interlocutor nos permite refletir como a colonização do desejo não opera só de fora para dentro, mas que, também pode ser incorporado pelos corpos oprimidos, que podem reproduzir e, em certa medida, legitimar os estereótipos que os atravessam (hooks, 2022; Fanon, 2020).

As plataformas digitais, como o Grindr, não apenas refletem, mas amplificam e organizam hierarquias do desejo. Miskolci (2017) em sua pesquisa on-line em San Francisco, nos Estados Unidos, identificou que a branquitude era valorizada no mercado relacional. Partimos que essa lógica não é diferente aqui no Brasil, uma vez que a naturalização do “pódio” expõe como design e lógica da visibilidade no Grindr favorecem a manutenção de estereótipos raciais. Ainda, a fala do interlocutor, exemplifica a necropolítica (Mbembe, 2016) do desejo quando reforçam que corpos negros gays são tolerados quando performam virilidade, atividade sexual e a ideia de um pênis grande. Trata-se, portanto, como posto pelo autor, de uma soberania dos afetos, delimitando quais manifestações do desejo são aceitas socialmente.

Figura 5 – Declaração que associa cor de pele a atributos físicos



Fonte: *Dados da pesquisa (2025).*

Na figura 5 o entrevistado é bem direto ao falar o motivo de preferir homens negros. Para ele o tamanho do órgão genital é o fator determinante. Segundo Grohmann (2016), há uma construção social do gosto também no Grindr, colocando alguns como legítimos e outros como ilegítimos, modalizando discursivamente os sujeitos de sucesso no aplicativo, ou seja, reproduzindo distinções e relações de poder presentes na sociedade.

Ao usar a seleção lexical “nunca vi um que não tenho(sic) o pau pequeno”, o interlocutor reduz os homens negros a uma parte do corpo, transformando-os em mercadoria erótica. Isso reatualiza o pensamento colonial que vincula a masculinidade negra a potência física. Essa redução não é casual, mas parte da colonização do desejo, construindo a sexualidade negra a partir da diferença racializada (Fanon, 2020). Ou seja, o gosto é produzido e legitimado por imaginários racistas.

O Grindr funciona como um dispositivo de legitimação dos corpos. As interações no campo permitiram identificar que Luan foi interpretado como desejável no aplicativo porque reproduzia a imaginação social do corpo negro: ativo, viril, dotado. Essa lógica nos mostra que outros corpos são invisibilizados e descartados, especialmente o corpo negro, quando performa fora da norma social, onde se decide quem merece visibilidade de desejo, e quem é excluído.

O corpo negro como superfície de leitura social: habitando Luan

Não é simples habitar um personagem. Ainda mais quando esse personagem, embora fictício, carrega em seu corpo e aparência tudo aquilo que o imaginário coletivo insiste em marcar, classificar, hipererotizar. Luan, o perfil criado para a pesquisa, tornou-se mais do que um instrumento metodológico: foi também espelho, ruído e inquietação.

A imagem do corpo negro, no contexto dos aplicativos de relacionamento, não é neutra. Ela ativa códigos sociais que atravessam séculos de construção racializada.

Como observa Muniz Sodré:

O teste de imagem faz aparecer a forma social escravista. De fato, afastada a hipótese pseudocientífica de uma 'outra' raça dentro da esfera humana, a aparência (cor, cabelo, olhos, traços biométricos) avulta como um vetor antropológico decisivo para o fato discriminatório. (Sodré, 2022, p. 27)

Essa leitura nos permite compreender como o corpo do personagem criado para essa pesquisa, mesmo sendo simulado, mobiliza um conjunto de percepções coletivas que remetem à objetificação e à naturalização do racismo como estrutura de reconhecimento.

Em muitos momentos, percebeu-se que as interações eram diretas e marcadas por curiosidade. O desconforto que essas interações causaram, vem da constatação de que o corpo negro ainda é atravessado por uma série de atribuições mesmo quando o perfil se autodescreve com tags como dotado, grosso e macho. Essas marcas apenas reforçam o imaginário que

muitos rapazes ativaram nas interações ao longo dos três meses de etnografia com o perfil de Luan no Grindr.

As mensagens, em sua maioria, deixavam evidente que Luan não era percebido para além das imagens e descrições explícitas. Havia uma espécie de transparência precoce, uma leitura imediata do corpo, confirmada ao longo das conversas especialmente quando o propósito da pesquisa era apresentada e as entrevistas conduzidas com o objetivo de compreender como aqueles rapazes, e seus pares, percebiam os corpos negros naquele espaço.

A leitura social daquele corpo era pré-definida e repleta de sentidos Almeida (2019) compreende o racismo como elemento constitutivo das estruturas sociais, jurídicas e econômicas, o que se alinha diretamente à noção de um racismo intrínseco. A partir disso, estabelecem-se diferenças morais sustentadas pela crença de que existiriam características intrínsecas aos sujeitos racializados. Atrelado a isso, é possível perceber como a base estrutural do racismo está diretamente relacionada à mentalidade social, operando na forma como os corpos são percebidos, classificados e hierarquizados cotidianamente.

Luan, sendo um homem negro retinto é apenas um espelho para vários outros homens negros que frequentam espaços digitais como o aplicativo Grindr.

Segundo Almeida (2019, p.32)

Em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não tratem de maneira ativa e como um problema a desigualdade racial irão facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como “normais” em toda a sociedade. É o que geralmente acontece nos governos, empresas e escolas em que não há espaços

ou mecanismos institucionais para tratar de conflitos raciais e sexuais.

Nesse sentido, o que é percebido no Grindr é um reflexo de uma sociedade ainda deficiente em se perceber imersa em um ambiente que pode ser violento para com alguns corpos e que a todo tempo fetichiza e sexualiza corpos negros. A leitura social é alimentada por uma sede de aceitação que certos discursos são tidos como normais em um ambiente que deveria ser pautado em respeito.

A experiência de habitar Luan constituiu-se como um exercício etnográfico singular, atravessado por tensões e desafios próprios de um espaço que, embora possa ser repleto por interações diversas, não se configura prioritariamente como um ambiente voltado à pesquisa. Ainda que alguns usuários buscassem conversas mais amplas, a maioria das interações foi marcada por objetividade e direcionamento imediato ao interesse pelo corpo de Luan.

Essa vivência revelou como determinados corpos, especialmente o corpo negro, são lidos socialmente. Como observa Sodré (1999), a corporeidade negra é atravessada por um imaginário social que a inscreve em lugares de desejo e exotização, reforçando padrões herdados de estruturas coloniais. A observação das respostas recebidas evidenciou que preconceitos e estereótipos raciais permanecem naturalizados, produzidos e aceitos como parte das dinâmicas comunicacionais entre indivíduos de diferentes idades. Luan era interpretado antes mesmo da leitura de sua biografia: o texto descritivo funcionava apenas como reforço de algo já visível, sua cor, que parecia falar por si.

A associação entre ser negro e ser ativo posicionou Luan como um perfil de sucesso dentro daquele espaço. No entanto,

essa constatação conduz a questionamentos essenciais: sucesso para quê e para quem? Estaria esse corpo autorizado a ser percebido como passível de afeto e relacionamento? Ou sua presença, nesse contexto, se restringiria ao campo do desejo sexual, transformando-o em um objeto valorizado apenas na lógica da hipersexualização?

Ao longo dos três meses de observação e interação, foi possível identificar padrões de abordagem que alimentavam essas questões. Apenas uma interação fugiu a essa lógica, quando um usuário relatou ter chamado Luan para conversar porque acreditava que homens negros tendem a possuir bom caráter. Essa fala, embora carregada de generalização racial, destacou-se por romper parcialmente com o padrão predominante de interesse estritamente sexual, apontando para um olhar que, ainda que limitado, deslocava-se da moldura corporal.

Habitar Luan foi, ao mesmo tempo, um exercício desafiador e enriquecedor. Desafiador, porque significou lidar com múltiplas interações que, mesmo mediadas pela tela, carregavam densidades simbólicas e violências sutis ou explícitas. Enriquecedor, porque permitiu refletir sobre a forma como discursos e percepções racistas continuam sendo reproduzidos e, em muitos casos, naturalizados inclusive por aqueles que, em outros contextos, já estiveram na posição de questioná-los.

Essa experiência, portanto, não apenas revelou o imaginário que recai sobre corpos negros no ambiente digital, como também convocou a uma autorreflexão crítica sobre o lugar que ocupamos e nossas reproduções nessas redes de significado.

Agradecimentos:

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)

REFERÊNCIAS

AHLm, Cecilia. Respectable promiscuity: digital cruising in post-AIDS Sweden. **Journal of homosexuality**, v. 64, n. 4, p. 1-20, 2017.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BLACKWELL, Courtney; BIRNHOLTZ, Jeremy; ABBOTT, Charlie. Seeing and being seen Co-situation and impression formation using Grindr, a location-aware gay dating app. **New Media & Society**, v. 17, n. 7, p. 1117–1136, 2015.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

GROHMANN, Rafael. “Dotados”, “discretos” e “fora do meio”: corpo, desejo e distinção no aplicativo Grindr. **Revista Famecos**, v. 23, n. 2, p. 1-20, 2016.

Hooks, bell. **A gente é da hora: homens negros e masculinidade**. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & ensaios**, n. 32, p. 122-151, 2016.

MISKOLCI, Richard. **Desejos digitais: uma análise sociológica da busca por parceiros on-line**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SODRÉ, Muniz. **Claroscuro: identidade, mediações culturais e blackness**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SODRÉ, Muniz. **O fascínio das cores: mídia, racismo e identidade**. Petrópolis: Vozes, 2022.

TAVARES, André Luiz Bezerra; DE OLIVEIRA, Anita Loureiro. **De deslugarizada à endiabrada: discursos pessoais, políticos e poéticos acerca da preta-bixisse**. Revista Continentes, n. 11, p.182-200, 2022.



EDITORA EDFIKA

WWW.EDITORAEDFIKA.COM.BR

82 9 9376 2377

***Praça Menino Jesus, 85. Santa Esmeralda
Arapiraca-Alagoas
57312-080***